UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ALLAN GUSTAVO FREIRE DA SILVA

POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE EM SUMÉ - PB

Campina Grande – PB
2016

ALLAN GUSTAVO FREIRE DA SILVA

POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE EM SUMÉ - PB

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na área de concentração Desenvolvimento Regional, na linha de pesquisa Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.ª Dra. Rosilene Dias Montenegro.

Campina Grande – PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586p Silva, Allan Gustavo Freire da.
Política de interiorização universitária e desenvolvimento [manuscrito] : uma análise socioeconômica da implantação da Universidade Federal de Campina Grande em Sumé - PB / Allan Gustavo Freire da Silva. - 2016.
132 p.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2016.
"Orientação: Profa. Dra. Rosilene Dias Montenegro, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa".

1. Universidade. 2. Semiárido brasileiro. 3. Cariri paraibano. 4. Ensino superior. I. Título.

21. ed. CDD 378

ALLAN GUSTAVO FREIRE DA SILVA

POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE EM SUMÉ - PB

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na área de concentração Desenvolvimento Regional, na linha de pesquisa Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais, como requisito para obtenção do título de mestre.

Aprovada em: 28 / 10 / 2016 .

Banca Examinadora

Profa. Dra. Rosilene Dias Montenegro
Orientadora – UFCG

Profa. Dra. Nadine Gualberto Agra
Membro Interno – UEPB

Prof. Dr. Carlos Alberto da Silva
Membro Externo - UFCG

Campina Grande - PB
2016

OFERECIMENTO

À minha amada esposa, **Carina Seixas Maia Dornelas**.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai **Heronides Elias da Silva** e ao meu sogro, **Genaro Viana Dornelas** (*in memoriam*), exemplos de perseverança e de compromisso com a educação de qualidade, federal, pública e superior.

AGRADECIMENTOS

Sou grato a Deus por ter me dado sabedoria, disposição e saúde para chegar até essa importante etapa da minha vida acadêmica. Creio que ao mesmo tempo em que "todas as coisas cooperam para o bem daqueles que o amam" (Romanos 8.28), também sei que "existe um tempo para tudo debaixo do céu" (Eclesiastes 3:1).

Agradeço à minha querida e amada esposa, Dra. Carina Seixas Maia Dornelas, pelo apoio, incentivo e cuidado que sempre tem comigo. Você me faz muito bem e sei que "meu mundo tem um jeito todo seu".

Demonstro minha gratidão aos meus pais, Heronides Elias da Silva e Maria Luzinete Freire da Silva, e meu irmão, Anderson Gustafson Freire da Silva, nosso cientista da computação - pelas orações e estímulo durante todo esse percurso. À família Seixas Maia Dornelas, especialmente, minha cunhada Valeska Seixas Maia Dornelas, minha sogra Maria das Graças e meu sogro prof. Genaro Viana Dornelas (*in memoriam*), um dos maiores botânicos do Brasil.

À minha orientadora, professora Dra. Rosilene Dias Montenegro por sua humanidade e atenção prestada durante todo o desenvolvimento da pesquisa. Sei que tive a oportunidade de conhecer muito mais que uma orientadora, ganhei uma amiga.

Sou grato à professora Dra. Nadine Gualberto Agra, por sua acessibilidade e disponibilidade em me ajudar na condução da pesquisa. Busquei registrar e honrar com cada sugestão dada para o enriquecimento do trabalho.

À banca examinadora pela aceitação do convite para participar desse momento. Sinto-me honrado pela leitura, avaliação e contribuição com meu trabalho.

Agradeço imensamente aos professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, pela oportunidade que me foi concedida, desde a abertura do edital de seleção de estudantes. Pois, durante vários meses, tive o privilégio de ampliar meus conhecimentos e de conviver com professores interdisciplinares que muito colaboraram para minha formação. Também agradeço aos colegas discentes, parceiros nessa importante etapa de formação profissional.

Ao diretor e vice-diretor do CDSA, Vanderlan Gonçalves Leite e José Irivaldo Alves de Oliveira Silva, respectivamente, por todo o incentivo e flexibilidade que me deram para que fosse possível o desenvolvimento de minhas atividades como técnico-

administrativo da Universidade Federal de Campina Grande, concomitante à continuação dos meus estudos na pós-graduação.

Aos servidores técnicos-administrativos, professores, funcionários terceirizados e comerciantes locais, que me repassaram relevantes informações para o desenvolvimento da pesquisa, especialmente, Rivaldo Aquino, Dorval Rodrigues e Daniel Medeiros.

Agradeço ainda aos professores do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do CDSA/UFCG, à professora Dra. Alecksandra Vieira de Lacerda e ao professor Roberval Rodrigues de Almeida, por todo o estímulo para que eu prosseguisse nessa jornada acadêmica.

RESUMO

A interiorização das universidades, sobretudo a partir da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, foi um programa do Governo Federal que visou, dentre outros fatores, à expansão dos centros universitários federais e a criação de novas oportunidades aos moradores afastados dos grandes centros urbanos. Desse cenário, foi criado em 2009, no município de Sumé - PB, o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA, com o intuito de suprir lacunas socioeconômicas, e oferecer educação superior pública à população residente no semiárido brasileiro. O campus de Sumé, em uma análise específica, estrutura-se a partir da compreensão de que deveria existir um centro focado no desenvolvimento sustentável do semiárido, considerando suas potencialidades econômicas, produtivas, seus desafios e vulnerabilidades ambientais, sociais e educacionais. Esta pesquisa dissertativa se insere em uma ampla proposta de análise das dinâmicas socioeconômicas a partir das transformações ocorridas na região do cariri paraibano nos últimos anos. Tem como objetivo central examinar em que medida a instalação do CDSA/UFCG contribuiu para um possível desenvolvimento local do município de Sumé – PB, para isso, buscou-se analisar o impacto do CDSA na geração de emprego e renda, a relação das empresas locais com os níveis de arrecadação tributária local, além da observação de possíveis transformações sociais advindas da implantação deste campus na região. Para a execução da pesquisa, o trabalho proposto abordou a análise de indicadores socioeducacionais e econômicos que buscaram viabilizar uma análise temporal abrangente, estendendo-se de 2005 a 2015, os quais envolveram a consulta aos portais eletrônicos governamentais, além da aplicação de questionários semiestruturados com cidadãos proprietários de empresas locais, profissionais autônomos ou prestadores de serviços no município de Sumé – PB. A análise dos diversos indicadores e áreas possibilitaram uma visão sistêmica das composições e reformulações dos espaços que se integram e interagem sob a influência de um conjunto de políticas públicas, elaboradas e manifestas, especialmente, a partir dos anos 2000. Desse modo, observa-se que, no município de Sumé, o CDSA constitui-se como um importante ente fomentador de transformações educacionais e delineador de novas relações econômicas e sociais.

Palavras-Chave: Universidades Federais; semiárido brasileiro; cariri paraibano.

ABSTRACT

The internalization of the universities, particularly from the Restructuring and The internalization of universities, especially from the Restructuring and Expansion of Federal Universities - REUNI, was a program of the Federal Government that aimed, among other factors, the expansion of federal university centers and the creation of new opportunities for residents away from large urban centers . From this scenario, the Center for the Sustainable Development of the Semi - Arid - CDSA was created in 2009 in the municipality of Sumé - PB, with the purpose of filling socioeconomic gaps and offering public higher education to the population living in the Brazilian semi - arid region. The Sumé campus, in a specific analysis, is based on the understanding that there should be a center focused on the sustainable development of the semi-arid region, considering its potential economic, productive, environmental, social and educational challenges and vulnerabilities. This dissertative research is inserted in a broad proposal of analysis of the socioeconomic dynamics from the transformations that occurred in the Cariri region of Paraíba in recent years. Its main objective is to examine the extent to which the installation of the CDSA / UFCG contributed to a possible local development of the municipality of Sumé - PB, for this purpose, it was sought to analyze the impact of the CDSA in the generation of employment and income, the relation of local companies With the levels of local tax collection, as well as the observation of possible social transformations arising from the implementation of this campus in the region. In order to carry out the research, the proposed work addressed the analysis of socio-educational and economic indicators that sought to make feasible a comprehensive temporal analysis, extending from 2005 to 2015, which involved consulting the government electronic portals, in addition to the application of semi-structured questionnaires with Citizens owning local businesses, self - employed professionals or service providers in the municipality of Sumé - PB. The analysis of the different indicators and areas allowed a systemic view of the compositions and reformulations of the spaces that integrate and interact under the influence of a set of public policies, elaborated and manifest, especially, from the years 2000. Thus, it is observed That in the municipality of Sumé the CDSA constitutes an important entity that foments educational transformations and delineates new economic and social relations.

Keywords: Federal Universities; Brazilian semiarid region; Paraibano Cariri.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do município de Sumé na microrregião do Cariri Ocidental, no semiárido paraibano.....**21**
Figura 2. Evolução das matrículas dos cursos de graduação presenciais e à distância no Brasil, por organização acadêmica (1995-2010).....**47**
Figura 3. Faixa Temporal de Criação das Universidades Federais..... **53**
Figura 4. Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2011. .... **54**
Figura 5. Matrículas na graduação e pós-graduação nas Universidades Federais de 2003 a 2011..... **55**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Informações – IDH-M 2013 – Município de Sumé.....**60**
Quadro 2. População Residente Total em Sumé e Serra Branca.....**61**
Quadro 3. População Urbana e Rural..... **62**
Quadro 4. Massa salarial gerada no total das Empresas e MPE.....**79**
Quadro 5. Massa salarial gerada no total das Empresas e MPE.....**80**
Quadro 6. Estatísticas descritivas dos municípios com campus da UFCG.....**84**
Quadro 7. Termo de Pactuação.....**85**
Quadro 8. Despesas anuais executadas no CDSA/UFCG entre 2009 e 2015.....**87**
Quadro 9. Empregados Terceirizados no CDSA.....**87**
Quadro 10. Técnicos-Administrativos - UFCG.....**90**
Quadro 11. Docentes a UFCG.....**92**
Quadro 12. Número de estudantes matriculados ano a ano.....**95**
Quadro 13. Origem e Cadastro de estudantes do CDSA em 2009.....**96**
Quadro 14. Origem e Cadastro de estudantes do CDSA em 2010.....**97**
Quadro 15. Origem e Cadastro de estudantes do CDSA em 2011.....**98**
Quadro 16. Origem e Cadastro de estudantes do CDSA em 2012.....**98**
Quadro 17. Número total e cumulativo de matriculados em 2015.2.....**99**
Quadro 18. Número total e cumulativo de matriculados em 2015.1.....**101**
Quadro 19. Número total e cumulativo de matriculados em 2014.2.....**101**
Quadro 20. Número total e cumulativo de matriculados em 2014.1.....**102**
Quadro 21. Número total e cumulativo de matriculados em 2013.2.....**102**
Quadro 22. Número total e cumulativo de matriculados em 2013.1.....**103**
Quadro 23. Número total e cumulativo de matriculados em 2012.2.....**103**
Quadro 24. Número total e cumulativo de matriculados entre os períodos 2009.2 a 2012.1.....**104**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Arrecadação de ISS – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$).....**63**
Gráfico 2. Arrecadação de IPTU – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$).....**65**
Gráfico 3. Arrecadação ITBI – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$).....**66**
Gráfico 4. Arrecadação de IRRF – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$).....**67**
Gráfico 5. Arrecadação Cota de ICMS – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$).....**68**
Gráfico 6. Arrecadação Cota de IPVA - Sumé e Serra Branca, em Reais (R$).....**70**
Gráfico 7. Receita Tributária – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$).....**71**
Gráfico 8. Receita Total – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$).....**72**
Gráfico 9. Despesa Total – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$).....**73**
Gráfico 10. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Comparação – Sumé e Serra Branca.....**75**
Gráfico 11. Índice de Desenvolvimento Humano.....**76**
Gráfico 12. Produto Interno Bruto a Preços Correntes (Mil Reais) – Sumé e Serra Branca.....**77**
Gráfico 13. Número de Empregos Gerados no Total dos Estabelecimentos e Micro e Pequenas Empresas – MPE.....**81**
Gráfico 14. Número de Empresas Optantes pelo Simples Nacional.....**82**
Gráfico 15. Número de Microempreendedores Individuais.....**83**
Gráfico 16. Total de servidores residentes em Sumé ou em outros municípios.....**93**
Gráfico 17. Há quanto tempo você tem esse comércio na cidade de Sumé?.....**106**
Gráfico 18. Qual seu ramo de atuação?.....**107**
Gráfico 19. Dentre os seus clientes, existem aqueles que são professores, técnicos-administrativos, terceirizados (funcionários da firma), estudantes ou que realizam outro tipo de atividade na UFCG daqui de Sumé?.....**109**
Gráfico 20. Em períodos de greve na UFCG/CDSA você sente alguma diminuição nos lucros da sua empresa ou do seu trabalho?.....**110**
Gráfico 21. Após o término de períodos acadêmicos, você sente alguma diminuição nos lucros da sua empresa ou do seu trabalho?.....**111**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Informações sobre remuneração do magistério federal superior.....**91**

Tabela 2. Você teve alguma melhoria na sua empresa/serviço após a chegada da universidade federal no município de Sumé?.....**107**

Tabela 3. Na sua opinião, a implantação da universidade no seu município foi algo positivo ou negativo para a economia da região?.....**108**

Tabela 4. Você tem interesse em ampliar seu negócio no município de Sumé?.....**112**

Tabela 5. Você tem interesse em ampliar seu negócio na região do cariri paraibano?.....**112**

Tabela 6. Você tem interesse de abrir mais um ramo de atividade no município de Sumé?.....**113**

Tabela 7. Em algum ano, você já pensou em fechar as atividades da sua empresa e mudar de ramo ou profissão?.....**113**

Tabela 8. Entre 2010 e 2015, você ampliou a estrutura física do seu negócio ou realizou outro tipo de construção no município de Sumé?.....**114**

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional

AM – Amazonas

AMCOP - Associação dos Municípios do Cariri Paraibano

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CCTA – Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar

CDSA – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológicas

CES – Centro de Educação e Saúde

CODECAP - Consórcio de Desenvolvimento do Cariri Paraibano

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DE – Dedicação Exclusiva

EAFs - Escolas Agrotécnicas Federais

EI - Empresário Individual

EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ETFs - Escolas Técnicas Federais

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

GAE - Gestão de Assuntos Educacionais

GT – Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH - Índices de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

IFES - Instituições Federais de Educação Superior

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IR - Imposto sobre a Renda

IRRF - Arrecadação de Imposto de Renda Retido na Fonte

ISS - Imposto Sobre Serviços

ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEI - Micro Empreendedor Individual

MPE - Micro e Pequenas Empresas

NIT - Núcleo de Inteligência Territorial

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PB – Paraíba

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB - Produto Interno Bruto

PNE – Plano Nacional de Educação

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRE – Pró-Reitoria de Ensino

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

S.A. - Sociedades Anônimas

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SiSU - Sistema de Seleção Unificada

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFSJ – Universidade Federal de São João del-Rei

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNICAMPO – Universidade Camponesa

URJ – Universidade do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....17
1.1 Justificativa.....18
1.2 Problematização.....18
1.3 Objetivos.....22
1.3.1 Objetivo Geral.....22
1.3.2 Objetivos Específicos.....22
1.4 Metodologia.....23
1.4.1 Coleta de dados.....23
2 CAPÍTULO I 25
2.1 Políticas Públicas e Desenvolvimento.....25
2.2 O Plano de Desenvolvimento da Educação e as políticas voltadas ao ensino superior no Brasil.....28
2.3 Políticas públicas educacionais e desenvolvimento regional.....30
2.4 O papel das pequenas cidades na promoção do desenvolvimento regional.....33
3 CAPÍTULO II 37
3.1 Formação do Ensino Superior no Brasil.....37
3.2 A reforma universitária de 1968.....41
3.3 A universidade a partir da década de 1980.....46
3.4 O projeto de expansão REUNI.....49
3.5 Os desafios da universidade no século XXI.....56
4 CAPÍTULO III – A IMPLANTAÇÃO DO CDSA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ E SEUS IMPACTOS.....59
4.1 Apresentação de dados e indicadores do município de Sumé - PB.....59
4.2 Análise comparativa entre os municípios de Sumé e Serra Branca na dimensão social nos anos de 2000 e 2010.....60
4.3 Avaliação comparativa entre o município de Sumé e o município de Serra Branca na dimensão econômica de 2005 a 2012.....62
4.3.1 ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA, MASSA SALARIAL E NÚMERO DE EMPREGOS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ E SERRA BRANCA NO PERÍODO DE 2005 A 2012.....62
4.4 Dados da UFCG/CDSA e de outros municípios com campus da UFCG.....84

4.4.1 ORÇAMENTO ANUAL DO CDSA, MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS, E NÚMERO DE CONTRATAÇÕES.....**85**
4.4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO DOCENTES, TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS E ESTUDANTES DO CDSA.....**87**
4.4.3 INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS – CDSA.....**94**
4.4.3.1 Número de estudantes por curso, região e cidade de cada estudante, renda e idade.....**96**
4.4.3.2 Número total e cumulativo de matriculados e de formados por curso de 2009 a 2015.....**99**
4.5 Aplicação de questionários em comércios da cidade de Sumé.....**105**
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....114
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....116
APÊNDICES
ANEXOS

1 INTRODUÇÃO

A interiorização das universidades, sobretudo a partir da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, Programa do Governo Federal instituído pelo decreto presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, visou à expansão dos centros universitários federais, a movimentação de diversas economias locais e a criação de novas oportunidades aos moradores afastados dos grandes centros urbanos – locais estes, que por muito tempo, foram o foco das políticas de educação superior no país.

Souza (2006, p. 24 *apud* Dye 1984), simplificadamente conceitua políticas públicas como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer" caracterizando-se como o Estado em ação. Partindo deste ponto, fomentando novos centros universitários, a política pública de expansão universitária pelo país, atrela-se a um conjunto de atividades econômicas – implementadas de face neodesenvolvimentista[1] - que buscam viabilizar a geração de emprego e renda, bolsas estudantis e atração de outros programas governamentais, com o intuito de fortalecer a economia local, e aquecer os diversos setores sociais capazes de fomentar o desenvolvimento.

Assim, a partir da injeção de novos recursos financeiros nos municípios, do fortalecimento do ensino superior voltado à profissionalização e produção de conhecimento, ampliam-se as possibilidades de desenvolvimento humano[2], uma vez que há possibilidade de novos cidadãos estudarem em instituições públicas de ensino superior, participarem de projetos de extensão e de haver maior aproximação dos centros acadêmicos universitários com a comunidade localizada no cariri paraibano.

O estímulo do ensino, pesquisa e extensão possibilita a ampliação do capital cultural na sociedade e possibilita ganhos sociais capazes de gerar desenvolvimento local e regional. Diante disso, surge a necessidade de aprofundamento nesta temática, sobretudo, no que se refere aos processos de expansão realizados pelo Governo Federal.

---

[1] Conforme preceitua Boito Jr. (2012), trata-se de um conjunto de políticas econômicas e sociais que buscam o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência e distribuição de renda, aumentos reais do salário mínimo e políticas compensatórias, embora o governo os faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico vigente no país.

[2] A expressão Desenvolvimento Humano pode ser entendida como "O processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter" (ATLAS BRASIL, 2013, p.1).

1.1 Justificativa

O referido trabalho se insere em uma ampla proposta de análise das dinâmicas socioeconômicas a partir das transformações ocorridas na região do cariri paraibano nos últimos anos. O direcionamento de políticas públicas federais encorpou o debate, uma vez que as relações econômicas passaram a versar a partir de novas atividades, municipais e regionais.

A avaliação sobre as movimentações financeiras e a observação sobre o nível de empregabilidade, arrecadação e indicadores de desenvolvimento, apresentam-se como um importante diagnóstico sobre os processos expansionistas intentados pelo governo no tocante aos estudos sobre o desenvolvimento em suas perspectivas regionais, bem como na comunidade local, por ser direta beneficiária dos processos de análise e amadurecimento da gestão das cidades e desenvolvimento humano, etapa final, resultante de acurada pesquisa científica.

O município de Sumé, com a implantação de um campus da universidade federal na região, vivenciou relevantes mudanças sociais e econômicas, as quais necessitam ser mensuradas tendo como procedimento uma análise sistemática sobre seu aparato institucional e cultural.

Lista-se o fluxo de pessoas no município, os recursos destinados à manutenção de servidores públicos e estudantes no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA, o número de egressos, graduandos e formandos, a arrecadação tributária municipal, além de outros fatores. Para todas essas análises, torna-se fundamental buscar compreender como a interiorização da universidade federal, sobretudo no município de Sumé, pode ter influenciado ou desencadeado algum processo de desenvolvimento nessa região, outrora completamente carente deste tipo de investimento público.

1.2 Problematização

O processo de interiorização das universidades federais a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, facilitou o acesso de pessoas a cursos de ensino superior em diversas regiões do Brasil. Tal política pública implementada pelo Governo Federal a partir de 2008, cujo objetivo era criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, à

nível de graduação, tanto viabilizou a criação de centros de ensino superior no interior dos estados brasileiros, como também, fomentou a abertura de novos cursos nos campus já existentes.

O programa REUNI decorre da análise do nível educacional da população, sobretudo no que concerne aos municípios afastados das capitais e dos grandes centros urbanos, os quais apontam para deficiências educacionais, advindas de processos históricos e da privação de investimentos públicos em instituições federais de ensino superior, quando comparado aos índices populacionais e a crescente demanda à qualificação.

Possui como meta global a elevação gradativa da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais, possuindo como algumas diretrizes, a redução das taxas de evasão e aumento de vagas de ingresso, a revisão de estruturas acadêmicas e reavaliação de procedimentos metodológicos que ampliem a qualidade da relação ensino-aprendizagem, além da diversificação das modalidades de graduação (DECRETO 6.096).

No estado da Paraíba, instituições públicas de ensino superior, aderiram a este Programa do Governo Federal e tiveram suas propostas de expansão aprovadas pelo Governo Federal. A partir do ano 2008, tem-se início o processo de ampliação de centros acadêmicos com ofertas de novas vagas e cursos na Universidade Federal da Paraíba – UFPB e na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Tendo aderido ao programa, a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG iniciou um processo de ampliação de seus cursos e ramificou suas instalações. Como resultado, a UFCG, em 2016, possui cinco centros acadêmicos, fora de Campina Grande, e localizados estrategicamente nas diversas mesorregiões paraibanas – Agreste, Borborema e Sertão - compreendendo as microrregiões do estado, Cariri Ocidental, Cajazeiras, Curimataú Ocidental, e Sousa, estando distribuídos nos municípios de Cuité, Pombal, Sousa, Cajazeiras e Sumé.

Visando o desenvolvimento da região do cariri paraibano e objetivando suprir lacunas educacionais históricas a partir da ampliação das possibilidades de acesso à universidade- devido à baixa média de estudantes caririzeiros que tinham oportunidades de ingressar no ensino superior - a UFCG teve mais um projeto de expansão aprovado e executado já em 2009, dessa vez, no município de Sumé.

O campus de Sumé, em uma análise específica, estrutura-se a partir da compreensão de que deveria existir um centro focado no desenvolvimento sustentável

do semiárido, considerando suas potencialidades econômicas, produtivas, seus desafios e vulnerabilidades ambientais, sociais e educacionais. Dada sua posição geográfica estratégica, a cidade tem a capacidade de aglutinar com eficácia pessoas de diversos municípios circunvizinhos da região do cariri, sendo este, um fator preponderante à construção de uma unidade da UFCG.

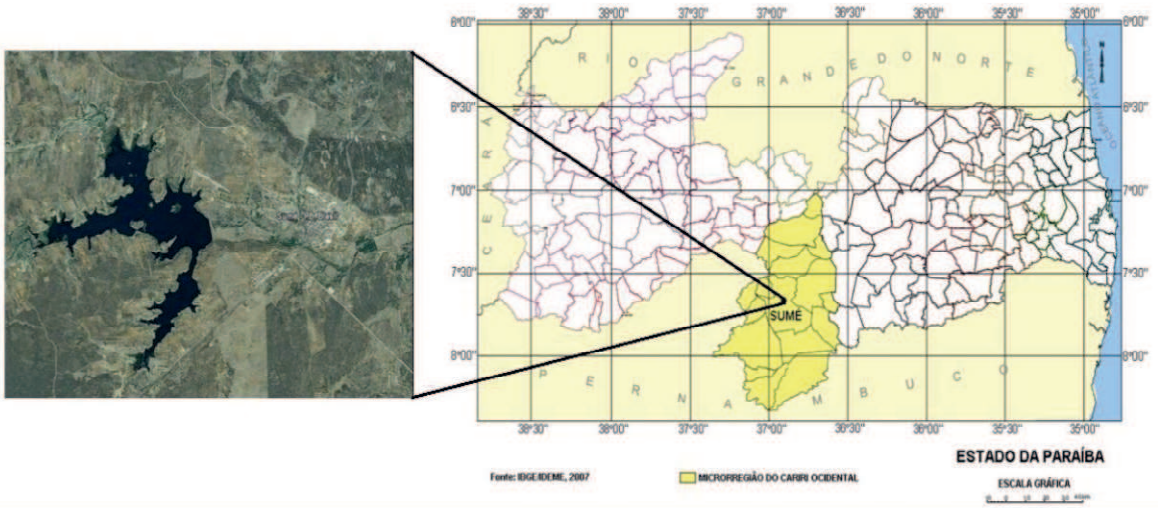
O Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA foi criado com o objetivo de atender às demandas dessa região do semiárido por ensino superior e também fixação dos habitantes dessa região.

Sendo assim, através do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA, a cidade passou a dispor de cursos nas áreas de conhecimento que envolve as ciências agrárias, humanas e exatas – Tecnólogo Superior em Agroecologia, Tecnólogo Superior em Gestão Pública, Educação do Campo, Ciências Sociais, Engenharia de Produção, Engenharia de Biossistemas e Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos.

O perfil ambiental da região, associado às históricas contradições econômicas, políticas e sociais que a caracterizam, compõem as intensas dificuldades vivenciadas por seus habitantes. Tal argumentação fortaleceu o entendimento dos gestores desta universidade federal e da comunidade da região do cariri paraibano sobre a capacidade de transformação social que adviria com a implantação de um centro universitário naquela região – ambiente que dispõe do bioma Caatinga, o qual é repleto de recursos naturais, tendo a faculdade de abrigar atividades produtivas rentáveis e sustentáveis.

Sobre o município em questão, de acordo com dados do IBGE (2010) Sumé – PB, (Figura 1), dispõe de uma área de 838,071 km² e possui 16.060 habitantes, a renda da população fundamenta-se essencialmente da agricultura com economia voltada ao setor agropecuário, com a produção de hortaliças – tomate, alface, coentro, entre outros - e da empregabilidade gerada pelo poder público municipal, estadual e federal.

Figura 1 - Localização do município de Sumé na microrregião do Cariri Ocidental, no semiárido paraibano



Fonte: LACERDA et al., (2015).

No que se refere a indicadores sociais e econômicos do município, segundo dados do Atlas Brasil (2013), a proporção de pessoas pobres, com renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 140,00, passou de 74,26%, em 1991, para 56,35%, em 2000, e para 30,91%, em 2010.

Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 31,24% eram analfabetos, 28,82% tinham o ensino fundamental completo, 20,13% possuíam o ensino médio completo e 5,01%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%. Ainda no ano de 2010, sobre indicadores de Trabalho, a população acima de 18 anos, economicamente ativa e desocupada era de 7,9% (ATLAS BRASIL, 2013).

É sob esse cenário de disparidades e atrasos econômicos e sociais que o CDSA se instala, com uma proposta de transformação social, de criação de oportunidades educacionais e melhoria da qualidade de vida, sobretudo aos campesinos e à população residente na região do cariri paraibano.

No semiárido, a educação, atributo essencial ao desenvolvimento humano do indivíduo, apresenta *déficits* históricos, os quais situam o cariri paraibano em condições precárias – tanto em termos numéricos, com possibilidades de acesso e participação, quanto em termos de qualidade do ensino e adequação pedagógica à realidade encontrada na região do semiárido.

O CDSA estrutura-se a partir da necessidade de que seja construído um novo modelo de desenvolvimento para o semiárido, fundamentado sob um conjunto de

políticas públicas eficientes voltadas para a convivência com a estiagem - característica do cariri paraibano, ao apresentar baixas precipitações pluviométricas durante o ano, quando comparada com outras microrregiões da Paraíba - e que sejam capazes de promover o desenvolvimento regional com tecnologias apropriadas para este Bioma exclusivo do Nordeste brasileiro.

Nesse sentido, diante do exposto, a intenção central da pesquisa é buscar responder a seguinte questão: até que ponto a instalação do CDSA fomentou um possível desenvolvimento da região do cariri paraibano, especialmente no município de Sumé – PB?

A partir deste questionamento principal, variáveis específicas podem ser levantadas, fomentando a criação de novas perguntas: qual o impacto do CDSA na geração de emprego e renda? De que modo aumentou o fluxo de pessoas na cidade? Como o CDSA foi agente de transformação social e qual sua implicação para este lugar?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

- Examinar em que medida a instalação do CDSA/UFCG contribuiu para um possível desenvolvimento local do município de Sumé - PB.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar o impacto do CDSA na geração de emprego e renda para o município;
- Identificar em qual medida houve aumento na criação de empresas e fluxo de pessoas na cidade, a partir da análise dos níveis de arrecadação tributária local;
- Observar como o CDSA foi agente de transformação social e qual sua implicação na região.

1.4 Metodologia

Para a execução da pesquisa, o trabalho proposto deu-se considerando aspectos geográficos, econômicos e sociais. Onde, a partir da análise de aspectos qualitativos e quantitativos, inerentes à cidade de Sumé, buscou-se avaliar como a implantação da Universidade Federal de Campina Grande, por meio do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, influenciou um possível desenvolvimento da região do cariri paraibano, sobretudo no município de Sumé – PB.

1.4.1 Coleta de dados

A metodologia do projeto abordou a captação de dados secundários que viabilizaram uma análise temporal abrangente, estendendo-se de 2005 a 2015 a qual envolveu as informações disponíveis no portal eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, possibilitando o conhecimento sobre aspectos econômicos e sociais da população, tais como: renda, densidade demográfica, educação, faixa etária e coeficiente de Gini. Os dados disponibilizados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE promoveram o conhecimento sobre o número de empreendimentos criados no município e suas respectivas áreas de atuação, além de características peculiares sobre a capacidade econômica e do potencial empreendedor, capazes de aquecer a economia local, diversificar serviços e ampliar oportunidades.

As informações voltadas às dinâmicas sociais e constantes no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, repassaram consistentes dados econômicos, financeiros e contábeis sobre o município de Sumé – PB. Os balanços contábeis presentes no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na secretaria de tributos da Prefeitura Municipal de Sumé, facilitaram o entendimento acerca das receitas e despesas que foram movimentadas pelo município no que concerne à faixa temporal de 2005 a 2015, das diversas áreas de investimentos priorizadas por gestores, além dos índices e comparações temporais sobre o aporte de recursos municipais arrecadados, a citar: Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Arrecadação de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Arrecadação da Cota de Imposto Sobre Circulação de Mercadores e

Serviços, Receita Tributária, Arrecadação Total, Despesa Total, Produto Interno Bruto – PIB, além e de outras transferências federais e estaduais.

Os relevantes indicadores sociais, econômicos e ambientais, presentes nos portais do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e no *site* da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN, os quais avaliam anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros a partir de indicadores de emprego e renda, educação e saúde, possibilitaram o aprofundamento sobre aspectos basilares da dinâmica social. A FIRJAN possui ainda uma metodologia própria e consolidada, onde a partir da compilação de dados e indicadores socioeconômicos, formula o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM, constituindo-se como relevante ferramenta para os exames sociais e análises comparativas da pesquisa.

Após a coleta dos dados contábeis, sociais e econômicos nas fontes supracitadas, as informações registradas sobre o município de Sumé, foram correlacionadas com as informações do município de Serra Branca, levando em conta uma análise comparativa e referenciada dos dados a serem avaliados e discutidos.

Além da obtenção e agrupamento de dados sociais e econômicos nas fontes acima mencionadas, as informações disponíveis pelo setor de Gestão de Assuntos Educacionais – GAE, localizado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA, viabilizaram a avaliação dos índices de cadastros, matrículas e de graduados nos cursos promovidos pelo CDSA durante os seis anos de existência desta instituição de ensino superior. Destarte, o repasse de informações referentes ao fluxo de estudantes existentes em cada ano, considerando desde a criação do CDSA, foi fundamental para compreender a inserção empírica exercida por essa instituição de ensino na comunidade local, residente no município de Sumé – PB.

Mediante a consolidação destas informações, tornou-se relevante ainda, a análise quanto à influência e movimentação econômica que os docentes, técnicos-administrativos, estudantes, e empregados terceirizados - lotados, matriculados e desenvolvendo suas atividades no CDSA - exerceram sobre a economia local, com possíveis dinamizações ou aquecimentos do comércio municipal, a partir do consumo de bens, da contratação/prestação de serviços e/ou da fixação de estudantes na região.

Outros aspectos inerentes à movimentação de profissionais, professores, técnico-administrativos e terceirizados, que se estabeleceram no município a partir da instalação deste centro de ensino superior na região do cariri, também compõe o estudo que

buscou entender os possíveis impactos que essa instituição de ensino superior promoveu na região.

A pesquisa também tratou de coletar informações relativas às opiniões, perspectivas e expectativas, a partir da aplicação de entrevistas por meio de questionários semiestruturados com cidadãos proprietários de empresas locais, profissionais autônomos ou prestadores de serviços no município de Sumé – PB.

Dessa forma, a metodologia procurou contemplar aspectos regionais, sociais, econômicos e inerentes às diversas concepções de desenvolvimento. Sendo assim, a pesquisa abrangeu três fases principais: a coleta de dados presentes nos portais de diversas instituições públicas e privadas; a captação de informações disponíveis no CDSA e na Prefeitura Municipal de Sumé; e a aplicação aleatória de questionários e entrevistas com diversos membros da comunidade local.

A partir dos dados coletados, foi possível aplicar inferências, elaborar gráficos, quadros e tabelas, realizar comparações e avaliações, tendo como base as diversas informações de indicadores que buscam apresentar as variações dinâmicas de fatores socioeconômicos durante determinado período.

2 CAPÍTULO I

2.1 Políticas públicas e desenvolvimento

O termo Políticas Públicas pode ser expresso a partir da caracterização dada por Rodrigues (2010), ao afirmar é o processo em que diversos grupos, cujos interesses divergem, tomam decisões coletivas que direcionam a sociedade. O funcionamento da máquina pública de forma eficaz e eficiente envolve a análise da governança, - termo que para Pereira (2012) traduz-se na capacidade que os governos têm de elaborar e implementar políticas públicas. O alcance de altos níveis de desempenho da máquina do Estado também implica na administração dos mecanismos que constituem a *policy arena* - expressão que Frey (2000) conceitua relacionando-se aos processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política.

Da conjuntura político-administrativa, na década de 1990, ganharam destaque no Brasil os estudos voltados à análise das transformações, tais como fortalecimentos das instituições e os novos formatos de participação política. Contudo, os estudos das políticas públicas – onde Dye (1984, *apud* Souza 2006, p. 24), simplificadamente

conceitua políticas públicas como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer" caracterizando-se como o Estado em ação – baseavam-se na análise constitutiva das políticas a partir do comportamento dos seus idealizadores e formuladores. Conforme observa Faria (2005), a visão metodológica adotada tinha um perfil *top-down*, onde as opiniões (*feedback*) dos beneficiários receptores das políticas não eram consideradas nos processos de implantação e avaliação das *policies*.

A necessidade de controle dos conflitos de interesses entre os diversos atores presentes no ciclo das políticas públicas apresenta-se como um elevado desafio ao sucesso das políticas e a viabilização da promoção do Estado de bem-estar social, fundamentado, portanto, na geração de *accountability* (transparência na utilização dos recursos públicos) e nos princípios da eficiência e da eficácia na formulação, implementação, avaliação e continuidade das políticas públicas bem sucedidas, às quais o Estado necessita.

Destarte, as desigualdades sociais só podem ser superadas através de políticas públicas que promovam transformação institucional, assistindo aos mais necessitados e à população desprovida de oportunidades de trabalho decentes, a qual se desgasta, condenada a viver em uma luta diária pela sobrevivência (SACHS, 2008).

Numa perspectiva desenvolvimentista, os autores Roberto & Bursztyn (2001), afirmam que conceituação sobre o que vem a ser o termo desenvolvimento, passa pela análise do processo histórico ocorrido no século XVIII. O termo desenvolvimento é associado à economia de regiões e de países. Com o processo de industrialização, começa a existir a busca pela expansão de atividades econômicas. Nesse cenário, a estrutura de funcionamento do poder público, tornam-se cada vez mais complexas, ampliando a responsabilidade do Estado na gestão do sistema econômico e na viabilização de garantias sociais.

Sachs (2008) destaca que as estratégias de desenvolvimento, para serem eficazes, necessitam dar resposta aos problemas mais pungentes de cada comunidade. Para tanto, deve-se garantir a participação dos diversos agentes (trabalhadores, empregadores, o Estado e a sociedade civil organizada) envolvidos no processo de desenvolvimento. O desenvolvimento includente ressaltado pela palavra "globalização" traduz a necessidade de aglutinar os excluídos e os incluídos. O fomento das políticas de desenvolvimento abrange o empoderamento das comunidades e a abertura direta de espaços democráticos.

Conforme preceitua Brandão (2004, p. 71), em sua obra voltada a um desenvolvimento territorializado "é preciso buscar o crescimento e robustecimento da endogenia regional e local". Ao considerar que o crescimento é manutenção de interesses, o autor considera que o processo de desenvolvimento deve ser entendido como enfrentamento de interesses, "a partir da legitimação política voltada para a implementação permanente de transferência de renda e riqueza intra e interregionais".

Assim, Buarque (2008) enfatiza que o desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que elevem a governabilidade e a governança das instituições públicas locais, incluindo o município, proporcionando uma relativa autonomia das finanças públicas e viabilizando estratégicos investimentos sociais na localidade. Deste modo, para entender o cenário atual e prever de forma eficiente os desafios futuros, é fundamental analisar como se dar o direcionamento das políticas públicas no âmbito local e quais as suas focalizações dentre as áreas de demandas sociais, bem como compreender o comportamento das instituições públicas e as *policy networks* (rede de políticas) onde para Frey (2000) podem ser compreendidas através de suas diversas relações de poder instaladas entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo e a sociedade civil organizada sob suas variadas formas.

No entanto, tamanho descompasso enfrentado nos diversos municípios brasileiros demonstra a necessidade de uma profunda análise sobre a produção legal – etapa inicial do processo de formulação de políticas públicas – atividade esta, constantemente realizada pelos poderes Executivo e Legislativo, asseverada na Constituição Federal do Brasil e promulgada em 1988. Apesar de todas as políticas públicas implantadas no país, os problemas sociais, econômicos e ambientais, parecem não diminuir na mesma proporção em que seus parcos resultados positivos são alcançados.

Considerando a intersetorialidade e a regionalização, tem sido constatada a necessidade de que as definições de políticas públicas sejam alinhadas às características socioeconômicas que passam a diferenciar grupos. Desta forma, a implementação das políticas públicas deve considerar as particularidades regionais e as características da população a ser atendida (FERNANDES; CASTRO; MARON, 2013).

2.2 O Plano de Desenvolvimento da Educação e as políticas voltadas ao ensino superior no Brasil

Considerando aspectos econômicos e sociais, nenhum país conseguiu se desenvolver sem antes ter dedicado esforços no quesito educação. A base da riqueza de uma população próspera reside na educação, não apenas ou isoladamente resultante de recursos naturais. Com a lógica desenvolvimentista propagada pelo mundo nas últimas décadas, pregando-se o desenvolvimento a todo custo, o desenvolvimento apresenta carências estruturais que necessitam serem supridas por uma nova modernidade ética, não somente técnica (LEFF, 2010).

Nesse contexto, a educação fomentada pelas instituições de ensino superior no Brasil, possibilitam transformações das dinâmicas econômicas, as quais, segundo Sampaio (2000, *apud* Agra, 2015) partem de um conjunto de comportamentos governamentais e de decisões políticas que abarcam o período do governo militar no país, momento em que a política para o ensino superior foi orientada por dois caminhos: preservar a universidade e expandir o ensino público em regiões menos favoráveis ao financiamento privado.

Lima (2013) enfatiza que o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, uma política neodesenvolvimentista, que passou a vigorar a partir de 28 de janeiro de 2007, caracterizou-se como um conjunto de políticas voltadas à aceleração do crescimento econômico do Brasil. O cerne do programa estaria direcionado a investimentos na área de infraestrutura, além da geração de empregos, do combate à pobreza e promoção da cidadania e inclusão social. O que remeteria o governo a executar políticas focadas no fortalecimento da educação - desenvolvendo-se o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, cujo foco estava na elaboração de um plano de metas visando maiores investimentos e crescimento nos índices de educação no país.

No tocante à educação superior, o PDE (2007), dentre outros fatores, estrutura-se tendo como aspectos balizadores da expansão e democratização do ensino, a escassa oferta de vagas para os jovens entre 18 a 24 anos (apenas 11%); a promoção da inclusão social, potencializando talentos e integrando jovens, outrora excluídos do processo educacional devido a critérios econômicos e ao mercado de trabalho; fomentação do desenvolvimento econômico e social (LIMA, 2013).

O PDE (2007) apresenta o entendimento de que o desenvolvimento econômico e social deve estar atrelado às políticas públicas de educação, sob uma perspectiva de

interação e sintonia de planos setoriais. De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, razões, princípios e programas, (PDE, 2007, p. 07):

> A relação recíproca entre educação e desenvolvimento só se fixa quando as ações do Estado são alinhadas e os nexos entre elas são fortalecidos, potencializando seus efeitos mútuos. Desse movimento de busca de sintonia das políticas públicas entre si depende a potencialidade dos planos setoriais, inclusive o educacional, que passam, nesses termos, à condição de exigência do desenvolvimento econômico e social, garantindo-se que o todo seja maior que a soma das partes (PDE, 2007, p. 07).

A universidade constitui-se como um dos mais ativos atores de transformação social, passa, portanto, a ser uma opção para que Estados e regiões superem seus atrasos e deficiências. A evolução educacional do povo harmoniza-se com o desenvolvimento social, estando estes, ligados intimamente. O ensino superior, considerado como via de desenvolvimento econômico e social, proporciona a elevação da produtividade, qualificação profissional, além de melhor distribuição de renda (ALBUQUERQUE, 1979).

Moraes (2000) destaca que a universidade ainda é o centro principal de produção do conhecimento em todo o mundo, embora não detenha mais essa exclusividade. Sabe-se que o desenvolvimento regional não é instantâneo e não ocorreria se o Estado não continuasse investindo com convicção num forte sistema universitário.

Nesse sentido, Araújo & Santos (2014) em sua pesquisa envolvendo vários pró-reitores (gestores universitários da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ), concluíram que o programa REUNI tem como ideal, alavancar qualitativamente o ensino superior, justamente por ter clara a relevância que as instituições de ensino assumem na promoção do desenvolvimento do país.

O REUNI, inserido em um contexto maior e compondo um plano de estímulo às políticas de ensino superior, representou uma oportunidade de desenvolvimento e ampliação do ensino superior público, ao permitir que a universidade cumprisse com o seu papel, concedendo à população maiores oportunidades de acesso ao ensino superior público. Tamanha expansão possibilitou a observação de maior dinamicidade da cidade, a partir do crescimento econômico, impossibilitando, portanto, a dissociação da expansão ante as considerações que permeiam as dinâmicas da cidade (ARAÚJO; SANTOS, 2014).

Sobre a relação que se estrutura entre a cidade e a universidade, Cota & Diório (2012, *apud* Araújo & Santos, 2014) afirmam que não se pode superestimar o papel do crescimento de uma universidade sobre uma cidade, mas também não podemos subestimá-lo, principalmente quando tratamos de uma cidade de pequeno-médio porte.

Neste ponto, no que concerne aos aspectos sociais, os quais envolvem as dinâmicas migratórias de pessoas nos municípios brasileiros, Justo (2015) salienta, em seu estudo sobre a região metropolitana do cariri cearense, que a instalação de centros universitários naqueles locais, tem influenciado diretamente os fluxos migratórios no período de 2005 a 2010, atraindo e fixando pessoas a residirem em diversos municípios localizados na região semiárida.

Justo (2015) ainda comenta que tal comportamento, dá-se pelas melhores oportunidades de trabalho, pelo crescimento econômico da região e devido às possibilidades de acesso ao ensino superior gratuito, concedidas pelos centros universitários. Para o período de 2005 a 2010, houve um aumento dos migrantes àquela região, como também um intenso retorno de pessoas que outrora residiam em outras regiões do país. Constatando-se assim, um decréscimo de 10% no fluxo de pessoas que deixam a região metropolitana do cariri cearense.

Dessa forma, as universidades podem ser consideradas como fator impulsionador na dinâmica das regiões, onde a partir de políticas públicas universalistas, buscam contribuir nos aspectos sociais, econômicos e culturais, e na promoção a maior qualificação e crescimento econômico, a partir do acesso de pessoas ao ensino superior.

2.3 Políticas públicas educacionais e desenvolvimento regional

Diante da relação entre Estado e sociedade civil, a ideia de desenvolvimento busca contemplar o acesso para todos e a promoção de condições emancipatórias, capazes de participar da constituição dos sujeitos enquanto detentores do seu próprio destino. Em um sistema de governo republicano, as demandas advindas das relações sociais, passam a influenciar e a redimensionar os caminhos pelos quais as políticas públicas são orientadas. Merecendo destacar, portanto, o caráter público que as políticas públicas e sociais assumem, mesmo que estas sejam conduzidas pela esfera privada. Para isso, é necessário, a efetivação de políticas públicas que satisfaçam os critérios nos diversos setores da vida social.

Paulilo & Abdala (2010) enfatizam que a história das políticas educacionais tem por objeto as ações governamentais no campo do ensino público. Parte importante na composição das políticas educacionais é a articulação entre os poderes Executivo e Legislativo, ao apresentar a dinâmica que envolve os processos de formulação e aprovação de leis, representatividade e os diversos interesses de grupos.

Fisiologismos, clientelismo e corrupção, historicamente, marcaram a política nacional e dificultaram o cumprimento dos interesses populares no que tange à aprovação de eficazes políticas educacionais. Nesse sentido, já em períodos democráticos, o estudo sobre políticas públicas decorre da análise das intensas dinâmicas entre a relação Executivo-Legislativo, onde aquele procura constantemente influenciar as decisões do parlamento de acordo com as estratégias e políticas de governo.

As sucessivas formulações e atualizações de Leis de Diretrizes e Bases para a educação e a busca de alternativas para efetivar seus objetivos, apresenta-se como um processo recorrente de polêmicas e conflitos pelo controle na condução das políticas públicas de educação (PAULILO & ABDALA, 2010).

Observa-se intensa dificuldade no processo de posicionar atores da gestão educacional para a interpretação e aplicação de diretrizes normativas. A descontinuidade de ações governamentais e a reduzida participação social – refletindo no baixo controle vertical, onde cidadãos fiscalizam governos, por meio das ações destes – influenciam diretamente o processo estruturador das políticas públicas, interrompendo bruscamente as implementações de acordo com as mudanças das gestões políticas.

Ademais, uma sociedade em desenvolvimento possui características dinâmicas, construindo-se e reconstruindo-se de acordo com a visão obtida pelos cidadãos sobre seus interesses e sobre os aspectos que envolvem a coletividade. Para isso, demanda-se uma eficiente intercomunicação entre as diversas regiões e microrregiões do país, nesse processo de articulação estratégica entre as instituições, a execução de políticas educacionais, seus beneficiários e as comunidades, favorecidas diretamente e indiretamente pela aplicação destas políticas.

Assim, políticas públicas que visem à democratização do acesso ao ensino superior, passam necessariamente pela recuperação da centralidade das universidades públicas, sendo fundamental para isso, haver o revigoramento, efetiva autonomia administrativo-financeira e sustentação governamental, a ponto de promover plena

capacidade de funcionamento e expansão. As esferas públicas ou privadas, ao oferecer o ensino superior, carecem da evidente dimensão do conceito e das questões que envolvem o bem público (MARTINS, 2009).

Silva (2011) ressalta que para a administração pública brasileira, um dos maiores problemas, é o não entendimento do que vem a ser realmente uma política pública. Uma boa política pública é aquela que atende ao bem coletivo de forma democrática, sem dispensar a participação da população e do setor privado.

Entre os discursos intrínsecos ao desenvolvimento regional, o desenvolvimento includente, e a participação dos diversos atores que fazem parte da sociedade, compõem o tema central do discurso. Políticas públicas de distribuição de renda que garantam os direitos cívicos, civis e políticos, são fundamentais no processo de consolidação de um novo mecanismo de desenvolvimento.

O desenvolvimento regional possui o papel de resgate da cidadania, à medida que se apresenta como agente transformador, ao envolver a comunidade nas discussões políticas. Para isso, é necessário sanar antigas necessidades sociais que afastam a sociedade do direito de participar das decisões que versem sobre o interesse coletivo e que sejam para o bem comum. A luta contra a pobreza e contra as desigualdades sociais, a implantação de políticas que visem aliar progresso econômico e social, constituem-se como desafios para o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, a visão de elaboração de políticas sobre a perspectiva *top down* (de cima para baixo), paulatinamente tem sido substituída por um processo *bottom up (*de baixo para cima), onde beneficiários participam da formulação das ações intentadas pelo Estado. Os processos da globalização, o qual exige interação das economias e da sociedade, passam a demandar novas posturas governamentais, tais como a abertura da participação popular na busca pela otimização de serviços e satisfação da sociedade, financiadora da máquina pública ocupando a posição de cliente.

Desse modo, para a elaboração das políticas públicas, é necessário a interação entre os diversos setores que compõem a máquina pública e privada, cabendo ao Estado, através de uma construção democrática e coletiva, criar mecanismos capazes de estruturar um novo modelo econômico, baseado nas potencialidades de cada região e na diversidade social e cultural do seu povo.

Neste contexto, ao valorizar a educação Sachs (2008, p. 39) diz que:

> A educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a

> conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido da autonomia, bem como a autoconfiança e a autoestima.

Entende-se, portanto, que a educação possui um lugar de destaque em qualquer desenvolvimento, pois é ela que consegue trazer à luz novas ideias, realidades e explicações para a realidade e seus fatos, além de trazer a autonomia e emancipação dos atores sociais.

2.4 O papel das pequenas cidades na promoção do desenvolvimento regional

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), pode-se afirmar, que nas duas últimas décadas o cariri paraibano urbanizou-se mais do que a média dos municípios do estado. Com a maior concentração de pessoas, em zonas consideradas urbanas, aumentam-se as necessidades de políticas que atentem às novas formas de sociabilidade. Sendo assim, aos governos são direcionadas e ampliadas demandas, ao mesmo tempo em que se exige competência para garantir o crescimento e desenvolvimento sustentável das cidades e o desenvolvimento social e econômico das famílias.

No que se refere à estrutura dos recursos humanos na região do cariri paraibano, considerando o contingente de pessoas voltadas para o serviço público, compreendendo, de acordo com Alexandrino & Paulo (2011), a administração direta composta por órgãos ligados diretamente ao poder central, nos diversos níveis de governo (Federal: presidência da república e ministérios; Estadual: governador e secretarias; e Municipal: prefeito e secretarias) e a administração indireta composta por autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, para o desempenho de atividades que lhes foram atribuídas a partir da descentralização do poder central, Caldas (2011), acentua que em 2008, o número de pessoas ocupadas na administração direta e indireta no cariri paraibano foi de 9.167 servidores, uma ocupação de 4,90% da população. Já em 2009, o número de servidores foi de 9.691, atingindo um percentual de 5,14% da população. Nesse mesmo período, a porcentagem é maior do que o percentual no Brasil, (2,97%), no Nordeste (3,42%) e na Paraíba (1,59%).

Em estudo voltado ao ano de 2008, Caldas (2011) destaca ainda que, do percentual de servidores públicos ativos, a maioria não possuía formação superior,

verificando que no cariri, apenas 25% dos servidores apresentavam essa formação. Tratando-se ainda sobre a estrutura administrativa dos municípios do cariri paraibano, a autora destaca que especificamente sobre conselhos municipais e política urbana - órgãos colegiados que procuram promover a inserção dos cidadãos nos processos de colaboração e fiscalização das atividades provenientes da administração pública - observa-se que apenas 10,34% dos municípios do cariri paraibano apresentavam conselhos voltados à área de habitação, saneamento, transporte e planejamento territorial.

No tocante aos municípios do cariri paraibano que apresentam mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos, o percentual identificado na região, chega a 31,03%, porcentagem esta, acima da encontrada a nível estadual e de nordeste. Merece destaque ainda a participação dos municípios no fomento à geração de emprego e renda – categoria intimamente ligada ao desenvolvimento – e na geração de políticas públicas que elevem os níveis de empregabilidade e renda da população. Quanto à existência de programas ou ações públicas que fomentem a geração de trabalho e renda nos municípios, constata-se que 72,41% dos municípios do cariri apresentam tais iniciativas (CALDAS, 2011).

Em relação à realidade do cariri paraibano, o grande desafio dos governos municipais, em suas prerrogativas Executiva e Legislativa deve-se a possibilidade de viabilizar políticas públicas para promover o desenvolvimento dos municípios, dinamizando as potencialidades para ascensão do espaço urbano em consonância com novas condições para a área rural e urbana.

Salientando aspectos econômicos, Bazin (2003) destaca que a base econômica desta comunidade caririzeira, em sua grande parte, provém da agricultura familiar, do cultivo de hortaliças e da criação de caprinos. O rendimento nominal mediano mensal *per capita* dos domicílios particulares permanentes na zona urbana é de R$ 295,00, sendo na zona Rural de R$200,00 conforme consta no portal eletrônico do IBGE (2010). Sumé – PB possui o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010) em 0,627, esta informação, no ranking dos municípios brasileiros, situa o município na posição 3.534 º ante um universo de 5.565 municípios.

Ante as características geográficas, com uma população atual estimada em 16.060 habitantes, o município de Sumé possui uma área territorial de 838 km², encontra-se a 553 m de altitude, distando 250 km da capital João Pessoa e 130 km de Campina Grande. Lacerda et al., (2015), destaca que o município está classificado na

região do Alto Rio Paraíba, apresentando clima tipo semiárido quente, identificado pela baixa incidência de precipitações e por temperaturas elevadas.

Sobre os aspectos históricos, a cidade de Sumé, antes ocupada por índios sucurus, foi emancipada politicamente em 01 de abril de 1951, e na língua tupi, Sumé se refere a um "personagem misterioso que pratica o bem e ensina a cultivar a terra" (IBGE, 2000).

Sumé passou por diversos ciclos econômicos durante a sua história. Desde o final do século XIX, a cidade se destacou na criação de bovinos. Posteriormente, foram implantados projetos de produção de farinha de mandioca. Em meado do século XX, o município vivenciou o ciclo do angico - madeira utilizada no beneficiamento do couro - e também do sisal e do algodão (PROJETO UNICAMPO, 2005).

Por conseguinte, as cidades, a exemplo de Sumé, passam a ter importante papel na conjuntura social, tendo participação decisória para a melhoria nos índices de qualidade de vida e nas atividades de produção e consumo. Porém, ao atrair e multiplicar suas populações, estes ambientes perdem a capacidade de ampliação de postos de trabalho e de absorção de novas pessoas no mercado de trabalho, desaguando em exclusões e intensificação das lutas de classes, que passam a reivindicar acesso aos meios de consumo e participação no mercado de trabalho. Destarte, o desenvolvimento passa a ser identificado com a possibilidade de as pessoas viverem com a garantia de direitos civis e políticos, executando o estilo de vida que livremente escolheram para si.

A redução das desigualdades constitui-se como um essencial fator de transformação regional, a política de transferência de renda e riqueza surge como um mecanismo desenvolvimentista a ser executado pelo Estado. No entanto, vale ressaltar que para a promoção do desenvolvimento e redução das desigualdades sociais, as transferências de renda entre as classes, devem promover a ampliação de oportunidades e serem pautadas numa perspectiva de enfrentamento de interesses individuais – gerando conflitos, demonstrando heterogeneidades e desfazendo estruturas hierárquicas dominadoras.

De acordo com Fernandes (2004, p. 296):

> O desenvolvimento não é qualquer tipo de transformação estrutural interna: é a mudança social que, além de destruir os laços da dependência para com o exterior, permite àquela sociedade a conquista de semelhante posição de autonomia cultural relativa, no seio de uma certa configuração civilizatória em crescimento.

Tem-se, portanto, o desenvolvimento como crucial papel transformador que busca romper com os laços de dependência e promover conquistas sociais que possibilitem uma autonomia cultural que esteja inserida em um processo social de crescimento.

Brandão (2010) argumenta que o processo de desenvolvimento exige elevação da conflitualidade, da dinâmica de ação das facções das classes sociais, da identificação dos sujeitos sociopolíticos portadores da capacidade de decisão transformadora. Para isso, é crucial a análise das hegemonias, dos poderes e das hierarquias, construindo mediações diversas envolvendo as áreas sociais, políticas, financeiras, geoeconômica, interregionais, dentre outras.

No caso do Brasil é necessário que exista um coerente e homogêneo plano de desenvolvimento nacional que considere as reais necessidades e dinâmicas regionais, satisfazendo os setores sociais e buscando inserir no campo de ação econômico, coletivo e político atores marginalizados e destituídos de oportunidades.

Sendo assim, constata-se que o desenvolvimento regional e local está intimamente ligado ao combate das desigualdades sociais, a novas racionalidades sociais e ambientais, e a um novo modelo de economia – voltado à valorização do indivíduo enquanto ser humano e ente indispensável para o progresso da sociedade. Para o alcance de tais medidas, o planejamento deve se estruturar pautado num processo de compartilhamento de experiências e opiniões, onde governos abrem espaço para a participação popular e a democrática formulação das políticas públicas a serem implementadas.

A exploração de potencialidades passa pela capacidade de mobilização dos atores e da sociedade. Com a rápida transformação mundial, processos globais de mudança têm influenciado os rumos do desenvolvimento. As oportunidades locais passam a interagir em uma realidade complexa, que absorve influências positivas e negativas. Identificar nesse contexto os fatores externos através de ameaças e oportunidades e as características internas elencadas como forças e fraquezas, possibilita avanços rumo ao desenvolvimento e redefinições nas economias locais.

O envolvimento popular nas diversas questões políticas do país e a criação de oportunidades nos diversos setores econômicos, sociais e ambientais, possibilitam mudanças na conjuntura social, reduzindo políticas clientelistas, patrimonialistas e corporativistas além de incentivar a elaboração de ações coletivas, através de políticas

sociais, universais e redistributivas, com a possibilidade de reequilibrar as disparidades cultivadas pelo Brasil ao longo de sua formação.

Desse modo, para a estruturação do desenvolvimento regional cabe o entendimento precípuo de que o crescimento e o desenvolvimento caminham sobre trilhos políticos distintos. A promoção do crescimento dar-se através da manutenção de interesses dos diversos atores e da satisfação de importantes grupos e classes sociais para a manutenção de governos no poder. A proposta de desenvolvimento, no entanto, vai de encontro aos interesses pessoais, e busca mediante políticas públicas, romper antigos paradigmas arraigados na sociedade, através da busca pelo cumprimento do princípio da isonomia – tratando igualmente e os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que se desigualam – e da geração de oportunidades sociais àqueles que doutro modo, não teriam tamanha oportunidade.

As demandas a serem atendidas fundamentam-se, dentre outras, na necessidade de planejamento territorial e acompanhamento do crescimento populacional. Para que este consiga se estabelecer sem trazer consigo os problemas inerentes a um crescimento desordenado – destacando-se do ponto de vista econômico, altos índices de desempregos e desigualdades sociais, além de outros problemas nos setores de infraestrutura, impactos ambientais, saúde, educação e segurança.

3 CAPÍTULO II

3.1 Formação do Ensino Superior no Brasil

Desde seu surgimento, a universidade pública constitui-se como uma instituição social, ornada na prática social e fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições. Tamanha característica a diferencia de outras instituições e a confere autonomia, sendo sua estrutura firmada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade (CHAUÍ, 2003).

A criação da universidade no Brasil ocorreu ainda durante a época do Brasil colônia. Após, tentativas malogradas por mais de um século, devido à forte resistência de Portugal em não ver necessidade de se criar uma instituição desse gênero em uma colônia e do eficiente controle da coroa em impedir o crescimento de qualquer iniciativa que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da Colônia (FÁVERO,

2000). De acordo com Brito (2009), a primeira universidade surge no país no início do século XX, especificamente no ano de 1909, em 17 de janeiro, com a criação da Escola Universitária Livre de Manáos, em Manaus – AM. Tendo tal feito, ocorrido "dois anos antes da criação de uma Universidade em São Paulo (23/3/1911), três da Universidade do Paraná (19/12/1912) e onze da Universidade do Rio de Janeiro (1920)" (BRITO, 2009, p. 2).

Conforme registra o portal eletrônico da Universidade Federal do Paraná, em 7 de setembro de 1920, por meio do decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), considerando oportuno dar execução ao disposto no decreto de 1915. Todavia, apesar das restrições feitas à criação dessa Universidade, na história da educação superior brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro é a primeira instituição universitária criada legalmente pelo Governo Federal (BRITO, 2009).

Desde a geração da primeira universidade no país, um dos maiores desafios que envolvem as instituições de ensino são as transformações inerentes a estes centros de ensino no decorrer das décadas. Aspectos e discussões sobre a realidade na qual as universidades estão inseridas, suas formas de criação e organização e características de funcionamento, constituem os desafios que acompanham as instituições de ensino superior na busca por melhores resultados.

A universidade passa então a ser um ambiente multidisciplinar, com a capacidade – ainda adormecida - de ser uma ferramenta para a resolução de problemas que afligem a sociedade. Fávero (2006) salienta que a universidade é convocada a ser o palco de discussões sobre a sociedade, com a responsabilidade de ir além de termos puramente teóricos e abstratos. Deve, sobretudo, ser o espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos, bem como ser uma entidade que promova o encaminhamento de propostas e alternativas para solução de problemas que abranjam a sociedade.

A partir das diversas lutas sociais e políticas desencadeadas no Brasil durante o século XX, Bernheim & Chauí (2008) argumentam que a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania, evidenciando, portanto, os direitos dos cidadãos. Essa associação, fez com que a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber.

Instalações, reestruturações, crises, reformas, impasses e expansões, fazem parte do ciclo de formação e manutenção das universidades no Brasil. Para Fávero (2006) a

crise da universidade, especialmente a vivida na década de 1960 – fruto de diversas insatisfações sociais advindas, dentre outros motivos, da incompatibilidade entre o número de aprovados e a disponibilidade de vagas, fazendo com que várias pessoas não conseguissem efetivar suas matrículas nas universidades públicas - pode ter relação íntima com o colapso de instituições existentes na sociedade brasileira, que não satisfizeram ou não atenderam aos interesses da velha ordem e, ao mesmo tempo, ainda não tinham assumido um papel decisivo a responder às necessidades emergentes.

Sob essa análise, o referido autor infere que alguns dos impasses vividos pela universidade no Brasil possuem como liame a própria história dessa instituição na sociedade brasileira cuja intenção inicial de sua criação não era atender às necessidades fundamentais, mas sim, vista como um bem cultural à disposição das minorias, sem ter, portanto, definição clara das suas próprias funções.

Tal entendimento se alinha à compreensão de Chauí, (2003, p. 11) ao pontuar que "a relação democrática entre Estado e universidade pública depende do modo como consideramos o núcleo da República". A forma pela qual ocorre a organização do Estado, influencia diretamente o comportamento e a estruturação das suas instituições.

Sobre o papel da universidade na década de 1920, havia duas posições:

> os que defendem como suas funções básicas a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais, e os que consideram ser prioridade a formação profissional. Há, ainda, uma posição que poderia talvez vir a constituir-se em desdobramento da primeira. De acordo com essa visão, a universidade, para ser digna dessa denominação, deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação da ciência nova. Tais questões foram também objeto de discussão na 1ª Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba, em 1927, a partir da tese As Universidades e a Pesquisa Científica, apresentada por Amoroso Costa, o qual defendia a introdução da pesquisa como núcleo da instituição universitária (FÁVERO, 2006, p. 22-23).

Após os anos de 1930, vivencia-se no Brasil uma crescente centralização de setores da sociedade. A partir de 1931, o Governo Federal elabora e implementa reformas de ensino – secundário, superior e comercial – com acentuada tônica centralizadora, cuja intenção era assumir formas bem definidas e adequadas sob a proposta de modernização do país, com ênfase na formação de elite e capacitação para o trabalho. Nesse período, diante de políticas centralizadoras, a concessão da relativa autonomia universitária como preparação gradual para a autonomia plena era uma delicada questão que não tinha período determinado para acontecer.

No final dos anos 1940, como no início dos anos 50, começam a surgir nas universidades algumas tentativas de luta por uma autonomia universitária, tanto externa como interna.

Paim, (1982, p.80 *apud* FÁVERO, 2006) destaca que quanto à institucionalização da pesquisa científica, analisando as instituições universitárias nos anos de 1980, observa-se que o impulso que a pesquisa científica alcançou entre o período de 1935 e 1945, conduz a uma frustração na década de 1950. A pesquisa científica, vista como instrumento de consolidação da universidade, repelida por mais de um século, não apresenta uma característica e aptidão própria e bem elaborada.

Assim sendo, cresce o número de universidades pelo país, mas, predominando a formação profissional, sem priorizar a pesquisa e a produção do conhecimento.

Fávero (2006) argumenta que:

> A partir da década de 50, acelera-se o ritmo de desenvolvimento no país, provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico. Simultaneamente às várias transformações que ocorrem, tanto no campo econômico quanto no sociocultural, surge, de forma mais ou menos explícita, a tomada de consciência, por vários setores da sociedade, da situação precária em que se encontravam as universidades no Brasil. Essa luta começa a tomar consistência por ocasião da tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobretudo na segunda metade dos anos 1950, com a discussão em torno da questão escola pública versus escola privada. Limitados inicialmente ao meio acadêmico, os debates e reivindicações deixam de ser obra exclusiva de professores e estudantes para incorporarem vozes novas em uma análise crítica e sistemática da universidade no país (FÁVERO, 2006, p. 29).

As inquietações advindas de movimentos sociais, externos aos muros da universidade, demonstrava a necessidade de aliar o elevado ritmo de desenvolvimento econômico vivido pelo Brasil a um consistente modelo de ensino público superior. Os avanços econômicos e socioculturais, passaram então, a subsidiar as discussões sobre o ensino público e o ensino privado, bem como alumiar o estado de precarização das universidades públicas do país. Fernandes (2004) ressalta que especialmente a partir da década de 1950, as comunidades urbanas, requeriam um formato de ensino superior que fosse capaz de corresponder às demandas intelectuais, sociais e culturais provenientes da sociedade urbano-industrial.

Neste diapasão, os movimentos estudantis sobressaem-se na luta por uma reforma universitária no Brasil, que viabilizasse, dentre outros fatores, amplas condições de acesso ao ensino público superior e autonomia universitária.

Fávero (1994) expõe que:

> A participação do movimento estudantil se dá de forma muito densa, o que torna difícil analisar a história do movimento da Reforma Universitária no Brasil sem que seja levada em conta essa participação. Dos seminários e de suas propostas, fica evidente a posição dos estudantes, através da UNE, de combater o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias. Nesses seminários são discutidas questões relevantes como: a) autonomia universitária; b) participação dos corpos docente e discente na administração universitária, através de critério de proporcionalidade representativa; c) adoção do regime de trabalho em tempo integral para docentes; d) ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas; e) flexibilidade na organização de currículos (FÁVERO, 1994, p. 150-151).

Tais reivindicações constituíram-se na base fundamental para o combate à insuficiência e inconsistência institucional que se instalara nas universidades brasileiras. O descontentamento acadêmico sobre as medidas adotadas pelo governo passou a ecoar por diversos movimentos sociais, exigindo eficazes medidas e posturas dos agentes políticos. Dentre as medidas exigidas, Fernandes (2004) destaca que estas mudanças implicavam na expansão do ensino, da ciência e tecnologia; na contribuição à produção de conhecimentos originais advindos da universidade; e na participação essencial e decisiva dos docentes nesses processos.

3.2 A reforma universitária de 1968

A reforma universitária de 1968 vem incitada por intensos debates dentro das universidades e por manifestações de rua, ao exigir do Governo medidas para problemas educacionais, como por exemplo, a escassez de vagas nos cursos superiores, a forma centralizada de gestão da universidade e a necessidade por melhorias em sua infraestrutura física e didática. Tamanha inquietação no ambiente interno e externo às universidades acentua-se, sobretudo, por mudanças adicionadas ao projeto de reforma universitária que reforçavam a autoridade do governo dentro das instituições de ensino.

Tais medidas passam a ser executadas plenamente a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, e com o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969 que passa a definir as infrações disciplinares praticadas por professores,

estudantes e funcionários e as respectivas medidas punitivas a serem adotadas nos diversos casos.

No ano de 1968, diante das reivindicações do movimento estudantil, Rothen (2003) registra que, sucessivamente, são instaladas pelo governo militar duas comissões – por meio de arranjos políticos diferentes, que foram convergentes em alguns pontos do diagnóstico - cuja intenção era que fossem apresentadas propostas para a formulação de um conjunto de medidas que contivesse a onda de agitações e que gerasse soluções para a universidade brasileira. Foram criadas, então, a comissão Meira Mattos e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.

Diante da crise universitária, o governo institui num primeiro momento, a Comissão Meira Mattos (12/1967) e, posteriormente, por meio do decreto nº 62.937, de 02 de julho de 1968, foi criado um Grupo de Trabalho da reforma universitária (GT) para elaborar as medidas que deveriam ser tomadas para solucionar a crise instaurada na universidade (FÁVERO, 2006).

Sobre as conclusões apresentadas no relatório do Grupo de Trabalho, Fernandes (1974) afirma que tal contexto institucional faz parte da situação histórico-social, onde, observa-se que quando a atuação conservadora se acha ameaçada é compelida a assumir o controle político dos processos de modernização cultural e de inovação institucional (FERNANDES, 1974).

Diante de tais medidas, o governo manteve, portanto, a preservação do poder mediante grupos conservadores e sem avançar na busca de soluções dos problemas nas universidades.

O relatório do Grupo de Trabalho da reforma universitária constata que "ainda se revela inadequada para atender às necessidades do processo de desenvolvimento, que se intensificou na década de 1950, e se conserva inadaptada às mudanças dele decorrentes" (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1983, p. 17). No que concerne às expansões das instituições de ensino superior pelo país, o relatório expõe que esse processo dá-se "por simples multiplicação de unidades" e arremata argumentando que "a universidade se expandiu mas, em seu cerne, permanece a mesma estrutura anacrônica a entravar o processo de desenvolvimento e os germes da inovação" (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1983, p. 19).

Observa-se que dentre as discussões que acompanham os processos de formação, reformulação, expansão e administração das universidades, deve-se

considerar que essa dinâmica engendra a necessidade de tratamentos específicos no tocante às questões que se sobressaem dos aspectos puramente técnicos.

Fávero (2006) explica que no limiar da década de 1980 um número expressivo de professores previamente demonstrava a consciência de que o problema da universidade envolvia não apenas aspectos técnicos, mas também um caráter marcadamente acadêmico e político, exigindo análise e deliberações adequadas.

Sob outra perspectiva, Martins (2009) explica que a reforma do ensino superior de 1968 a qual visava fundamentalmente à modernização e expansão das universidades públicas federais, produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Tendo como desdobramento a abertura para um novo modelo de ensino superior privado, tendo em vista que as modificações introduzidas nas universidades federais não foram suficientes para ampliar satisfatoriamente seus quadros de vagas e atender à crescente demanda de acesso.

A partir do processo de modernização do ensino superior público, foi possível a melhoraria de condições para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, eixos da universidade que se encontravam desconectados. Nesse período, foi introduzido o regime departamental e relacionado à progressão docente à titulação acadêmica. Tal medida favoreceu um conciso programa de iniciação científica, o qual buscou articular ainda na graduação o ensino e a pesquisa, sendo importante subsídio para a formação de novos acadêmicos e pesquisadores.

A reforma de 1968, apesar do alcance de medidas inovadoras, ampliou as condições e favoreceu a instalação para o robustecimento de um ensino privado, organizados em estabelecimentos isolados, o qual Fernandes (1975) considera que estão voltadas apenas à mera transmissão de conhecimento de cunho profissionalizante sem relacionar as ações de ensino com a pesquisa científica, que possui a capacidade de ampliar o intelecto e promover maior senso crítico ante às inquietações que abrangem a sociedade brasileira e as transformações de nossa época. Entre outros fatores, a difusão do ensino privado foi estimulada devido o cenário de elevada demanda educacional e pela organização de grupos empresariais.

Nesse contexto histórico, Romanelli (1978) afirma que a mentalidade empresarial imbuiu um modelo educativo cujo desenvolvimento fora garantido por interesses de grupos ligados ao governo. Com efeito, as políticas de ensino ficaram assentadas sobre os princípios organizacionais da grande empresa, tais como racionalidade, eficácia e produtividade.

Nessa perspectiva, Fernandes (2004, p. 300) pondera que o ensino superior brasileiro, ajustou-se unicamente “aos requisitos de poder de uma estratificação social oligárquica, amolgando-se ao privilegiamento societário dos profissionais liberais”.

O ensino superior privado surgido após a reforma de 1968 difere-se daquele ensino privado que existia no período anterior, o qual em muitos aspectos organizacionais se assemelhava ao ensino público. Trata-se de um sistema, agora, estruturado de acordo com o conjunto de estratégias de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional. Esse novo padrão, subverteu a concepção de ensino superior ancorado na complementariedade entre ensino e pesquisa, na preservação da autonomia acadêmica do docente, no compromisso com o interesse público, e passou a converter sua clientela em consumidores educacionais (ALTBACH, 2005; MARGINSON, 2007; *apud* MARTINS, 2009).

No início da década de 1960, intensos movimentos, com a participação de docentes, pesquisadores e estudantes, buscavam a reforma universitária. Por sua vez, os docentes, influenciados por uma formação diversificada no exterior, aspiravam transformar a universidade em um ambiente de constante produção do conhecimento científico. Em reuniões com as diversas categorias compositoras da universidade, discutia-se o caráter elitista da universidade, a necessidade de concurso público na contratação de professores e ampliação da participação estudantil em órgãos colegiados.

Desse cenário, estudantes se mobilizaram para reivindicar o direito para estudar nas universidades públicas. O problema instalado dava-se devido à incapacidade das universidades para absorver os estudantes aprovados nos vestibulares. "Em 1960, 29 mil estudantes não conseguiram vagas nas instituições para as quais tinham sido aprovados, número que aumentou para 162 mil em 1969" (MARTINS 2009, p. 19).

Fernandes (2004) ainda enfatiza que a universidade é um produto de uma sociedade que se adequou, sob aspectos estruturais e históricos, a uma condição cultural estabelecida de fora para dentro. Sendo assim, os interesses e valores sociais que incitaram o crescimento institucional do ensino superior, provém da situação de dependência, a qual mobilizou a expansão do ensino em busca da continuidade de sujeição educacional e cultural.

Não obstante, Cunha (1975, p. 35) argumenta que o ensino superior passou a ser visto pelas classes médias como uma estratégia de ascensão social:

> A pressão para a expansão do ensino superior estava relacionada à ampliação da taxa de matrícula do ensino médio, que cresceu 4,3 pontos entre 1947 e 1964. Ao mesmo tempo, o processo de concentração da propriedade e de renda, em curso na sociedade brasileira desde a década de 1950, acentuado pela política econômica adotada a partir de 1964, conduziu as classes médias a encarar a educação superior como uma estratégia para a concretização de seu projeto de ascensão social (CUNHA, 1975, p. 35).

Foi diante desse quadro que o governo militar sentiu-se pressionado a reestruturar o ensino superior. Encomendou vários estudos e criou comissões e grupos de trabalho com o objetivo de propor medidas para o ensino superior. Os diagnósticos e recomendações reunidos nesses documentos apresentavam um ajustado grau de convergência, ao considerar que o sistema de ensino superior não poderia continuar a atender a um público restrito, forma como estava estruturado. Foi proposto, portanto, sua expansão, a qual devido à escassez de recursos financeiros levou à introdução do princípio da expansão com contenção (MARTINS, 2009).

Sendo assim, a reformulação do ensino superior deveria pautar-se por uma racionalização dos recursos e pela flexibilidade estrutural, evitando a dupla tomada de decisão para o atendimento das mesmas finalidades acadêmicas. Vale ainda salientar que a produção de um discurso oficial que constantemente realçava escassez de recursos financeiros permitiu, num momento posterior à reforma de 1968, evocar a situação de "complementaridade" da rede privada na ampliação do sistema educacional superior.

O argumento da escassez de recursos não foi um óbice para que o governo militar organizasse sua política de desenvolvimento técnico-científico. Mediante recursos financiados pelo BNDE, posteriormente FINEP, as universidades federais receberam recursos financeiros que lhes possibilitaram a edificação de novos campi universitários, a construção de laboratórios, a institucionalização da carreira docente, além da instalação da pós-graduação. Porém, a partir dessas medidas, no plano social, estruturava-se um modelo seletivo, onde suas vagas passariam a ser ocupadas por um grupo restrito de estudantes dotados de razoável volume de capital econômico e/ou cultural (MARTINS, 2009). Essa seletividade sobre o perfil dos estudantes pode ser entendida com uma tentativa de preservar as universidades de um processo de massificação do ensino, limitando a expansão universitária para determinadas regiões (CUNHA, 2004).

Concomitantemente, Martins (2009, p. 23) assevera que “entre 1965 e 1980, as matrículas do setor privado saltaram de 142 mil para 885 mil alunos, passando de 44% do total das matrículas para 64% nesse período”. No que compreende a fase inicial – período de 1960 a 1970 - do processo de expansão do ensino superior privado, sua multiplicação pelo país, concentrou-se basicamente mediante a instauração de estabelecimentos isolados de pequeno porte.

3.3 A universidade a partir da década de 1980

A década de 1980 foi marcada pelo aumento dos quadros inflacionários e aumento do desemprego, fazendo com que houvesse uma desaceleração da expansão do ensino superior. Martins (2009) salienta ainda que as críticas sobre a qualidade do ensino privado se intensificaram por parte de várias associações profissionais e de outros segmentos da sociedade civil, devido à filosofia empresarial adotada pelas instituições privadas de ensino superior, inculcando intensa vigilância ideológica no interior de suas instituições e evitando a produção de conhecimento crítico em seus estabelecimentos. Emerge dessa relação, a decisão governamental de suspender a criação de novos cursos nos estabelecimentos de ensino privados existentes e de implantar instituições públicas em áreas geográficas de menor interesse econômico para a rede privada.

Até 1980, a participação da rede privada no ensino superior e sua disponibilidade de cursos e matrículas pelo país, assumiu posição substancial para a minimização do *déficit* de vagas, reduzindo assim a negativa relação oferta e demanda.

> De 1990 a 2002, a demanda por educação superior, expressa através do número de inscrições no vestibular, cresceu aproximadamente em 160% e a oferta de vagas aumentou para 252%. Devido à retração das vagas na rede federal, a absorção dessa demanda foi realizada em larga medida pelas instituições privadas. A expansão da oferta contribuiu para a redução do número de candidatos por vagas, de 3,8 para 2,8 nesse período (MARTINS, 2009, p. 26).

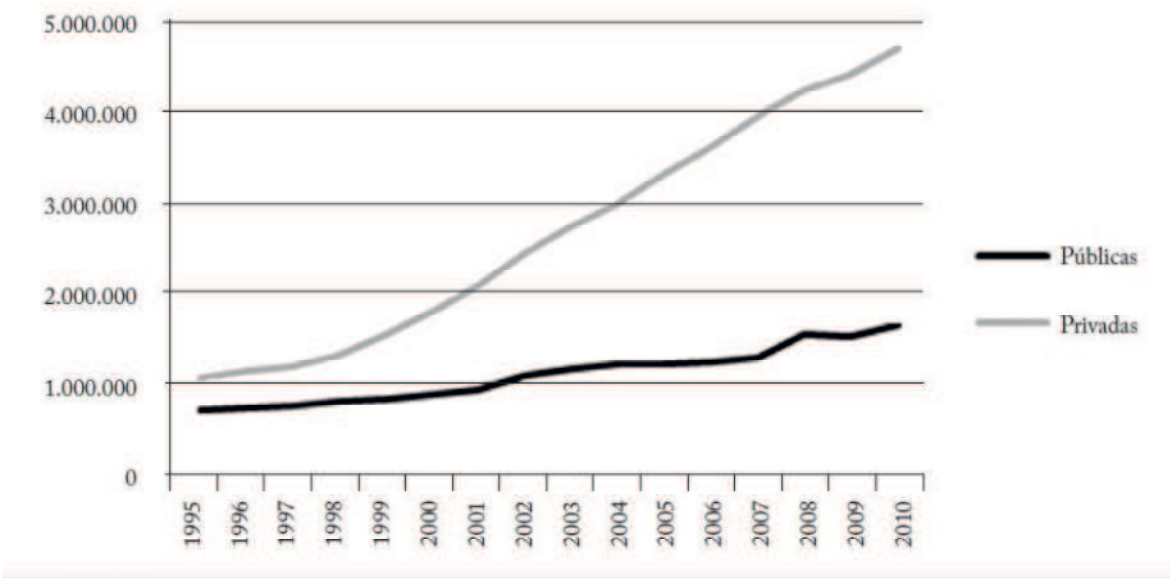
Nesse período, de 1990 a 2002, o crescimento do número de instituições privadas de ensino superior no Brasil deu-se de forma acelerada, quando comparado com a estagnação expansionista de universidades públicas federais pelo Brasil. As parcerias e apoios firmados entre governos e empresários do segmento de mercado voltado à comercialização da educação superior pelo país, estendeu-se e foi a

responsável pela absorção de grande parte dos novos estudantes e criação de novas vagas em cursos de ensino superior.

> Entre 1995 e 2002 as matrículas saltaram de 1,7 milhões para 3,5 milhões de estudantes, um crescimento da ordem de 209%. Se o ensino público experimentou um aumento em termos de matrículas, foi o setor privado que comandou essa expansão, uma vez que suas matrículas de graduação cresceram de 60% para 70%. O número de universidades públicas ficou praticamente estagnado, ao contrário das universidades privadas, que passaram de 63 para 84 estabelecimentos (MARTINS, 2009, p. 25).

Mancebo; Do Vale; Martins (2015), a partir da Figura 2, esclarecem que em 1995, registrava-se a oferta de 39,8% das matrículas de educação superior em instituições públicas e 60,2% nas instituições privadas. Já em 2002, afirmam que a tendência privatizante intensifica-se, com 30,8% das matrículas em instituições públicas para 69,2% nas privadas.

Figura 2 - Evolução das matrículas dos cursos de graduação presenciais e à distância no Brasil, por organização acadêmica (1995-2010)



Fonte: Mancebo; Do Vale; Martins, (2015).

A política de expansão da educação pública superior instaurada pelo governo federal a partir de 2003, ao identificar, mediante prévio diagnóstico, a arritimia existente entre a taxa de escolaridade líquida da educação superior brasileira e a meta de 30% proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), centrou-se em elaborar um conjunto de medidas que possibilitassem a evolução e adequação deste indicador educacional à meta estabelecida. Tal política expressava o duplo intuito de manter o

crescimento do sistema público educacional de nível superior, cujo predomínio concentrava-se no segmento particular, e, simultaneamente, redirecionar parcialmente os diversos recursos governamentais em prol do segmento federal (CARVALHO, 2014a).

Para isso, nessa conjuntura de mudanças históricas, a universidade, regida por regras e normas, somente se apresenta como instituição autônoma quando está inserida em um Estado democrático. Assim, as decisões estatais refletem diretamente nas ações e na sistematização das atividades atinentes ao meio universitário.

Dito dessa forma, as definições estatais, realizadas via reformas de Estado, as quais visaram definir os setores que compõem o Estado, atribuíram à educação, saúde e à cultura o caráter de setores não exclusivos do Estado. Chauí (2003) destaca que a reclassificação da educação como atividade não exclusiva do Estado, significou que a educação ante a substantivação de um direito, passa a ser vista como um serviço que pode ser privado ou privatizado.

Diante das impetuosas reformas intentadas, Saviani (2004, p. 38), explica que "[...] embora todo o arcabouço da educação tenha sido afetado, prevalecia, ainda, o mecanismo de se recorrer a reformas parciais, fazendo falta um plano de conjunto que permitisse uma ordenação unificada da educação nacional em seu todo". O enxugamento da máquina do Estado, a partir do compartilhamento de áreas com a esfera privada, ao definir setores estatais não exclusivos, reduziu a capacidade protagonista e investidora do governo em aspectos basilares nas políticas sociais, conduzindo as regulamentações de ensino às urgências determinadas pelos grupos de interesses que detinham o poder Executivo do país.

Pimenta & Alves (2010) esclarecem que uma tendência desse aparato político e econômico de reforma estatal, foi impulsionada pelos efeitos de processos globais que acarretaram na minimização dos espaços de atuação do Estado. Essa redução de exclusivas atribuições coloca em evidência, a "eficiência" exclusiva do setor privado, tendo em vista sua dinâmica e agilidade na "gestão" de seus interesses. E, no caminho oposto, atribui-se ao Estado o estereótipo da lentidão, da ineficiência e do atraso no direcionamento das atividades que lhe competem.

A partir do momento em que o ensino privado superior desenvolvia-se buscava, mediante parcerias com importantes instituições, delinear o perfil e a identidade institucional desse segmento, traçando medidas de organização dos interesses perante o poder público e a diante da sociedade.

Em 2003, buscando suprir históricas lacunas educacionais em diversas regiões do país e ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior, o governo federal promoveu um redirecionamento das políticas de educação superior no Brasil, destinando maior dotação orçamentária para a área da educação e o fortalecimento do ensino público superior federal, com a criação de novas unidades e contratação de novos servidores públicos para as Instituições Federais de Educação Superior – IFES.

3.4 O projeto de expansão REUNI

Visando à democratização do acesso e à permanência dos estudantes no ensino superior, em 2004, o governo federal instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI[3]). Tal iniciativa facilitou a entrada de estudantes de baixa renda em cursos superiores pelo país, ao conceder bolsas de estudo, integrais ou parciais, no valor de 50% das mensalidades pagas em faculdades privadas. Nesse mesmo ano, o governo apresentou um projeto de Reforma Universitária, tal projeto buscou recuperar o papel do Estado como ator central na condução do sistema de ensino superior, estabelecendo um marco regulatório para o funcionamento dos estabelecimentos públicos e privados (MARTINS, 2009).

Em traços breves, torna-se pertinente evidenciar a amplidão do conceito de democracia, onde, para Chauí (2001), trata-se de uma análise que vai além da ideia de um regime político ajustado à forma de governo. A democracia pode ser identificada como um regime político aberto a mudanças temporais, inseparável da ideia de espaço público, a qual busca conciliar os princípios da igualdade e da liberdade, considerando ainda a existência real de desigualdades a serem superadas. Atentando para tal observação, a democracia possui a faculdade de diferenciar privilégios e carências.

Nierotka & Trevisol (2016) destacam que a democratização do acesso à educação superior, tendo como foco principal, maiores possibilidades de inserção dos jovens de baixa renda nas universidades, passou a ganhar atenção especial na agenda dos governos e da sociedade brasileira, sobretudo a partir dos anos 2000, desencadeando assim, políticas públicas de expansão e interiorização das vagas, assim como ações afirmativas voltadas aos grupos sociais mais excluídos.

[3] Programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior (http://siteprouni.mec.gov.br/).

Tais medidas de ampliação de acesso à educação se alinham com o disposto na Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, o qual define a educação como um direito de todos, identificou-se que a universidade possui a capacidade de ser um instrumento de transformação social, nessa perspectiva, vários movimentos reivindicatórios se mobilizaram em busca da expansão da educação superior e gratuita.

Nesse sentido, para dar cumprimento ao disposto na Constituição, foi elaborado o Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010), que fixou metas que demandavam um aumento considerável dos investimentos na área educacional, além de metas que buscavam a ampliação do número de estudantes atendidos em todos os níveis da educação superior. Foram estabelecidos, nos últimos 10 anos, os programas de expansão do ensino superior federal, e sua primeira fase, denominada de Expansão I, compreendeu o período de 2003 a 2007 e teve como principal medida interiorizar o ensino superior público federal, o qual contava até o ano de 2002 com 45 universidades federais e 148 campus/unidades (ANÁLISE SOBRE A EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS 2003 a 2012).

Em 2007, o Governo Federal institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto nº 6.096/2007, cuja intenção, dentre outras, era incrementá-las de recursos financeiros, a fim de melhorias nas estruturas físicas da universidade e possibilidade de criação de novos campus para o interior do país - de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das universidades - ampliação do acesso para novos estudantes e fomento à geração de novos cursos de ensino superior, além de reestruturar[4] os cursos existentes nas IFES.

O REUNI buscou aglutinar esforços para a estruturação de uma política nacional de expansão da educação superior, almejando cumprir ao disposto pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), o qual estabeleceu o provimento da oferta da educação superior para pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

O projeto de expansão, proposto e executado pelo Governo Federal, possibilitou maior redistribuição de campus universitários pelo interior do país, ampliando as vagas

[4] É conveniente destacar ainda que, de acordo com Carvalho (2014a), em 2008, houve a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com a criação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, constituídos a partir da integração e reorganização dos CEFETs, Escolas Técnicas Federais (ETFs) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) vinculados às Universidades Federais.

e facilitando o acesso ao ensino superior para jovens residentes em regiões distantes dos grandes centros urbanos. O REUNI possibilitou:

> [...] um expressivo crescimento não somente das universidades federais, mas também de campus no interior do país. De 2003 a 2010, houve um salto de 45 para 59 universidades federais, o que representa a ampliação de 31%; e de 148 câmpus para 274 câmpus/unidades, crescimento de 85%. A interiorização também proporcionou uma expansão no país quando se elevou o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, com um crescimento de 138%. [...] no âmbito da integração e do desenvolvimento regional, destacam-se a criação de 47 novos câmpus no período entre 2011 e 2014 (ANÁLISE SOBRE A EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS 2003 a 2012).

O processo de expansão avaliado na dimensão política possibilita aferir o cumprimento do objetivo do programa uma vez que fomentou maior democratização do acesso, com o aumento de mais de 100% do número de vagas de graduação presencial ofertadas nas universidades federais e a criação de novas universidades[5] e novos campus universitários. Na dimensão pedagógica pode-se afirmar que o REUNI estimulou a mudança de paradigmas, na medida em que possibilitou a organização de novos arranjos curriculares, com destaque para os bacharelados interdisciplinares, implantados em 15 universidades.

Há um reconhecimento de que a interiorização universitária traz ainda, contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, ao desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão. Desse modo, o REUNI apresenta-se como um programa que possibilita às IFES cumprir seu papel de apoio ao desenvolvimento dos estados, das regiões e do país (ANÁLISE SOBRE A EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS 2003 a 2012).

O relatório expressa ainda o comprometimento e o papel da universidade em ser, por excelência, um espaço de produção do conhecimento, de vanguarda, instituição fundamentada, sobretudo, com a missão de promover o desenvolvimento humano e impulsionar o desenvolvimento social mediante a formação de pessoas e a promoção de ações que se estendem para além do reduto universitário. O compromisso social reside em aproximar as pessoas às dinâmicas e desafios inerentes à vida na cidade e no campo.

---

[5] Dentre outros critérios, para uma instituição ser credenciada como universidade, os seguintes requisitos deveriam ser obedecidos: existência de produção intelectual institucionalizada; um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e a mesma parcela em regime de tempo integral (MANCEBO; DO VALE; MARTINS, 2015).

Ademais, as propostas imbuídas no projeto de expansão das universidades federais, trouxeram consigo a necessidade de avaliações das condições socioeconômicas das regiões, a fim de assegurar que as escolhas de novas unidades de ensino estimulassem a redução de disparidades e a promoção do desenvolvimento nas mais variadas regiões do país.

Três ideias norteadoras das reformas do ensino nas universidades, nunca foram desprezadas para a execução dos remanejamentos educacionais: o elo da educação à segurança nacional, ao desenvolvimento econômico nacional e à integração nacional (CHAUÍ, 2001). As universidades podem ser identificadas como um agente capaz de transformar regiões e realidades e de favorecer políticas de desenvolvimento, ao assumir espaço terminante quando governos intentam políticas voltadas ao fomento da integração e desenvolvimento nacional.

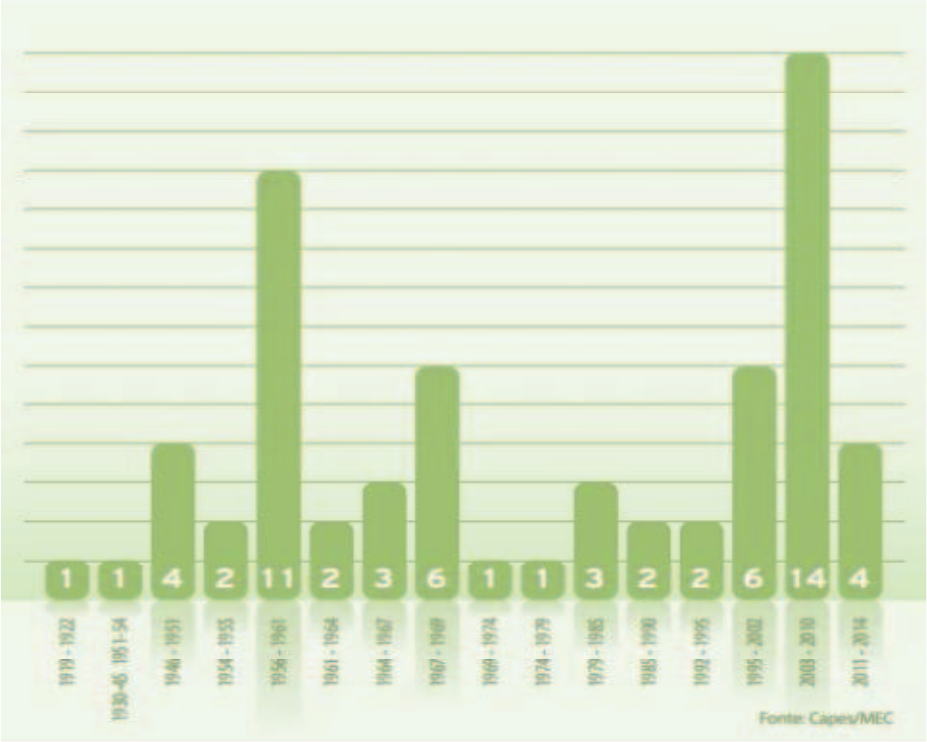
Pimenta & Alves (2010, p. 12) expressam que "é na dimensão do local que se circunscreve o interesse de buscar respostas aos problemas sociais regionais-locais, sem perder de horizonte os traçados da ordem global". O processo de instalação de novas unidades deu-se atentando para os desafios que permeiam o desenvolvimento regional e as políticas de integração nacional. Inseridas no projeto REUNI, a criação das universidades voltou-se, preferencialmente, aos municípios polos de mesorregiões, onde, com a participação e envolvimento de acadêmicos e da comunidade local, buscou-se a implantação de campus e cursos mediante a realização de amplas discussões sobre as vocações regionais e alicerçadas no plano estratégico para o desenvolvimento do país. Além disso, visou minimizar as assimetrias regionais, realizando ainda a ampliação dos recursos para assistência estudantil e manutenção dos estudantes na universidade, a partir da concessão de bolsas de estudo e de outros incentivos governamentais.

Porém, apresentando-se com um óbice aos processos e políticas de desenvolvimento, adotadas pelo governo, sobretudo na última década, Carvalho (2014b) explica ainda que a análise das diversas concepções de desenvolvimento praticadas no país, especialmente no Nordeste brasileiro, evidencia as oscilações marcantes na condução de uma eficaz política de desenvolvimento regional. Como resultado, as prioridades conferidas em termos políticos, a propósito do soerguimento socioeconômico dessa região, ainda cinge-se em um universo circunstancial.

De acordo com informações presentes no relatório de Governo Federal sobre o processo expansionista no país, entre o período de 1919 a 2014, foram criadas 45

universidades. A Figura 3 contempla a distribuição de todas as universidades criadas no país, de acordo com seu período de implantação. Para o período de 2003 a 2010, vale salientar que, destas 45, foram criadas 14 universidades.

Figura 3 – Faixa Temporal de Criação das Universidades Federais

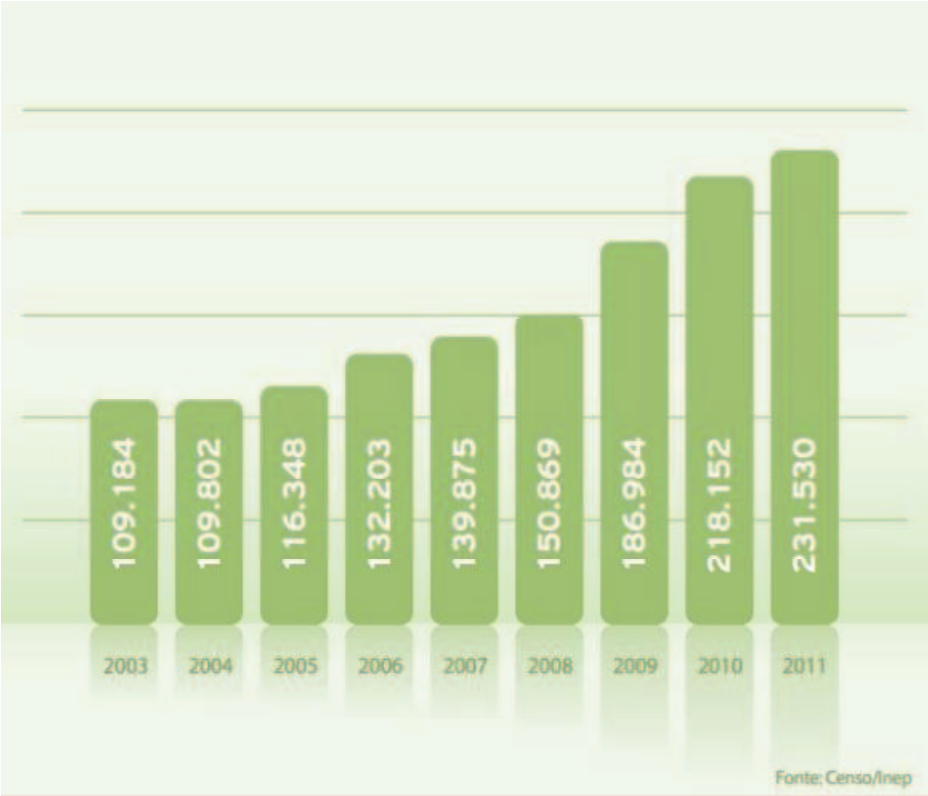


Fonte: Análise sobre a expansão das Universidades Federais.

Evidencia-se na Figura 4 o crescimento de aproximadamente 30 mil vagas no período compreendido entre 2003 e 2007, porém, a percepção mais acentuada da expansão das vagas nos cursos de graduação presencial nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES deu-se de 2007 até 2011, período de concepção e implementação do REUNI.

Torna-se ainda relevante salientar que em 2005, foi criado o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), o qual também contribuiu com a oferta de cursos e programas de educação superior, ao oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada aos docentes em exercício na educação básica pública há pelo menos um ano e que ainda não possuíam a habilitação legal exigida para o exercício da função (CARVALHO, 2014a).

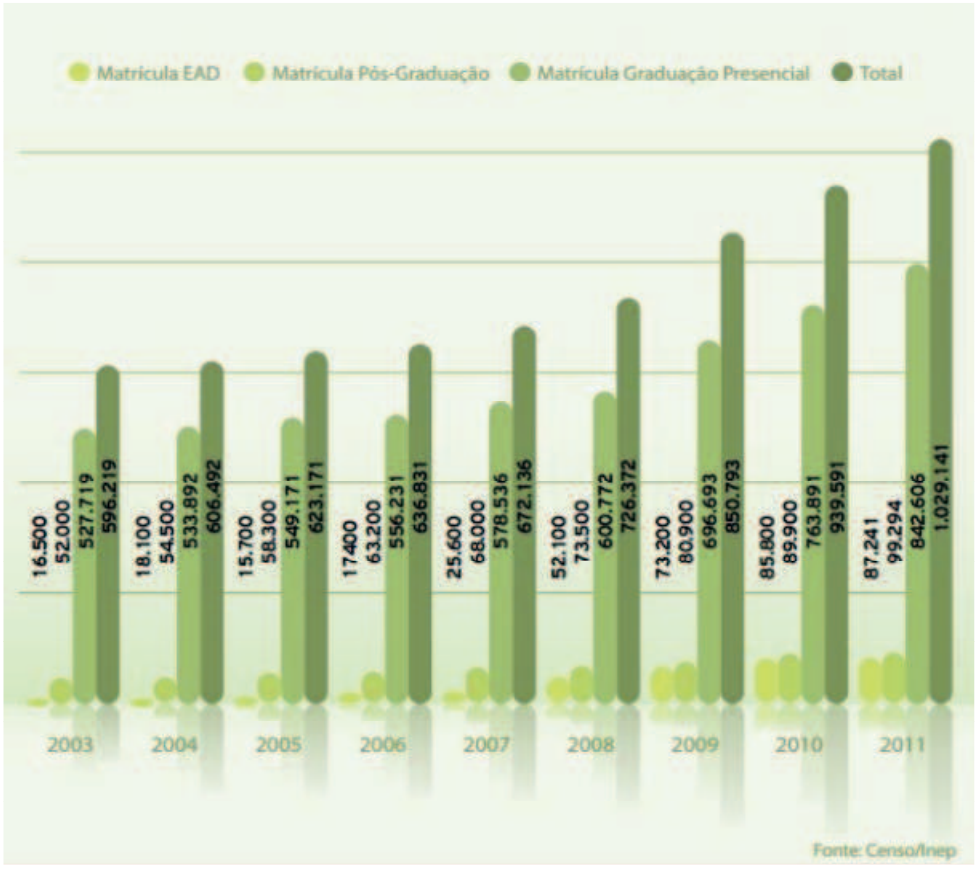
Figura 4 – Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2011



Fonte: Análise sobre a expansão das Universidades Federais de 2003 a 2012.

A Figura 5 ilustra o crescimento no número de matrículas na graduação e pós-graduação. Merece destaque ainda, que o número dessas matrículas quase que duplicou no período avaliado, diretamente motivado pelas políticas de expansão fomentadas pelo Governo Federal em articulação com as IFES.

Figura 5 – Matrículas na graduação e pós-graduação nas Universidades Federais de 2003 a 2011



Fonte: Análise sobre a expansão das Universidades Federais de 2003 a 2012.

Dessa forma, fundamentado sobre princípios inclusivos, o REUNI contribuiu para o favorecimento de uma nova fase do ensino superior no país, com a implantação de novas universidades e campus, com o crescimento do número de matrículas e proporcionando intensa interiorização destas instituições pelo país. Tal medida descentralizadora buscou contribuir com o desenvolvimento das regiões e com a redução de dessimetrias regionais existentes no Brasil.

Cabe, no entanto, destacar que o processo de expansão ocorrido nas instituições públicas pelo país por meio do REUNI deve assumir características de um processo contínuo o qual necessita perseguir o cumprimento das metas e planos instituídos pelo Plano Nacional de Educação – PNE, fundamentado, essencialmente, na busca pela qualidade nas ações de ensino, pesquisa e extensão, e inseridas numa ação protagonista para o desenvolvimento do país.

Nessa perspectiva, as universidades públicas federais criadas na última década são desafiadas a se projetar no meio educacional, sob um panorama de novas demandas e incumbências, devendo, portanto, intervir na realidade social a partir de projetos distintos e inovadores de educação superior. Penetrado nesse debate, ganha centralidade o bojo discursivo que abrange o contexto sobre as políticas de expansão, as problemáticas do elitismo, as desigualdades sociais e as assimetrias regionais, desafiando as novas IFES a assumirem políticas de acesso e dinâmicas de inclusão cada vez mais arrojadas (NIEROTKA & TREVISOL, 2016).

3.5 Os desafios da universidade no século XXI

No Brasil a atuação universitária, já no início do século XXI, foi marcada por atuações governamentais e acadêmicas promovidas dentro e fora da universidade. A crise institucional nas universidades públicas apresentava-se como um óbice que comprometia a autonomia pedagógica e científica das universidades, sendo o poder público, um importante ente no tocante a ditar o ritmo de atividades acadêmicas, uma vez que estas dependiam do financiamento público do Estado para a manutenção das suas ações.

À medida que o Estado passou a reduzir seu compromisso político com as universidades, sob a égide do entendimento de que por ser um bem público, este não deve ser exclusivamente assegurado pelo Estado, mergulha-se as universidades públicas em uma crise institucional. Pode-se aferir que a crise institucional vivenciada pelas universidades no Brasil e na grande maioria dos países, foi provocada ou induzida pela secagem financeira e descapitalização destas instituições públicas, acentuada pela ausência de políticas públicas voltadas às universidades (SANTOS, 2011).

Ao mesmo tempo, na conjuntura atual, passa a existir o entendimento de que as universidades públicas estão inseridas em um processo de desinvestimento estatal e de mercantilização das universidades e do ensino. É conveniente enfatizar a argumentação de Carvalho (2014a, p. 5) a qual, sobre o objeto em tela, afirma que “a dependência da trajetória percorrida e o peso das políticas herdadas são fatores explicativos poderosos para a compreensão da inércia institucional de uma determinada política pública”. Já Santos (2011) salienta que diante desse cenário, a forma como o público universitário tem se organizado, decorre de relações pautadas na valorização do capitalismo educacional.

Nessas condições, torna-se difícil manter o ritmo necessário à continuidade de programas e projetos requeridos para o desenvolvimento educacional do país. Por sua vez, Chauí (2003) afirma que é pela destinação da riqueza pública aos direitos sociais – área onde se inclui a educação - que se mede a democratização do Estado e da universidade.

O esforço das universidades públicas em manter a atenção de políticas públicas e investimentos governamentais, além de sustentar suas estruturas e seu protagonismo no ensino superior, ante o crescimento das instituições privadas superiores, coloca aquelas em posição contínua de superação de fragilidades no intuito de ser agente de transformação social a partir da promoção do ensino, pesquisa e extensão. Intenciona-se, portanto, que a universidade mantenha sua autonomia – financeira e administrativa – e ultrapasse os ciclos de crises financeiras por meio da geração de receitas próprias e de parcerias público-privadas.

Chauí (2003) salienta que, diante de uma perspectiva de mudança da universidade pública, voltada ao viés da formação acadêmica e tendo a democracia como leme de direção, é necessário algumas condicionantes a essa mudança: colocar-se claramente contra a exclusão, definindo a educação superior como um direito – universal – do cidadão; defesa da universidade pública, estimulando sua ampliação na capacidade de absorver os membros de classes populares, outrora excluídas e apartadas desse direito; e firme recusa da privatização dos conhecimentos, impedindo que um bem público tenha apropriação privada.

As universidades públicas federais, voluntariamente, inseriram-se em uma recente política pública de ampliação do seu corpo técnico e docente, das estruturas físicas e do número de vagas em seus cursos superiores. Nesse contexto, torna-se salutar a manutenção desse processo expansionista, ao garantir o livre acesso ao direito universal à educação pública superior, viabilizando a sustentação das políticas educacionais que subsidiam a plena estadia dos estudantes nestas instituições, além da geração de incentivos que exerçam sobre as universidades públicas um papel impulsionador na geração e transmissão de conhecimentos aos cidadãos.

O exercício das atribuições acadêmicas demanda autonomia sobre suas próprias questões. Destarte, para isso, faz-se necessário haver a preservação da independência universitária sobre aspectos ligados à condução administrativa, patrimonial e financeira. Coexistindo a transparência sobre as decisões tomadas pelas instituições e diálogos e debates com a sociedade civil organizada, fomentando uma relação frutífera e eficaz,

baseada na apresentação de sugestões e demandas advindas da sociedade e do Estado para a construção de uma universidade mais plural e inclusiva.

As parcerias com os movimentos sociais nacionais e regionais podem auxiliar na definição de metas e objetos de pesquisa a serem desenvolvidos nas universidades, uma vez que a interação da sociedade com o meio acadêmico exerce uma importante função de avaliação social sobre a constante relevância da instituição universitária. Em contrapartida, a universidade tem as aptidões necessárias à elaboração de cursos de extensão e outros serviços especializados, voltados ao desenvolvimento desses movimentos (CHAUÍ, 2003).

Martins (2009) relata que nas últimas quatro décadas, no Brasil, o ensino superior se estruturou como um campo acadêmico heterogêneo e complexo. Essas instituições criaram estruturas acadêmicas que propiciaram a produção científica institucionalizada, dispondo de cursos de pós-graduação, e associando as atividades de ensino e pesquisa, com a implantação de programas de iniciação científica por meio de parcerias com agências de fomento nacionais.

O significativo firmamento de parcerias entre agências nacionais, grupos e movimentos sociais e instituições paraestatais ligadas ao terceiro setor, ampliam e aprofundam as possibilidades de sucesso institucional da universidade. O diálogo entre acadêmicos e a população na construção de debates públicos, onde grupos podem expor suas diferentes formas de leitura dos ambientes os quais estão inseridos e interagindo constantemente, viabiliza a ação eficaz da leitura de territórios, como também identifica problemas e lacunas a serem preenchidas no tocante às dimensões políticas, educacionais, éticas e culturais.

Surge dessa relação, a possibilidade de delinear em fóruns participativos, as potencialidades disponíveis em diversas regiões, compartilhando soluções que respeitem as dinâmicas locais, a individualidade de culturas e povos e as diferenças em escalas comunitárias e institucionais (TASSARA; ARDANS; BATISTA, 2010).

4 CAPÍTULO III – A IMPLANTAÇÃO DO CDSA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ E SEUS IMPACTOS

4.1 Apresentação de dados e indicadores do município de Sumé – PB

Mediante informações mais recentes e constantes no relatório 2013 do Atlas Brasil, sobre os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH[6]), utiliza-se para a classificação dos municípios brasileiros, de uma metodologia baseada, dentre outros critérios, da mensuração de dados sobre Educação, Longevidade e Renda para a composição do IDH-Municipal.

Diante do ranking de municípios, o Quadro 1 apresenta dados consolidados do município de Sumé o qual encontra-se na posição 3.534º com IDH-M de 0,627, a frente de municípios paraibanos como Gurjão (3.587º), Soledade (3.771º), Ouro Velho (3.820º), São João do Cariri (3.653º) e Areia (4.284º) e abaixo de municípios paraibanos como Serra Branca e Monteiro, ambos na posição (3.519º, com IDH-M de 0,628), Pombal (3,407) e Uiraúna (3.378º).

Quanto aos termos percentuais da população entre 18 a 20 anos com ensino médio completo e da população de 18 anos ou mais com fundamental completo, verifica-se que os números são 36,55% e 35,19%, respectivamente. Tal cenário expõe as fragilidades educacionais enfrentadas pela população e reforça a necessidade de contínua intensificação e fortalecimento dos processos e políticas públicas educacionais no município de Sumé, passando desde o ensino superior – centro de extensão, pesquisa e formação de novos professores de ensino fundamental, médio e superior – como também pelo robustecimento quantitativo e qualitativo das escolas de ensino fundamental e médio nessa região.

A renda per capita no município, conforme evidenciado no Quadro 1, no ano de 2013 era de R$ 339,68, valor acima da renda per capita de municípios paraibanos como, Serra Branca (R$ 330,05), Boa Vista (R$ 314,11), e Camalaú (R$ 242,92) e abaixo da renda per capita de municípios como São João do Cariri (R$ 373,55), Monteiro (R$

[6] "O IDHM é um índice composto por três das mais importantes áreas do desenvolvimento humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda). Os dados utilizados são os do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IDHM vai de 0 a 1: quanto mais próximo de zero, pior o desenvolvimento humano, quanto mais próximo de um, melhor. Para o IDHM 2013, o acesso ao conhecimento de cada município foi medido pela composição de dois subindicadores com pesos diferentes: escolaridade da população adulta e fluxo escolar da população jovem". Mais informações encontram-se disponíveis no portal eletrônico do Altas Brasil: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_educacao/>.

392,05) e Pombal (R$ 401,60). O município de Sumé, apesar de possuir uma renda per capita superior a de muitos municípios da região do cariri paraibano, apresenta baixa renda quando comparados com cidades como Monteiro e Pombal, ambas possuidoras de campus federais de ensino superior em suas faixas territoriais.

Quadro 1 - Informações – IDH-M 2013 – Município de Sumé

Posição no Ranking – municípios brasileiros	**3.534º**
Percentual da população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola	98,76
Percentual da população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do fundamental ou que já o concluiu	84,58
Percentual da população de 15 a 17 anos com fundamental completo	43,32
Percentual da população de 18 a 20 anos com ensino médio completo	36,55
Percentual da população de 18 anos ou mais com fundamental completo	35,19
IDH-M - Educação	0,534
Esperança de vida ao nascer	70,88
IDH-M - Longevidade	0,765
Renda per capita média	339,68
IDH-M - Renda	0,602
IDH-M	0,627

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

4.2 Análise comparativa entre os municípios de Sumé e Serra Branca na dimensão social nos anos de 2000 e 2010

Diante da semelhante relação geográfica, regional, social e econômica desses dois municípios, vizinhos e equidistantes em 33 km, os quais em 2010 possuíam entre si uma variação populacional de 3.087 habitantes, busca-se realizar uma análise comparativa entre aspectos econômicos e sociais desses dois municípios.

Em um exame comparativo entre o total da população residente em Sumé e no município de Serra Branca – município também localizado na região do cariri paraibano ocidental -, o Quadro 2 demonstra a população registrada a partir dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizados nos anos 2000 e 2010. Com uma taxa de variação de 6,82% entre o índice populacional de

2000 e 2010, Sumé apresentou nessa última análise uma população de 16.060 habitantes e Serra Branca exibindo uma variação de 5,69% habitantes entre os dois períodos registrados, possuía no ano de 2010, uma população de 12.973 habitantes.

Quadro 2 - População Residente Total em Sumé e Serra Branca

Ano	População Residente Total			
	Sumé - PB	Variação %	Serra Branca	Variação %
2000	15.035		12.275	
2010	16.060	6,82%	12.973	5,69%
Média da Variação	6,82		5,69	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, 2016.

O Quadro 3 destaca a população total residente nos municípios de Sumé e Serra Branca, distinguindo aqueles que residem na zona urbana daqueles que moram na zona rural de cada um desses municípios. Os dados chamam a atenção para o aumento da população residente na zona rural do município de Serra Branca nos anos avaliados, os quais passaram de 4.326 habitantes no ano 2000, para 4.555 habitantes em 2010.

Essa tendência de crescimento do número de habitantes residentes na zona rural não se repetiu no município de Sumé, o qual se registra 4.158 habitantes no ano 2000 e 3.824 habitantes em 2010. A determinação desse êxodo rural demanda uma análise mais acurada sobre os fatores que influenciaram essa emigração, o qual pode está relacionando com diversos fatores, tais como: crescente violência na zona rural; maiores oportunidades na zona urbana do município de Sumé ou em outras regiões do país; a influência de fatores climáticos dessa região semiárida – ao apresentar profundas irregularidades pluviométricas; dentre outros elementos; o que, entretanto, merece uma consistente pesquisa sobre emigração e fixação de populações nas regiões rurais e urbanas, o que, por ora, não é o foco deste estudo.

A apresentação realizada no Quadro 3 sobre o número de residentes nas zonas urbanas e rurais dos municípios de Sumé e Serra Branca possibilitam ainda melhor análise da realidade social enfrentada por essas populações, no que tange às suas necessidades e demandas por políticas públicas, a partir da análise distributiva de pessoas em cada município.

Quadro 3 - População Urbana e Rural

Ano	População Residente Urbana		População Residente Rural	
	Sumé	Serra Branca	Sumé	Serra Branca
2000	10.877	7.949	4.158	4.326
2010	12.236	8.418	3.824	4.555

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, 2016.

4.3 Avaliação comparativa entre o município de Sumé e o município de Serra Branca na dimensão econômica de 2005 a 2012

Realizando uma análise comparativa sobre informações arrecadatórias e econômicas, enviadas anualmente pelas prefeituras, por meio de relatórios contábeis prestados à Secretaria do Tesouro Nacional – STN[7], tem-se a exposição de gráfico, sob uma análise comparativa entre os municípios de Sumé e Serra Branca, os quais possuem porte e características semelhantes - tais como proximidade dos índices populacionais e de indicadores de desenvolvimento, localização geográfica, comum demanda por serviços públicos em áreas essenciais, na saúde, educação, segurança, dentre outras.

Dessa maneira, foi possível traçar análises as quais envolveram aspectos de arrecadação e despesas desses municípios, considerando os variados impostos municipais, as cotas com repasses estaduais além de arrecadações ligadas às dinâmicas de crescimento na infraestrutura local, com a análise do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, além de outros avaliados.

4.3.1 ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA, MASSA SALARIAL E NÚMERO DE EMPREGOS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ E SERRA BRANCA NO PERÍODO DE 2005 A 2012

Quanto à arrecadação tributária no município de Sumé e Serra Branca no período de 2005 a 2012, observa-se no Gráfico 1, o recolhimento de recursos em Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, o qual tem natureza municipal e apresenta como fato gerador a prestação de serviços previamente determinados por lei, conforme salienta Cassone, (2011).

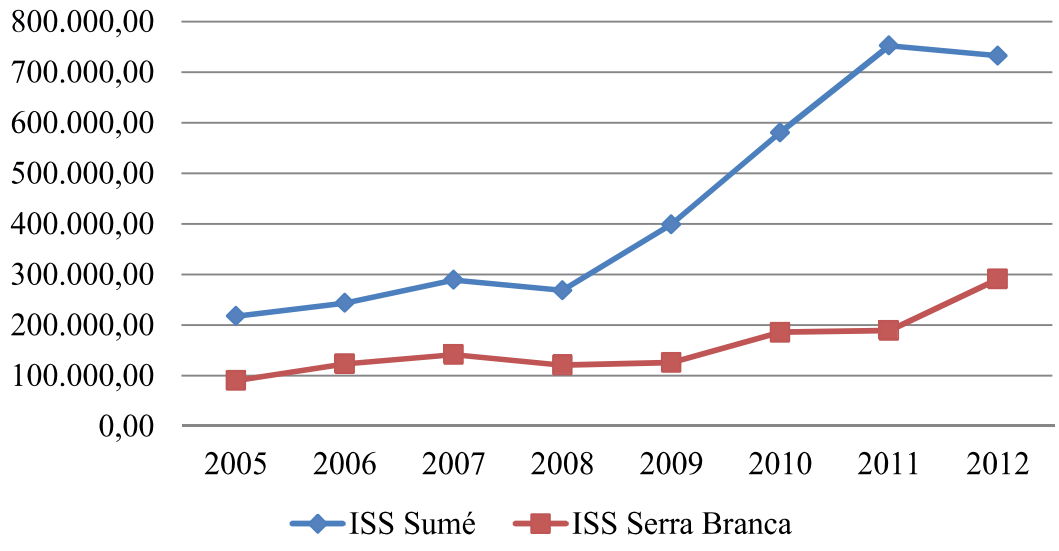
[7] No portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, as respectivas prefeituras municipais avaliadas apresentam registros dos balanços contábeis entre 2005 a 2012. Por esse motivo, devido à momentânea indisponibilidade dos balanços contábeis para os anos sequentes, foram tabulados e analisados os dados contábeis na faixa temporal entre 2005 a 2012.

O Gráfico 1 expõe que a arrecadação de ISS entre Sumé e Serra Branca, mantinha entre o período de 2005 a 2007 uma distância equitativa, possuindo o município de Sumé, maior arrecadação nessa competência, sendo os valores em reais de: R$ 217.924,54, R$ 243.840,36, R$ 289.496,85 e R$ 268.976,00 nos anos de 2005, 2006 e 2007 e 2008, respectivamente, e de R$ 90.786,00, R$ 123.737,49, R$ 141.852,74 e R$ 120.975,75 para os municípios de Serra Branca, nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, respectivamente.

No entanto, essa tendência não se manteve no ano de 2009, quando o município de Sumé apresentou vertiginoso crescimento na arrecadação, mantendo sua receita de ISS em R$ 399.356,00 quando Serra Branca apresentou uma arrecadação de ISS no patamar de R$ 126.182,70. Um crescimento de 31,59% na arrecadação do município de Sumé, quando comparado o mesmo ano de análise com Serra Branca.

As informações que seguem sobre o nível de arrecadação entre 2010 a 2012, conserva a preponderância arrecadatória de Sumé, o qual recolheu R$ 580.912,00, R$ 752.819,00 e R$ 732.789,69 nos anos de 2010, 2011 e 2012, respectivamente. Para o mesmo período, Serra Branca, por sua vez, registrou arrecadações de R$ 186.037,67 em 2010, R$ 189.561,92 em 2011 e de R$ 291.251,27 em 2012. Tal contexto, expressa possíveis crescimentos internos a partir de 2008 no que se refere à geração e ampliação de serviços de qualquer natureza no município de Sumé e em ritmo de crescimento menor, o município de Serra Branca, principalmente, a começar do ano de 2009.

Gráfico 1 - Arrecadação de ISS – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2016.

O Gráfico 2 busca representar os níveis de arrecadação do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU dos municípios de Sumé e Serra Branca. O referido imposto, de competência dos municípios brasileiros, justifica-se por ter como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física localizado na zona urbana do Município, como definido nos artigos 32 a 34 da Lei Civil[8] 5.172/1966, salienta (CASSONE, 2011).

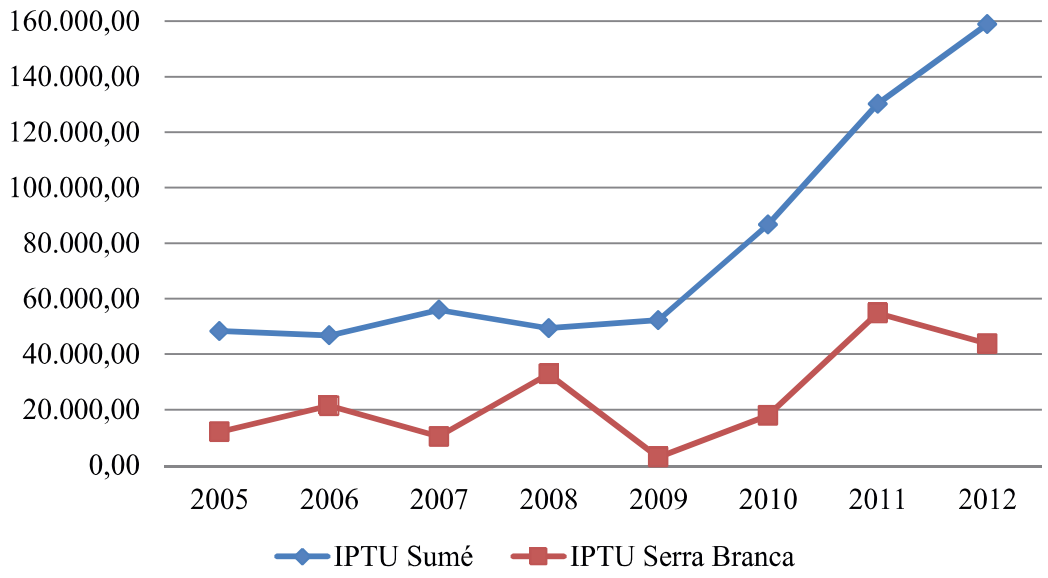
Na avaliação de arrecadação de IPTU nos municípios avaliados, verifica-se que o município de Sumé até o ano de 2009, mantem-se com uma arrecadação entre 48 mil e 53 mil reais. O panorama de maior oscilação ocorreu no recolhimento do referido imposto pelo município de Serra Branca, o qual variou entre R$ 12.042,00 em 2005, indo a R$ 32.886,30 em 2008 e chegando a R$ 2.919,70 em 2009.

A partir de 2009 o município de Sumé registrou um maior fluxo de arrecadação de IPTU em seu município, fazendo com que o recolhimento saísse de R$ 52.224,00 em 2009, e alcançasse um crescimento exponencial de R$ 86.664,00 em 2010, R$ 130.258,00 em 2011 e R$ 158.961,94 arrecadados em 2012. Os dados repassam a informação de que a partir de 2009, o município sai da sua média normal, registrada desde o ano de 2005, e apresenta vertiginoso aumento no recolhimento de IPTU, possivelmente ressaltando de maior intensidade em registros de imóveis, expansões, reformas ou construções imobiliárias no município de Sumé a partir do ano de 2009.

A arrecadação de Serra Branca para o período de 2010 a 2012 demonstrou que houve expressiva melhora no ano de 2011, chegando a R$ 54.865,44, com rápido recuo em 2012, quando a arrecadação foi de R$ 43.815,79.

[8] Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, a qual dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Gráfico 2 - Arrecadação de IPTU – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2016.

A arrecadação de Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos – ITBI, o qual, conforme expresso na Lei 5.172/1966 em seus artigos 35 a 42 possui como fato gerador i) a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física; ii) a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia; dentre outros critérios.

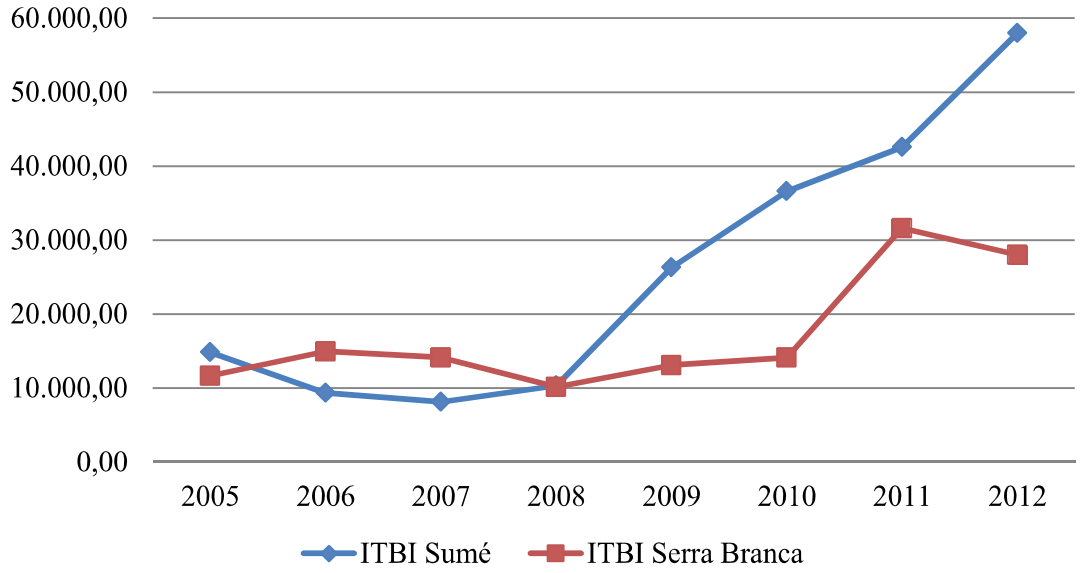
No Gráfico 3, nota-se o dinâmico cenário de arrecadação, o qual apresenta o município de Sumé como uma arrecadação de R$ 14.849,51 em 2005 e Serra Branca com um recolhimento na cifra de R$ 11.667,00. Dentre os anos 2006, 2007, e 2008, o panorama apresentado demonstra uma aproximação dos patamares arrecadatórios, onde registra-se o recolhimento de R$ 9.361,33, R$ 8.139,06 e R$ 10.343,00, nos anos de 2006, 2007 e 2008 no município de Sumé e de R$ 14.955,00, R$ 14.130,03 e de R$ 10.165,68, para o município de Serra Branca, durante o mesmo período 2006, 2007 e 2008, respectivamente.

Após os dados de arrecadação apresentados pelos dois municípios no ano de 2008, Sumé passa a ter um crescimento absoluto, entre os anos de 2008 a 2012, merecendo destacar as arrecadações de 2009, no valor de R$ 26.324,00 e a soma recolhida em 2012, que chegou a R$ 57.988,34. Sobre esse mesmo tempo salientado, o

município de Serra Branca apresentou uma arrecadação de R$ 13.100,00 em 2010 e após um importante crescimento em 2011, um recolhimento de R$ 28.039,61 em 2012.

Tal perspectiva chama a atenção para mudanças no cenário econômico e social do município de Sumé, o qual demonstrou uma nova postura arrecadatória entre os anos de 2008 a 2012. Devendo-se ainda, enfatizar o aumento no índice de arrecadação do referido imposto obtido pelo município de Serra Branca, no ano de 2011, o qual chegou a R$ 31.625,36.

Gráfico 3 - Arrecadação ITBI – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$)



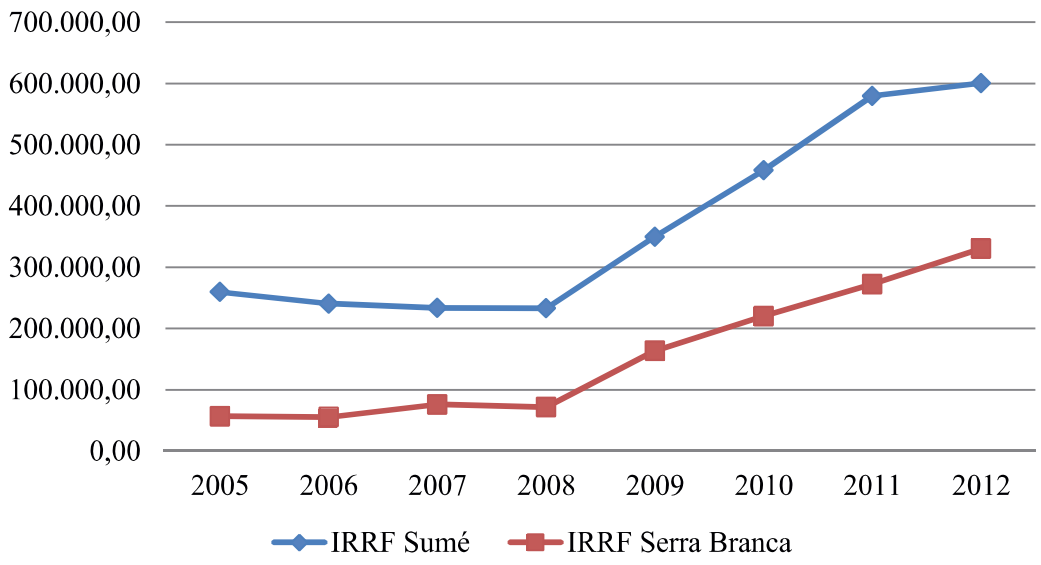
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2016.

No que concerne ao Gráfico 4, acerca da arrecadação de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Rendimentos do Trabalho - IRRF dos municípios de Sumé e Serra Branca percebe-se uma constante e elevada arrecadação do município de Sumé na maior parte do período avaliado, o qual partiu de uma arrecadação de R$ 259.749,50 em 2005 e Serra Branca de uma arrecadação de R$ 56.894,00. A maior aproximação arrecadatória ocorreu em 2008, quando Sumé teve uma arrecadação de IRRF de R$ 233.278,00 e Serra Branca recolheu R$ 71.738,80. Essa distância financeira de R$ 161.539,20 representa uma variação de 30,75% entre os dois municípios para esse ano avaliado.

Nos anos de 2009 a 2012, aumentou-se a distância de arrecadação entre os municípios de Sumé e Serra Branca, com uma pequena redução desse espaço no ano de 2012, onde a disparidade arrecadatória entre as duas cidades caiu de R$ 307.478,08 em 2011 para R$ 270.431,83 em 2012.

Tal comportamento, tendo em vista a natureza do imposto, sinaliza para uma maior movimentação financeira no município de Sumé, uma vez que maiores arrecadações de IRRF por parte do município encontram-se intrinsecamente ligadas ao potencial financeiro e econômico de sua população.

Gráfico 4 - Arrecadação de IRRF – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2016.

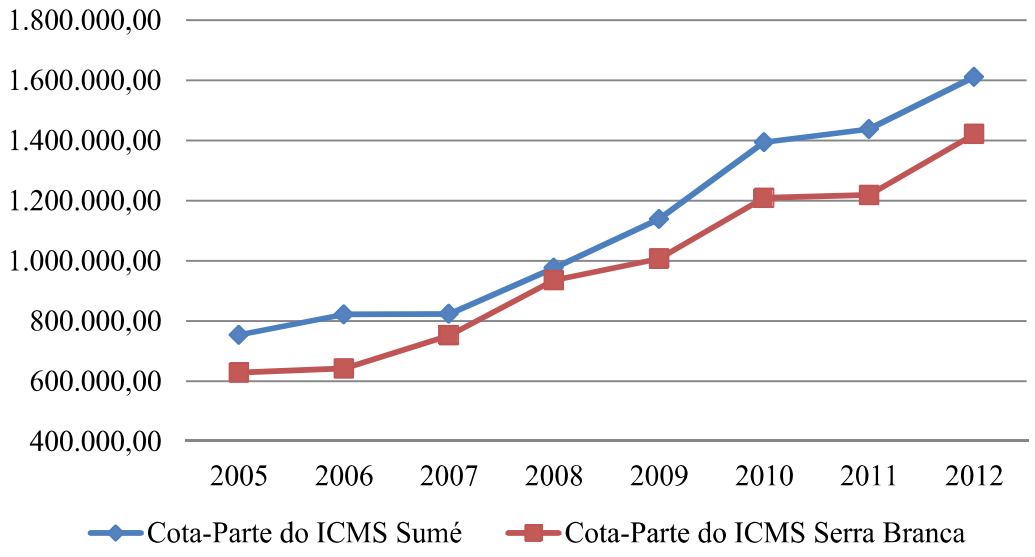
Na cota parte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (Lei Kandir)[9], conforme apresentado no Gráfico 5, enfatiza-se que Sumé arrecadou R$ 754.461,64 e Serra Branca R$ 628.640,00 no ano de 2005, prevalecendo a maior aproximação entre os dois municípios nos de 2007 e 2008, com diferenças arrecadatórias de R$ 71.271,74 e de R$ 40.868,79, respectivamente. De maneira progressiva, de 2009 a 2011, observam-se maiores índices de arrecadação no município de Sumé, onde se registra a maior diferença para esse município no ano de 2011, com um valor de R$ 219.156,14.

[9] Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

Tais dados reforçam o fluxo maior para o município de Sumé, no tocante à cota de arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.

Mesmo diante da similaridade dos dois municípios avaliados, o município de Sumé apresentou-se, durante toda a faixa temporal, à frente de Serra Branca, com maior diferença inicial na arrecadação do ano de 2006 e crescente distanciamento de 2009 a 2011, período em que se registra maior circulação de mercadorias que se encaixam e se alinham às justificativas de recolhimento desse imposto que incide sobre i) operações relativas à circulação de mercadorias, até mesmo o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares; ii) prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores; iii) prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza. Como salientado na Lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Gráfico 5 - Arrecadação Cota de ICMS – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2016.

De acordo com Machado (2012), o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, é um tributo estadual pago anualmente pelo proprietário de todo e

qualquer veículo automotor ao qual seja exigido emplacamento. Do total arrecadado, 50% cabe ao Estado e 50% ao Município onde ocorreu o emplacamento.

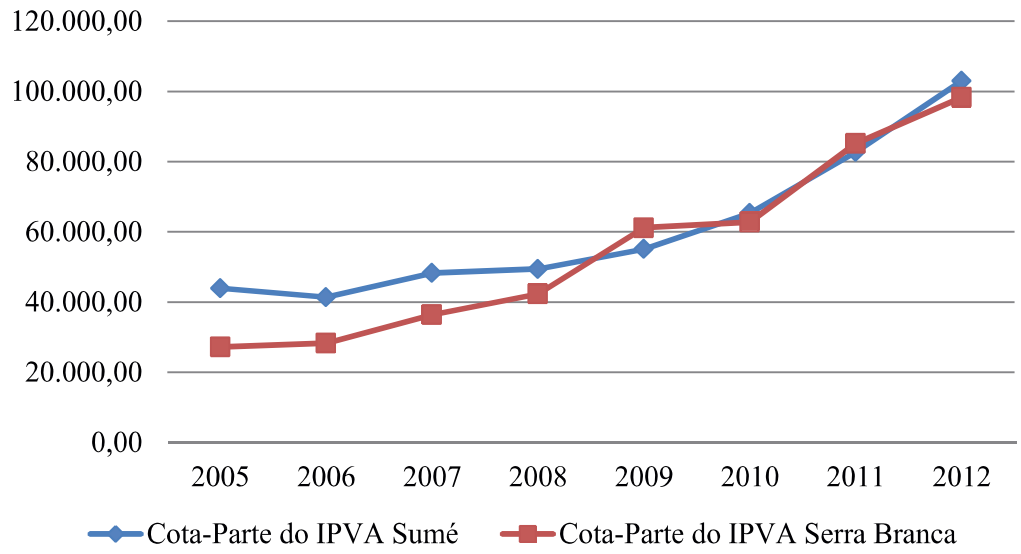
Na representação de arrecadação cota de IPVA Sumé x Serra Branca, registrada no Gráfico 6, verifica-se que o crescimento no montante recolhido sobre o referido imposto apresentou uma elevação que variou entre R$ 43.937,78 e R$ 27.222,00 em Sumé e Serra Branca, respectivamente no ano de 2005, e chegando a R$ 103.014,87 para Sumé e a R$ 98.341,11 em Serra Branca, no ano de 2012.

Sobre o aumento no recolhimento nessas duas cidades, Serra Branca passou a liderar os índices de arrecadação entre os anos de 2008 e 2009 e também em 2011, sendo superada por Sumé em 2010 e em 2012.

Os dados demonstram que na análise de recolhimento do IPVA dos dois municípios, os níveis de crescimento e alternância na liderança arrecadatória foram similares, onde as duas cidades compartilharam de uma tendência de aumento nos anos avaliados. Entrementes, essa proximidade dos dados apresentados, os quais indicaram maior intensificação na arrecadação a partir de 2008 e 2009, pode ter sido favorecida por incentivos federais como a redução ou isenção de outros impostos, tais como a diminuição ou redução das alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI[10] ocorridas já em 2008, reduções em taxas de juros e de financiamento bancário, além da influência do crescimento econômico nacional, vividos durante os anos avaliados.

[10] Mais informações estão disponíveis no Decreto nº 6.687, de 11 de dezembro de 2008. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6687.htm>. Revogado pelo Decreto nº 7.660, de 2011.

Gráfico 6 - Arrecadação Cota de IPVA - Sumé e Serra Branca, em Reais (R$)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2016.

Quanto aos dados de receita tributária entre os dois municípios, no Gráfico 7, tem-se que o município de Sumé, entre os anos de 2005 a 2008, variou seus índices de receita entre R$ 578.579,67 e R$ 615.271,00 enquanto que Serra Branca, no mesmo período, teve uma receita tributária de R$ 194.156,00 a R$ 323.489,75, baixando ainda sua receita para R$ 322.079,28 no ano de 2009.

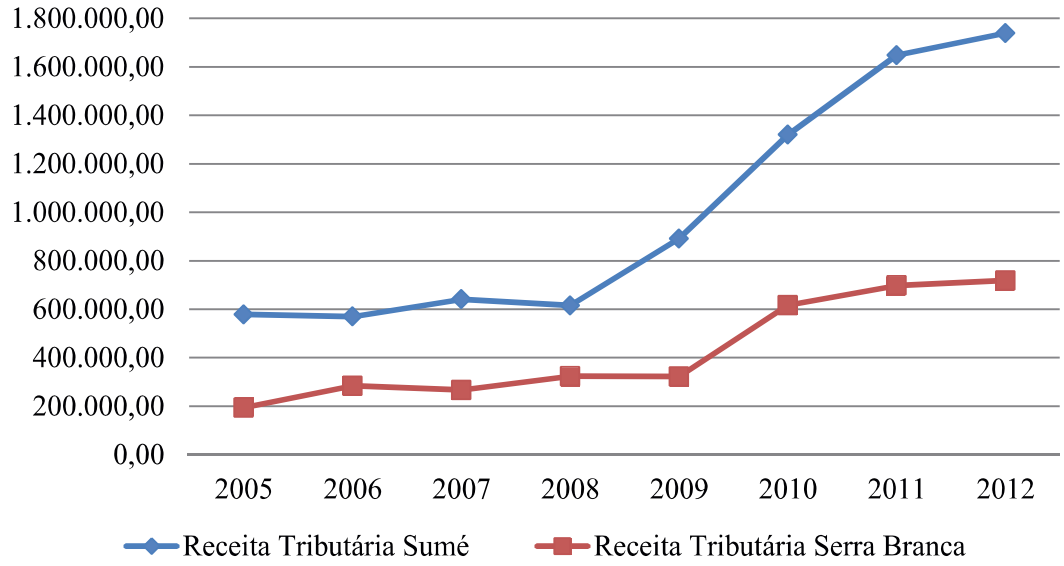
A partir de 2008, Sumé por um expressivo aumento na receita de sua arrecadação tributária, saindo de R$ 615.271,00 e chegando a R$ 891.360,00, R$ 1.320.005,00 e R$ 1.648.281,00, nos anos de 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em Serra Branca, este crescimento, no entanto, não teve a mesma dinâmica exponencial. Verificou-se nesse município que além de um considerado crescimento arrecadatório só ter ocorrido durante o ano de 2009, tratou-se de recolhimentos anuais em proporção menor. Variando para R$ 616.926,57 em 2010, R$ 698.096,25 em 2011 e R$ 718.384,05 em 2012.

Somadas as arrecadações destes municípios, considerando os anos de 2008 a 2012, constata-se uma variação de 43,11% (R$ 3.535.669,78). Os dados demonstram oscilações e distâncias mais paritárias entre 2005 e 2008, porém, já no início do ano de 2008, Sumé passou a arrecadar elevados montantes financeiros ampliando assim sua receita tributária. Esse crescimento se deu em menor grau no município de Serra Branca, começando somente no início de 2009.

Torna-se importante salientar que a receita tributária de cada ano avaliado, mediante classificação contábil enviada à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, aglutina as receitas sobre patrimônio e renda, o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Rendimentos do Trabalho – IRRF, Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos, Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI, o Impostos sobre a Produção e a Circulação, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, além de Taxas e Contribuição de Melhoria.

À parte do cálculo de receita tributária, encontram-se as arrecadações atinentes às receitas de contribuições, receitas patrimoniais, receita agropecuária, receita industrial, e receita de serviços.

Gráfico 7 - Receita Tributária – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2016.

O Gráfico 8 apresenta a receita total[11] dos municípios de Sumé e Serra Branca entre os anos de 2005 e 2013. O gráfico exprime que as receitas totais no município de Sumé variaram entre R$ 11.411.537,44 a R$ 30.389.873,00 nos anos de 2005 e 2013,

[11] A coleta de dados referentes às receitas totais do ano de 2013 nos municípios de Sumé e Serra Branca deu-se, especialmente, a partir de informações disponibilizadas pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, 2016.

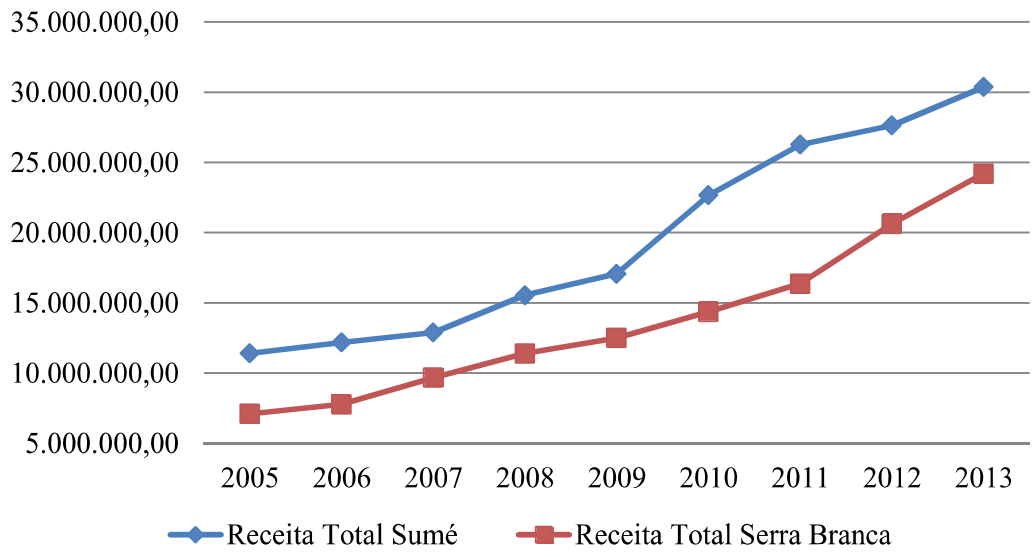
respectivamente. E em Serra Branca, foram de R$ 7.111.998,00 a R$ 24.215.545,00, nos anos de 2005 e 2013, respectivamente.

Considerando a crescente arrecadação total, em cada fase da faixa temporal avaliada, é oportuno salientar o acentuado crescimento no recolhimento total do município de Sumé, sobretudo, entre os anos de 2009 a 2012 – conforme assinalado no Gráfico 8.

Em 2009 Sumé arrecadou um montante de R$ 17.082.129,00, passando para R$ 22.674.284,00 em 2010 e para R$ 26.282.680,00 e R$ 27.655.523,04, em 2011 e 2012, respectivamente. Apresentando acelerado crescimento nesse período e chegando a R$ 30.389.873,00 em 2013. O Gráfico 8 assinala a distinta dinâmica financeira e arrecadatória vivida pelo município de Sumé, principalmente a partir de 2009, onde ocorreram claras variações nas tendências de crescimento das receitas totais desse município.

Difere-se, portanto, do balanço financeiro-contábil apresentado pelo município de Serra Branca para esse mesmo período. Naquele município, a capacidade arrecadatória do total de receitas, demonstrou que o município conviveu com outro tipo ou intensidade de mecanismos geradores de receitas.

Gráfico 8 - Receita Total – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2016.

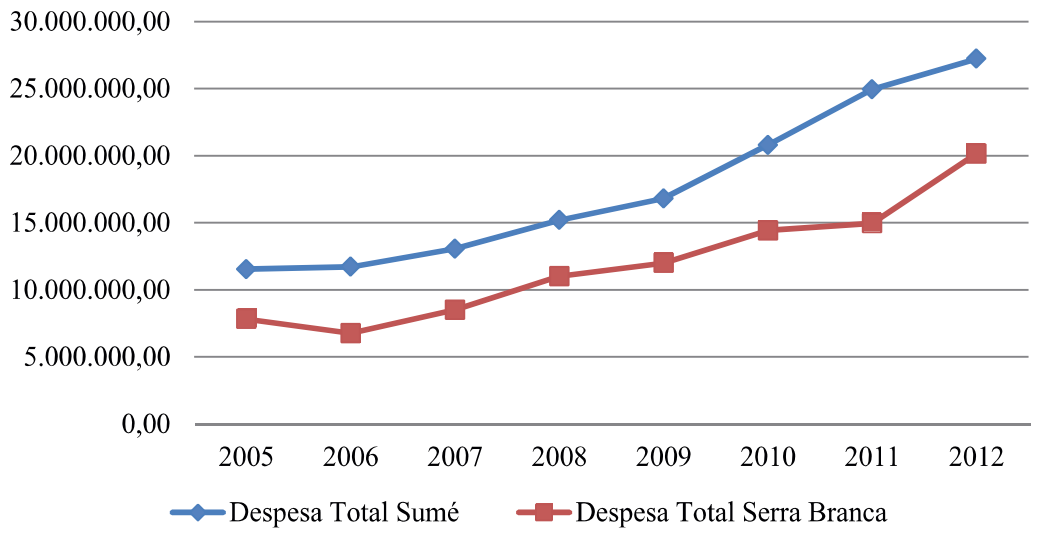
Quanto ao Gráfico 9, registra-se a despesa total dos municípios de Sumé e Serra Branca de 2005 a 2012, a seção despesa total, abrange as despesas correntes, aquelas

realizadas com os gastos comuns e rotineiros da máquina pública e ligadas à pessoal e encargos sociais, aplicações diretas, vencimentos e vantagens fixas, além de outras despesas correntes. Soma-se ainda às despesas totais, aquelas relacionadas às despesas de capital, despesas estas que servem para a manutenção e expansão da máquina pública e a investimentos, aplicações diretas a exemplo da aquisição de imóveis, obras e instalações, além de equipamentos e material permanente, dentre outros.

O Gráfico 9, com a despesa total dos dois municípios, apresenta Sumé à frente dos gastos em toda faixa temporal analisada, além de uma maior diferença entre as despesas totais, com uma distinção nas despesas totais de R$ 4.958.959,01 em 2006. A despesa total do município intensificou-se em 2010, a ponto de apresentar uma disparidade no valor de R$ 6.367.292,61 na superioridade das despesas de Sumé, chegando a R$ 9.982.152,98 em 2011, e R$ 7.066.247,87 em 2012, quando comparada com as despesas de Serra Branca.

Tais dados reforçam cenários anteriormente analisados, no tocante aos níveis de arrecadação de diversos impostos e às receitas recolhidas no município e mantêm as duas cidades em posição proporcional aos diversos cenários locais de investimentos públicos – federais, estaduais e municipais.

Gráfico 9 - Despesa Total – Sumé e Serra Branca, em Reais (R$)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2016.

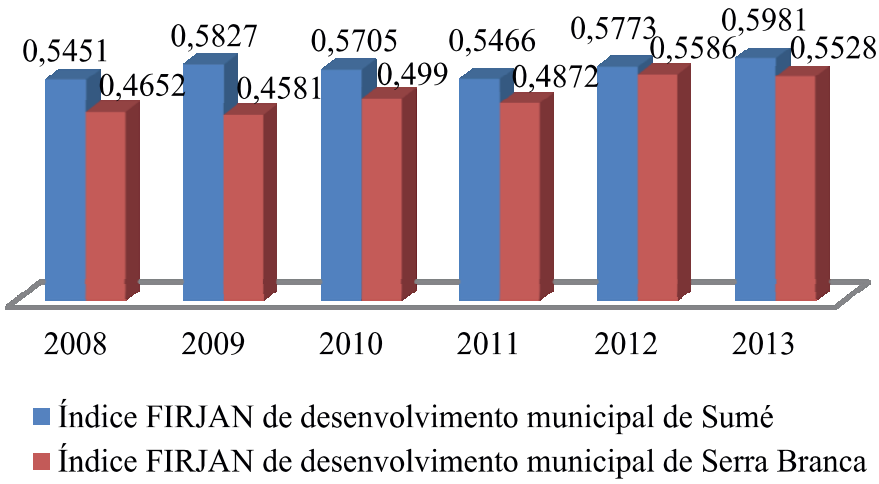
O Gráfico 10 apresenta as informações do índice da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN de desenvolvimento municipal em uma análise comparativa entre Sumé e Serra Branca sobre os anos de 2008 a 2013, período em que os dados foram disponibilizados pelo portal FIRJAN.

O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Sua metodologia possibilita determinar, com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. Baseia-se, portanto, em metas e parâmetros nacionais (SISTEMA FIRJAN, 2016).

No que compreende a leitura do IFDM, o índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Nesse caso, quanto mais próximo de 1 (um), maior o desenvolvimento da localidade (SISTEMA FIRJAN, 2016).

O Gráfico 10 apresenta, o índice FIRJAN consolidado, com pequenas oscilações entre 2008 a 2011, merecendo destaque o aumento expressivo nas mudanças nos índices de 2008 a 2009 especificamente no município de Serra Branca e nos índices de 2011 a 2013 nos dois municípios. Ademais, é importante ainda enfatizar que o referido indicador de desenvolvimento, abrange as áreas de emprego & renda, educação e saúde, sendo, portanto, um robusto diagnóstico e referencial para os municípios brasileiros.

Gráfico 10 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Comparação – Sumé e Serra Branca



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, 2016.

O Gráfico 11 salienta o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios de Sumé e Serra Branca. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento desde o ano de 1993; este índice utiliza os critérios de renda, longevidade e educação para medir o desenvolvimento humano em 177 países.

De acordo com informações do portal eletrônico do Programa das Nações Unidas, (PNUD, 2016) o IDH varia de 0 a 1, sendo considerados de baixo desenvolvimento os países que atingem menos de 0,499 pontos, de médio desenvolvimento os que possuem notas de 0,500 até 0,799, e de alto desenvolvimento os países que atingem pontuação superior a 0,800. No critério educação, considera-se a taxa de alfabetização e a taxa de matrícula; no critério longevidade considera-se a expectativa de vida ao nascer; e no critério renda considera-se o PIB per capita (PIB total dividido pelo número de habitantes do país) medido em dólares.

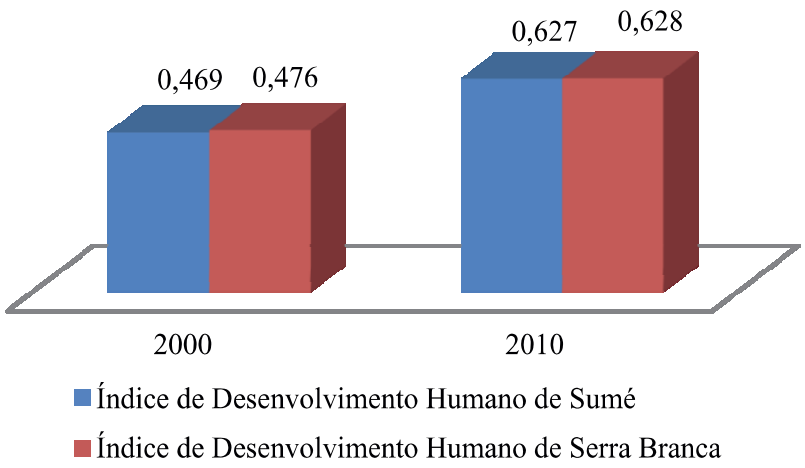
O Gráfico 11 expõe as informações referentes aos dados dos municípios de Sumé e Serra Branca nos anos de 2000 e 2010, por ser uma ferramenta metodológica que busca mensurar e avaliar os níveis de desenvolvimento humano em cada década.

Observa-se que entre o ano 2000 para 2010, os dois municípios analisados passaram por mudanças na escala de desenvolvimento, saindo de um cenário de baixo desenvolvimento, com 0,469 em Sumé e 0,476 em Serra Branca, no ano 2000 para

0,627 em Sumé e 0,628 em Serra Branca, em 2010. Passando com isso, a ser classificada como municípios que possuem médio desenvolvimento.

Avaliando as mudanças nos índices entre o decênio registrado no Gráfico 11, identifica-se que as duas cidades melhoraram em critérios de renda, longevidade e educação. Como fator incentivador, a essas mudanças e melhorias, pode ser enfatizado os esforços do Brasil, firmados em conferências internacionais para o desenvolvimento, acordos internacionais[12], além da participação de nacionais políticas redistributivas, dentre outros fatores e políticas públicas elaboradas e implementadas pelos governos – federal, estadual e municipal.

Gráfico 11 - Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, 2016.

No que se refere aos dados disponíveis no Gráfico 12 sobre o Produto Interno Bruto – PIB, que é a soma de todas as riquezas produzidas pelos municípios de Sumé e

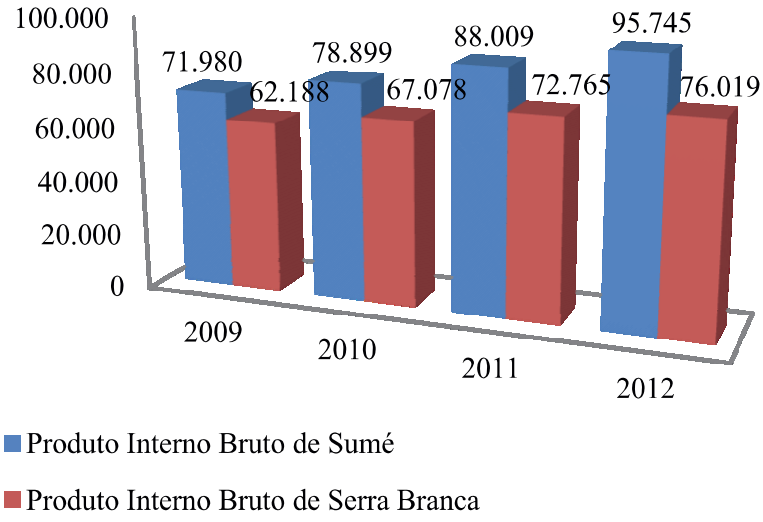
[12] Dentre os diversos acordos internacionais e tratados, e comprometimentos internacionais para a elaboração de políticas públicas que reduzam distúrbios sociais, em 2000, a Organização das Nações Unidas – ONU, elaborou e fixou propostas para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, onde o Brasil participou do acordo com 190 países. Os oito objetivos gerais de desenvolvimento do milênio foram: 1) acabar com a fome e a miséria; 2) oferecer educação básica de qualidade para todos; 3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde das gestantes; 6) combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; 7) garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e 8) estabelecer parcerias para o desenvolvimento. Mais informações disponíveis em: < http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3049&catid=28&Itemid=39> e < http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/09/brasil-e-exemplo-na-reducao-da-pobreza-segundo-relatorio-da-onu> ou ainda por meio do Relatório Nacional de Acompanhamento dos objetivos do milênio, 2014. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/Marcusrenato/odm-objetivos-de-desenvolvimento-do-milnio-relatrio-2014>.

Serra Branca, constata-se que em todos os anos houve aumento do PIB, com a preponderância do município de Sumé durante toda a faixa temporal avaliada.

Desse modo, chama-se atenção às disparidades na Produção Interna Bruta durante cada ano avaliado. Em 2009 e 2010, a diferença foi de R$ 9.792,00 e de R$ 11.821,00 respectivamente. Já nos anos seguintes, essa disparidade produtiva torna-se ainda mais evidente, sendo de R$ 15.244,00 em 2011 e de R$ 19.726,00 em 2012.

Alcançando uma proporção de crescimento anual para o município de Sumé de 13,60% em 2009, 14,98% em 2010, 17,32% em 2011, e 20,60% em 2012, quando comparado com o município de Serra Branca no mesmo período. Tais dados salientam que o município de Sumé apresenta uma dinâmica de produção interna bruta que segue um ritmo próprio, a qual pode estar ligada a determinadas e específicas políticas de desenvolvimento e/ou a outros aspectos locais e produtivos existentes nesse município. Por sua vez, esse comportamento é mais intenso ou difere-se da dinâmica interna bruta produzida ou executada no município de Serra Branca.

Gráfico 12 - Produto Interno Bruto a Preços Correntes (Mil Reais) – Sumé e Serra Branca



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, 2016.

Quanto à massa salarial gerada pelo total das empresas e Micro e Pequenas Empresas – MPE, o Quadro[13] 4 e o Quadro 5, apresentam os dados referentes aos

[13] Para a análise da massa salarial gerada no total das empresas e MPEs, registrou-se apenas as informações de 2010 a 2013 devido a escassez de dados consolidados localizados nos diversos portais governamentais, além de outras instituições credenciadas e legitimadas, as quais compõem o Terceiro Setor. Tal explicação também se estende à análise do município de Serra Branca sobre o mesmo objeto.

municípios de Sumé e Serra Branca, respectivamente. Por meio de uma classificação entre MPE e Total de empresas, expõem-se as massas salariais geradas por estes empreendimentos entre os anos de 2010 a 2013.

Avaliando o montante salarial gerado em Sumé por meio de MPEs e o total de empresas, de acordo com o Quadro 4, tem-se que a maior intensidade de crescimento foi registrada de 2010 para 2011, período onde o crescimento da massa salarial gerada pelo total de empresas foi de R$ 875.393,00 para R$ 1.145.677,00 em 2011, apresentando, portanto, uma variação de 30,88%, nesse período. Nos anos seguintes, quando comparado com os dados de 2010 e 2011, a variação total, sinalizou uma redução, mantendo-se em 8,12% em 2012 e em 10,35% em 2013. A média de variação para todo o período analisado foi de 16,45%; nos quatro anos avaliados, isso representou uma ampliação na massa salarial local que possibilita reconfigurações nos padrões e dinâmicas sociais, além de mudanças na qualidade de vida da população.

Tamanho crescimento e posterior desaceleração nos níveis de variação total podem ser explicados por: incentivos fiscais – Federais, Estaduais e/ou Municipais – para a abertura de empresas e MPEs na região; positivo cenário econômico vivido pelo país e/ou pelo município de Sumé, mais intensamente entre os anos de 2010 e 2011, e em menor medida sobre os anos de 2012 e 2013. Tal elevação na massa salarial gerada em Sumé, pode-se ainda ser analisada levando em consideração os investimentos estatais, sobretudo, àquelas provenientes de políticas públicas federais, implantadas em Sumé e na região do cariri paraibano, especialmente na última década.

Destaca-se ainda, no Quadro 4, sobre a massa salarial gerada no total de Empresas e MPE no município de Sumé, a variação e ampliação de Micro e Pequenas Empresas – MPE no município, especialmente, nos anos de 2011 e 2012, a qual apresentou uma positiva variação 36,16% e 23,91%, respectivamente.

Tamanho crescimento na massa salarial entre os anos de 2011 e 2012 posiciona as MPEs em um patamar de contribuição sobre o total gerado, de 21,31% em 2011, 24,42% em 2012 e 23,35% em 2013, demonstrando assim, a relevância e o papel fundamental das Micro e Pequenas Empresas no aquecimento da economia e na participação financeira gerada no município de Sumé, dentre outros fatores.

Quadro 4 - Massa salarial gerada no total das Empresas e MPE

Ano	Sumé - PB				
	Total em Reais (R$)	% Variação Total	MPE	% Variação MPE	% Contribuição MPE
2010	875.393,00		179.312,00		20,48%
2011	1.145.677,00	30,88%	244.158,00	36,16%	21,31%
2012	1.238.676,00	8,12%	302.529,00	23,91%	24,42%
2013	1.366.860,00	10,35%	319.229,00	5,52%	23,35%
Média da Variação	16,45		21,86		

Fonte: Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, SEBRAE, 2016.

A respeito da massa salarial gerada no total das Empresas e MPE no município de Serra Branca, segundo o Quadro 5, tem-se que a dinâmica de crescimento da massa salarial produzida, concentrou-se mais fortemente entre os anos de 2012 e 2013, com uma positiva variação total de 22,60% e 14,18%, respectivamente. Com reduzida variação total em 2011, sendo de apenas 0,64%. Quando comparado com os dados apresentados no Quadro 4, sobre o município de Sumé, é colimado que a massa salarial gerada em Serra Branca, além de apresentar uma média de variação total menor para todo o período analisado, a qual chegou a 12,47%, exibe uma dinâmica de crescimento de variação, diferente da ocorrida no município de Sumé.

Em Serra Branca, a massa salarial manifestou suas maiores variações de índices entre os anos 2012 e 2013, períodos em que o município de Sumé, apresentara uma contração em suas taxas de variação total para esse mesmo período. O mesmo comportamento ocorre quanto à variação de Micro e Pequenas Empresas - MPE nos anos avaliados. Serra Branca teve maior participação da massa salarial gerada por MPEs nos anos de 2012 e 2013, sendo uma variação de 22,29% em 2012 e de 31,77% em 2013.

A contribuição das MPEs para o total da massa salarial gerada no município de Serra Branca entre os anos de 2010 a 2013, chegou a uma média de 17,48%, reiterando, com isso, o papel importante das MPEs no cenário local.

As informações apresentadas no Quadro 5, sobre o município de Serra Branca, expressam, além de um ritmo de crescimento menor dessa cidade avaliada, que as maiores concentrações, crescimentos e participações na produção de massa salarial produzida, apresentou suas positivas variações em períodos distintos daqueles

mostrados no município de Sumé. Como efeito, para esse comportamento, pode-se considerar, além de possíveis incentivos fiscais do governo – Federal, Estadual e/ou Municipal – para esse período específico, entre 2012 e 2013, o movimento e as reações naturais inerentes ao desenvolvimento de políticas públicas locais, as quais demonstraram um fluxo e um tempo de resposta mais longo, quando comparado com os dados e informações sobre a massa salarial gerada no total das empresas e MPE no município de Sumé.

Quadro 5 - Massa salarial gerada no total das Empresas e MPE

Ano	Serra Branca - PB				
	Total em Reais (R$)	% Variação Total	MPE	% Variação MPE	% Contribuição MPE
2010	644.593,00		99.413		15,42%
2011	648.741,00	0,64%	112.345,00	13,01%	17,32%
2012	795.373,00	22,60%	137.390,00	22,29%	17,27%
2013	908.192,00	14,18%	181.042,00	31,77%	19,93%
Média da Variação	12,47		22,36		

Fonte: Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, SEBRAE, 2016.

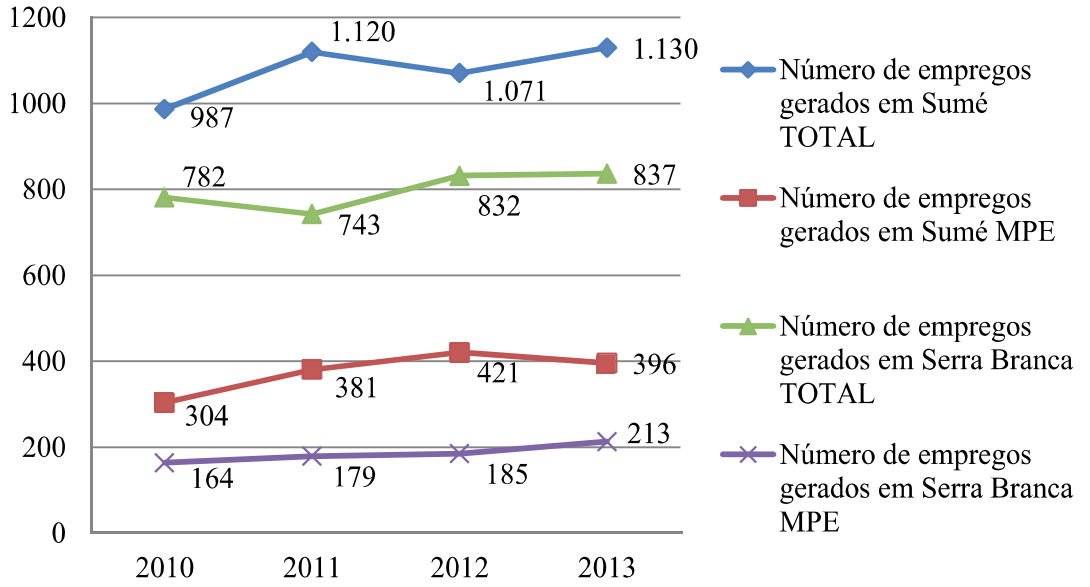
Diante das informações disponibilizadas no Gráfico 13, observa-se a relação do número total de empregos gerados e, especificamente, o número de empregos gerados por Micro e Pequenas Empresas localizadas no município de Sumé e Serra Branca. Em uma análise comparativa avaliou-se os dados apresentados sobre o município de Serra Branca atinente aos mesmos indicadores, durante o período de 2010 a 2013.

No tocante ao número de empregos gerados pelas MPEs, verifica-se a importante parcela na participação empregadora que esses empreendimentos apresentam nos municípios avaliados. Onde, Sumé, registra uma intensificação maior desse número de empreendimento entre os anos de 2011 e 2012. E Serra Branca, apresentando um número menor de MPEs quando comparada com Sumé, exibe uma maior regularidade nos índices de crescimento destes empreendimentos a cada ano.

O número de empregos totais gerados em Sumé e em Serra Branca, leva em consideração além das MPEs, outros tipos de empresas existentes no município como

Sociedades Limitadas, Empresário Individual – EI, Sociedades Anônimas – S.A.[14], Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI[15], dentre outras. Para estes dados, analisando os anos de 2010 e 2011, enquanto o município de Sumé teve um crescimento de 13% no número de empregos gerados, Serra Branca, apresentou uma redução de 4,98%. Os dados totais do número de empregos gerados em Sumé e em Serra Branca expressam oscilações que situam o município de Sumé com um total de 1.017 empregos gerados em 2012 e 1.130 em 2013. Por sua vez, Serra Branca manteve-se com 832 e 837, número de empregos gerados, entre 2012 e 2013, respectivamente.

Gráfico 13 - Número de Empregos Gerados no Total dos Estabelecimentos e Micro e Pequenas Empresas – MPE



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, 2016.

O Gráfico 14 representa o número de empresas optantes pelo Simples Nacional entre os municípios de Sumé e Serra Branca nos períodos de 2012 a 2015.

De acordo com o portal eletrônico da Receita Federal do Brasil (2016), o Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização

[14] Tipo de empresa regulamentada pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>.

[15] Regulamentada pela Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011, a qual dispõe sobre a alteração da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12441.htm>.

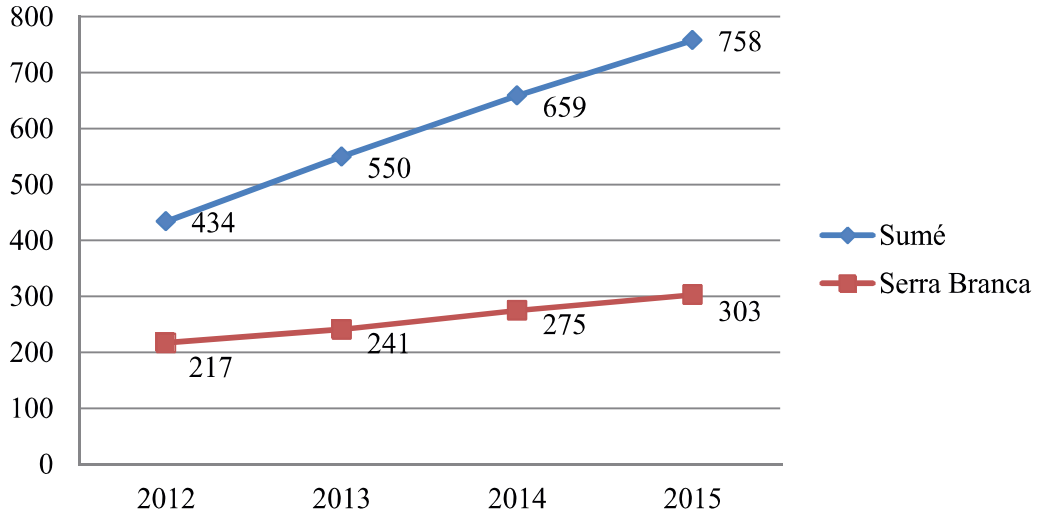
de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Para o ingresso neste regime é necessário o cumprimento das seguintes condições: i) enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte; ii) cumprir os requisitos previstos na legislação; e iii) formalizar a opção pelo Simples Nacional.

Analisando as informações presentes no Gráfico 14, percebe-se que desde 2012 – primeiro ano com dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT sobre essa questão – o município de Sumé apresenta o dobro de empresas optantes pelo Simples Nacional em seu município, seguindo um largo e crescente número de novas empresas optantes por esse modelo durante os anos subsequentes, chegando a 758 empresas com esse regime em 2015.

Sobre o mesmo período avaliado, o município de Serra Branca também apresenta uma variação crescente, no entanto, essa taxa de oscilação deu-se de 217 empresas optantes pelo Simples Nacional em 2012 obtendo até 303 empresas em 2015.

Tais dados demonstram que o ritmo de ampliação das empresas optantes por esse regime, bem como a demanda por serviços entre as cidades avaliadas, possui características peculiares que ensaiam uma justificativa, dentre possíveis outras, de que o município de Sumé vivenciou no período avaliado, uma expansão em seus índices de consumo e procura por novos bens ou serviços.

Gráfico 14 - Número de Empresas Optantes pelo Simples Nacional



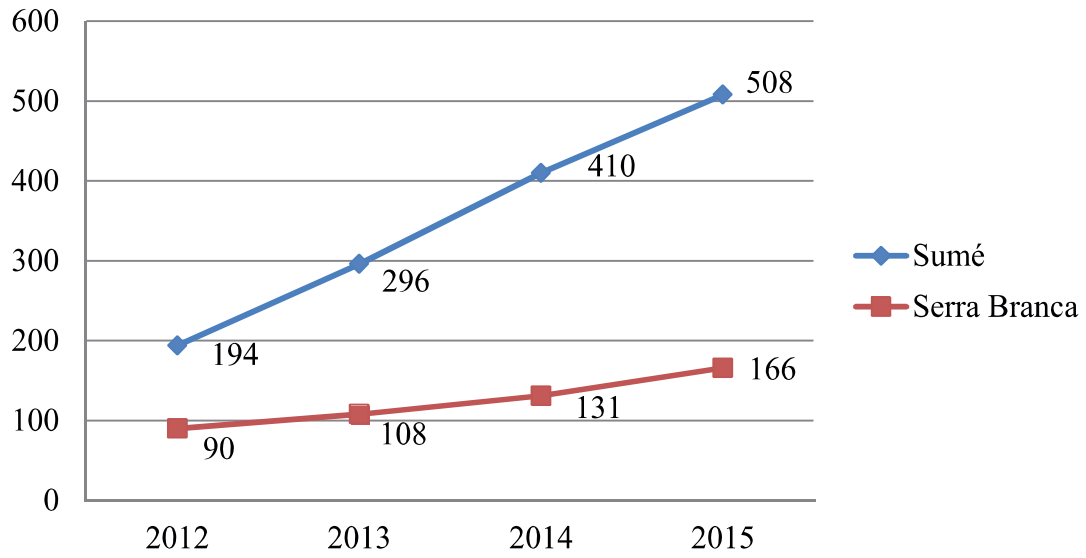
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, 2016.

No que se refere ao número de Microempreendedores Individuais, Gráfico 15 salienta a quantidade de Micro Empreendedores Individuais – MEI registrados e localizados no município de Sumé e em Serra Branca.

Considerando para análise o total de informações disponibilizadas pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT sobre essa variável, observa-se que o município de Sumé exerceu um superior ritmo de crescimento no tocante à expansão da categoria de MEIs em seu município, variando de 194 microempreendedores individuais em 2012 para 508 em 2015. Serra Branca, sob o mesmo período, passou de 90 MEIs em 2012 chegando a 166 em 2015.

Enfatizando, portanto, uma distinta cadência no que tange às questões econômicas e sociais dos municípios avaliados, as quais se relacionam intrinsecamente com determinados padrões de crescimento e geração de oportunidades, além da ampliação e efetividade de políticas públicas que promovam positivas transformações locais.

Gráfico 15 - Número de Microempreendedores Individuais



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, 2016.

4.4 Dados da UFCG/CDSA e de outros municípios com campus da UFCG

No tocante às estatísticas descritivas dos municípios com campi da UFCG, assinalada no Quadro 6, é possível examinar que a Universidade Federal de Campina Grande, possui campus de ensino instalado em municípios que apresentam fortes *déficits* e fragilidades nos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH e nos Índices de Gini. Além de elevada porcentagem no número de pobres e a baixa renda per capita da média dos habitantes destes municípios.

Com base em dados de 2010, as cidades de Sumé e Cuité, apresentam os mais baixos IDH e Índice de Gini[16] dentre as cidades destacadas, registrando o índice de 0,627 e 0,591, e de 0,5 e 0,5 respectivamente. Sendo destes municípios ainda, os mais altos dados referentes à porcentagem de pobres, 30,91% e 26,6%, respectivamente, e as menores rendas per capita, 339,68 e 284,57, respectivamente, entre os municípios apresentados no Quadro 6 e que possuem campus da UFCG.

Quadro 6 - Estatísticas descritivas dos municípios com campus da UFCG

Unidade	População (2010)	População Estimada (TCU) 2014	IDH (2010)	Índice de Gini (2010)	% de pobres (2010)	Renda Per Capita (2010)
Brasil	190.755.799	202.799.518	0,73	0,494	23,21	493,61
Paraíba	3.766.528	3.943.885	0,658	0,5	39,11	277,35
Campina Grande	385.213	402.912	0,72	0,58	16,34	630,03
Patos	100.674	105.531	0,701	0,56	18,86	508,52
Cuité	19.978	20.312	0,591	0,51	39,34	284,57
Sumé	16.060	16.691	0,627	0,5	30,91	339,68
Pombal	32.110	32.684	0,634	0,54	26,6	401,6
Cajazeiras	58.446	61.030	0,679	0,56	21,8	511,56
Sousa	65.803	68.434	0,668	0,54	24,19	443,81

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - UFCG, 2014.

[16] "O coeficiente de Gini (ou índice de Gini) é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. Apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde zero corresponde a uma completa igualdade na renda (onde todos detêm a mesma renda per capta) e um que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm)" (PENA, 2016, p. 01).

4.4.1 ORÇAMENTO ANUAL DO CDSA, MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS, E NÚMERO DE CONTRATAÇÕES

O Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA iniciou seu processo de implantação, após a aprovação de uma emenda parlamentar do senador José Maranhão ao Plano Plurianual 2008-2011, a qual garantiu os recursos para a implantação do campus. Diante dessa conjunção de fatores favoráveis, em 30 de maio de 2008, o magnífico reitor da UFCG assinou o Termo de Pactuação com o Ministério da Educação e Cultura.

O Termo de Pactuação, registrado no Relatório de Gestão 2009 do CDSA, conforme apresentado no Quadro 7, assegurou à instituição, além dos cargos de direção e funções gratificadas, os seguintes recursos, sendo paga uma parcela de R$ 4.250.000,00, em cada ano de 2008, 2009, 2010 e 2011. Além da destinação de recursos para a contração paulatina de docentes e técnicos-administrativos a serem lotados no CDSA/UFCG, a contar em 2011, 83 docentes e 42 técnicos-administrativos.

Desse dinheiro gasto, o que passou do valor de 17 milhões financiado e pactuado pelo REUNI, adentrou aos recursos disponíveis pelo CDSA via orçamento geral da própria UFCG.

Quadro 7 – Termo de Pactuação

Ano	Docentes	Técnicos-Administrativos	Investimentos
2008	33	20	R$ 4.250.000,00
2009	30	22	R$ 4.250.000,00
2010	20	-	R$ 4.250.000,00
2011	-	-	R$ 4.250.000,00
Total	83	42	R$ 17.000.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados nos Relatórios de Gestão do CDSA/UFCG, 2016.

Quanto aos dados presentes no Quadro 8, sobre as despesas anuais executadas no CDSA/UFCG, observa-se o montante de despesas executadas desde a criação do campus em 2009 até 2015.

No que compreende o período avaliado, é pertinente destacar as macrosseções de despesas correntes e das despesas de capital executadas no CDSA. Compõem as

Despesas de Correntes as seguintes rubricas: Diárias – pessoal civil (código 339014)[17]; Bolsas no País – auxílio financeiro à estudantes (cód. 339018); Material de Consumo (cód. 339030); Passagens e Despesas com Locomoção (cód. 309033); Outros Serviços de Terceiros à Pessoa Física – diária à colaboradores eventuais (cód. 309036); Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (cód. 339039), por exemplo: locação de impressoras, pagamento de mensalidade à empresas fornecedoras de internet. Constitui as Despesas de Capital: Obras e Instalações (cód. 449051); Equipamentos e Material Permanente (cód. 449052).

Diante dos anos avaliados, com a diminuição da quantidade de compras em equipamentos e de outros materiais permanentes, além da conclusão de obras e finalização da construção de prédios – salas de aula, restaurante universitário, laboratórios, dentre outros – as despesas relacionadas à capital, têm sido reduzidas, ao ser considerado como referencial o ano de 2009, quando as despesas de capital atingiram a cifra de R$ 5.809.732,63.

Concernente às despesas correntes e manutenção das instalações, anualmente, os valores têm se mantido acima de R$ 500.000,00, merecendo destacar a despesa corrente nos anos de 2009 e 2010, que demandavam elevadas despesas com passagens, diárias e material de consumo, dentre outras medidas e gastos registrados no projeto estruturante do CDSA daquele ano, chegando ao montante de R$ 918.309,43.

Registra-se ainda que o total de despesas executadas no CDSA vem caindo desde o ano de 2010 e não se aproxima mais do total de despesas executadas no primeiro ano de sua implantação. Tamanha redução de despesas totais dá-se pela conclusão de obras, prédios e aquisição de equipamentos, como também, por uma reformulação nas práticas de gestão administrativa da universidade, influenciada e pressionada pela contenção de gastos públicos e diminuição dos repasses federais às universidades públicas de mesma esfera de poder.

A partir do enxugamento orçamentário iniciado no ano de 2014, o CDSA, não diferente de outros campus da UFCG, necessitou adiar ou reduzir drasticamente a continuidade de seus novos projetos de expansão dos eixos de ensino, pesquisa e extensão na região do cariri paraibano. Havendo sobremaneira, redução em suas faculdades de promover plena assistência estudantil e fornecer aos professores,

[17] Codificação referente ao plano de contas do Governo Federal. Trata-se de ferramentas de contabilidade que se aplica a toda a administração pública.

técnicos-administrativos e terceirizados, condições desejáveis de trabalho ou ainda as mesmas encontradas em anos anteriores a 2014.

Quadro 8 – Despesas anuais executadas no CDSA/UFCG entre 2009 e 2015

Ano	Total de despesas executadas	Despesas correntes	Despesas de capital
2009	R$ 6.728.042,06	R$ 918.309,43	R$ 5.809.732,63
2010	R$ 3.505.553,92	R$ 916.869,07	R$ 2.588.684,85
2011	R$ 4.783.042,47	R$ 436.788,82	R$ 4.346.253,65
2012	R$ 3.951.009, 61	R$ 645.307,20	R$ 3.305.702,41
2013	R$ 4.031.281,71	R$ 620.045,34	R$ 3.411.236,37
2014	R$ 2.089.885,16	R$ 833.490,99	R$ 1.256.394,17
2015	R$ 2.837.431,90	R$ 570.311,90	R$ 2.267.120,00

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Gerência Administrativo-Financeira, GEAF/CDSA - 2016.

4.4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO DOCENTES, TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS E ESTUDANTES DO CDSA

Por meio do contrato UFCG/PRA nº 050/2014, foi registrado e formalizado a prestação de serviços de apoio administrativo para o campus de Sumé. Conforme indicado no Quadro 9, existem 75 empregados terceirizados trabalhando no CDSA, cumprindo diariamente, uma jornada de 44 horas semanais. Vale enfatizar que em média, estes empregados recebem mensalmente um salário mínimo de R$ 880,00 reais, o que por serem potenciais consumidores dos diversos bens e serviços oferecidos pelo comércio interno do município, possuem participação direta e indireta, na movimentação da economia local. Todos esses salários somados, trata-se, portanto, de R$ 66.000,00, recebidos por empregados que exercem suas atividades no CDSA.

Quadro 9 - Empregados Terceirizados no CDSA

Atividades	Empregados Terceirizados
Aux. Serv. Gerais	24
Alvenaria	4
Eletricista	1
Bomb. Hidráulico	1
Carpinteiro	1
Jardineiro	4

Encarregado	2
Copeira	1
Recepcionista	5
Telefonista	2
Porteiro	14
Vigilante armado	12
Motorista	4
TOTAL	**75**

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados disponibilizados pela Prefeitura Universitária do Campus, PUC/CDSA, 2016.

Ainda sobre o Quadro 9, do total de empregados terceirizados do CDSA, de acordo com informações do setor de administração destes empregados, apenas seis residem foram do município de Sumé, sendo, dois moradores no município de Serra Branca e quatro no município de Santa Luzia.

No que se refere ao Quadro 10, é possível avaliar o corpo de técnicos-administrativos da UFCG. Buscando destacar, principalmente, as informações referentes aos técnicos-administrativos lotados no CDSA, no campus de Sumé, verifica-se que o número atualizado de técnicos neste centro chega a 39 servidores públicos em regime efetivo de trabalho e com jornada semanal de 40 horas.

Considerando a classificação dos técnicos-administrativos, e instituída pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 11.091 de janeiro de 2005 e das alterações interpostas pelo decreto nº 5.824 de junho de 2006, em níveis C, D e E. Sendo, de nível C os servidores cujo requisito mínimo para exercício do cargo é possuir o ensino fundamental, de nível D, os servidores cujo requisito mínimo é possuir o ensino médio completo, e os de nível E, que devem, no ato da posse apresentar os respectivos diplomas de nível superior na área de conhecimento a qual submeteu no ato de inscrição do concurso – conforme reza o decreto nº 6.944/2009, em seu art. 19º - comprovar a escolaridade mínima e experiência profissional (quando exigida).

Para cada nível, C, D ou E, de servidor técnico-administrativo que exerce suas funções no CDSA/UFCG, as remunerações mensais destes servidores federais são de R$ 1.739,04, R$ 2.175,17 e R$ 3.666,54, respectivamente, sem contar ainda com o auxílio-alimentação, no valor de R$ 458,00, mais as vantagens e incentivos que porventura possam gozar os servidores em cada cargo ou função. Essa introdução de recursos financeiros advindos das remunerações dos servidores públicos de áreas técnico-administrativas, de forma direta ou indireta, e por serem estes, também clientes

e consumidores dos bens e serviços comercializados no município de Sumé, faz que ocorra estímulo e maior movimentação do comércio e economia local.

De acordo com o Quadro 10, é oportuno registrar a distribuição espacial e regional destes servidores entre os diversos campus da UFCG, os quais, somados chegam a 1.399 servidores públicos federais lotados nos variados centros e municípios do estado da Paraíba.

Quadro 10 - Técnicos-Administrativos[18] - UFCG

CAMPUS	LOTAÇÃO	CLASSE					ESCOLARIDADE					TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA					SEXO		TOT
	CENTRO	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**ALF**	**FIN**	**FCO**	**MED**	**SUP**	**ESP**	**MES**	**DOU**	**T20**	**T24**	**T25**	**T30**	**T40**	**F**	**M**	
C. GRANDE	**CCT**	1	3	16	51	9	1	5	2	27	45	17	7	4	0	0	0	1	79	29	51	80
	CEEI	2	1	9	29	12	0	3	1	14	35	14	6	0	0	0	0	0	53	14	39	53
	CTRN	2	5	14	50	19	2	9	2	27	50	21	9	7	0	0	0	0	90	30	60	90
	CH	2	4	13	52	18	0	6	2	31	50	31	5	0	0	0	1	1	87	40	49	89
	CCBS	0	1	6	25	10	0	1	0	17	24	7	4	0	2	0	0	1	39	24	18	42
	HUAC	8	9	149	106	133	0	5	4	107	289	220	25	2	20	10	0	3	372	295	110	405
	REITORIA	4	14	50	138	118	0	20	4	91	209	120	39	3	1	0	1	4	318	121	203	324
PATOS	**CSTR**	1	23	24	39	15	8	16	3	22	53	26	9	4	3	1	0	0	98	32	70	102
SOUSA	**CCJS**	2	1	8	12	11	0	6	0	4	24	19	2	0	3	0	0	1	30	19	15	34
CAJAZEIRAS	**CFP**	2	2	7	32	22	0	4	0	14	47	40	2	0	2	0	0	1	62	33	32	65
CUITÉ	**CES**	0	0	1	29	10	0	0	0	11	29	16	6	0	0	0	0	0	40	16	24	40
POMBAL	**CCTA**	0	0	2	30	4	0	0	0	7	29	12	11	0	0	0	0	0	36	16	20	36
SUMÉ	**CDSA**	0	0	1	26	12	0	0	0	7	32	19	7	1	0	0	0	0	39	18	21	39
TOTAL		#	63	300	619	393	11	75	18	379	916	562	132	21	31	11	2	12	1343	687	712	1399

Fonte: Secretaria de Recursos Humanos – SRH, 2016.

[18] Técnicos-administrativos efetivos (Normal + Cedidos + Capacitação).

O Quadro 11 ilustra a quantidade de docentes entre os campus e centros da UFCG, onde, no CDSA/Sumé, estão lotados 81 professores[19], sendo mestres ou doutores nas mais variadas áreas do conhecimento, cumprindo uma jornada de trabalho de 40 horas semanais com dedicação exclusiva.

Além disso, fundamentando-se na Lei 12.772/2012 é apropriado frisar a remuneração percebida por estes servidores públicos a partir das titulações de cada docente, devendo ser acrescidos ainda o auxílio-alimentação, no valor de R$ 458,00, mais as vantagens e incentivos que porventura possa gozar os servidores em cada cargo ou função, conforme Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Informações sobre remuneração do magistério federal superior

Classe	Regime de Trabalho	Denominação	Titulação	Vencimento básico (R$)	Retribuição por Titulação (R$)	Remuneração Inicial Bruta (R$)
A	Dedicação Exclusiva	Adjunto A	Doutorado	4.014,00	4.625,50	8.639,50
		Assistente A	Mestrado	4.014,00	1.931,98	5.945,98
		Auxiliar A	Especialização	4.014,00	616,83	4.630,83
	T 40	Adjunto A	Doutorado	2.814,01	2.329,40	5.143,41
		Assistente A	Mestrado	2.814,01	985,69	3.799,70
	T 20	Adjunto A	Doutorado	2.018,77	964,82	2.983,59

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de informações constantes na Lei 12.772/2012, (2016).

De forma análoga aos técnicos-administrativos, a introdução de recursos financeiros advindos das remunerações destes servidores públicos do magistério superior, de maneira direta ou indireta, e por serem estes também clientes e consumidores dos bens e serviços comercializados no município de Sumé, impulsiona e estimula a movimentação da economia local. No campus de Sumé, todos os docentes exercem seus cargos em Dedicação Exclusiva (DE) e percebem remuneração inicial bruta baseada nas titulações de especialização, mestrado ou doutorado, variando entre R$ 4.630,83, R$ 5.945,98 e R$ 8.639,50, respectivamente.

Por sua vez, a Universidade Federal de Campina Grande, registra em seu quadro funcional 1.841 docentes efetivos os quais estão distribuídos em diversas cidades e

[19] Temporariamente, existem ainda, oito professores substitutos lotados e exercendo suas atividades docentes no CDSA. Apesar da transitoriedade destes contratos – que podem estender-se até por dois anos - estes agentes públicos também exercem sua participação no consumo de bens e serviços do comércio local.

lotados em todos os campi da UFCG, possibilitando o consumo de produtos e contratação de serviços.

Quadro 11 - Docentes[20] da UFCG

CAMPUS	CENTRO	CATEGORIA					CARGA HORÁRIA			TITULAÇÃO				SEXO		TOT
		TIT	ADJ	SOC	ASS	AUX	T20	T40	DE	GRD	ESP	MS	DLD	F	M	
C. GRANDE	**CCT**	21	76	55	22	15	4	0	185	1	2	44	142	38	151	189
	CEEI	12	37	32	2	13	0	0	96	0	0	12	84	10	86	96
	CTRN	29	33	26	2	13	1	0	102	0	2	14	87	38	65	103
	CH	2	99	58	45	48	8	0	244	10	12	78	152	131	121	252
	CCBS	1	42	10	50	54	79	14	64	12	35	60	50	94	63	157
	OUTROS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PATOS	**CSTR**	9	50	33	9	17	6	0	112	2	2	12	102	49	69	118
SOUSA	**CCJS**	0	32	1	30	29	20	1	71	5	23	44	20	41	51	92
CAJAZEIRAS	**CFP**	1	62	22	41	64	50	0	140	8	40	60	82	94	96	190
CUITÉ	**CES**	0	63	11	22	33	7	0	122	1	4	46	78	79	50	129
POMBAL	**CCTA**	0	39	4	7	24	0	0	74	0	0	19	55	31	43	74
SUMÉ	**CDSA**	0	48	4	17	12	0	0	81	1	0	27	53	33	48	81
TOTAL		75	581	256	247	322	175	15	1291	40	120	416	905	638	843	1481

Fonte: Secretaria de Recursos Humanos – SRH, 2016.

De acordo com o Gráfico 16, verificando o cenário total e atual dos servidores docentes, técnico-administrativos e terceirizados que exercem suas atividades no CDSA, mediante aplicação de questionário[21] disponibilizado em meio eletrônico, identifica-se que dos 89 docentes (efetivos e substitutos) lotados neste centro, apenas dez residem permanentemente[22] no município de Sumé, a grande maioria, os outros 79 professores, deslocam-se diariamente a Sumé ou pernoitam no município por no máximo 3 dias durante a semana. Provindo de outros municípios do estado Paraíba, de Pernambuco ou do Rio Grande do Norte, estes docentes, moram em cidades como Serra

[20] Apenas docentes 3º Grau Efetivos (Normal + Cedidos + Capacitação).

[21] Essas informações referentes à quantidade de docentes, técnicos-administrativos ou terceirizados que residem em Sumé ou em outros municípios, foram coletadas individualmente, com estes próprios servidores, por meio de questionário produzido e registrado eletronicamente: https://goo.gl/Mu1gGH, ou ainda, tratando-se exclusivamente dos empregados terceirizados, com o auxílio de cadastro prévio disponibilizado pela chefia imediata destes trabalhadores.

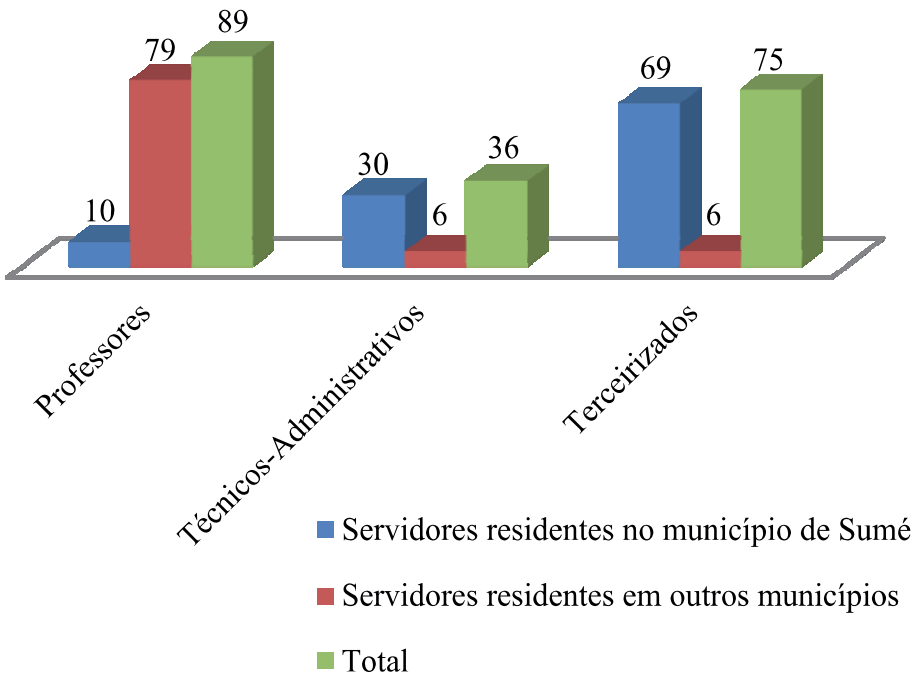
[22] Para essa pesquisa, considera-se residir permanentemente no município de Sumé, aquele servidor que semanalmente, trabalha e pernoita, no mínimo, cinco dias nesta cidade.

Branca, Monteiro, Taperoá, Puxinanã, Boqueirão, Queimadas, Lagoa Seca, Campina Grande, Areia, João Pessoa, Recife e Natal.

Essa tendência se inverte quando se avalia os dados dos técnicos-administrativos. Para esse grupo de servidores, que desenvolvem suas funções diretamente nesse campus, apenas seis residem fora do município de Sumé, em municípios como Campina Grande, Serra Branca localizados nos estados da Paraíba. Dos 36 técnicos, lotados atualmente no CDSA, 30 moram na cidade de Sumé. Ao analisar os dados dos servidores terceirizados, nota-se que dos 75 empregados, 69 residem permanentemente em Sumé e somente 6 empregados moram em Serra Branca.

Essa opção por não residir no município de Sumé, não inviabiliza ou compromete o nível de consumo de bens ou serviços, semanalmente demandados por esses três segmentos de servidores, visto que, direta ou indiretamente, valem-se do comércio local para o desenvolvimento das suas atividades na região.

Gráfico 16 – Total de servidores residentes em Sumé ou em outros municípios



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

4.4.3. INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS – CDSA

Registra-se no Quadro 12, o número de estudantes matriculados nos cursos oferecidos pelo CDSA entre os anos de 2009 e 2016. Os dados indicam elevado preenchimento das vagas em todos os sete cursos superiores nos anos de 2009 a 2013, os quais possuem regime de entrada anual.

No que se refere aos anos de 2014 a 2016, nota-se uma redução – iniciada em 2014 - no preenchimento de vagas do curso de educação do campo, seguida de extrema e generalizada redução no preenchimento de vagas nos cursos de Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos, Engenharia de Biosistemas, Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, Educação do Campo e Ciências Sociais. Em comparação com os anos anteriores, o curso de Engenharia de Produção teve uma pequena redução no número de matrículas, durante os períodos de 2015 e 2016.

Tamanha diminuição pode ser explicada pela mudança institucional na seleção de estudantes para os variados cursos superiores da UFCG, a qual no segundo semestre de 2013, por meio de decisão tomada no dia 01 de outubro de 2013 pela Câmara[23] Superior de Ensino do Conselho Universitário desta universidade, aderiu ao Sistema de Seleção Unificada – SiSU no processo seletivo do segundo período letivo de 2014, onde foram disponibilizadas todas as vagas dos cursos da universidade.

Com essa medida, participantes do Enem, em seus respectivos anos de seleção, podem concorrer às vagas dos cursos da UFCG, desde o segundo período letivo de 2014. Com a adesão da UFCG ao SiSU, a dinâmica de aprovação e entradas dos estudantes nos cursos da universidade, passa a se redesenhar, pois, a partir de 2014, estudantes participantes do Enem, em seus respectivos anos, e de qualquer lugar do país, podem pleitear a uma vaga por meio do SiSU, sem, no entanto, ter realizado prévia e específica inscrição nos cursos da UFCG.

Tal política, sobre a égide da inclusão e democratização do ensino, apesar da possibilidade de maior dotação orçamentária no custeio em programas de assistência estudantil, ocasionou distorções e barreiras ao acesso dos próprios estudantes residentes na região do cariri paraibano e ampliou o número de vagas ociosas entre os cursos, já no ano de 2014.

---

[23] Para mais informações institucionais sobre o processo de adesão da UFCG ao Sistema de Seleção Unificada - SiSU:
<http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=15475>.

A título de justificativa dos dados apresentados no Quadro 12, tem-se que a metodologia adotada pelo SiSU tem feito com que estudantes de distantes estados do Brasil, alcancem médias superiores aos estudantes concorrentes e residentes nessa região semiárida ou em regiões circunvizinhas. Com a aprovação desse novo perfil de estudantes – advindos de longínquas regiões do país – muitos candidatos aprovados, após a realização do cadastro e formal sinalização de interesse pelos cursos disponibilizados no CDSA, não comparecem no ato da matrícula – onde no CDSA, as entradas de novos estudantes são anuais, especificamente, no primeiro período acadêmico de cada ano -, desencadeando um processo de elevação das médias para entrada de novos estudantes nesses cursos de ensino superior, acarretando o não preenchimento de vagas, além de consideráveis reduções orçamentárias nos programas de assistência estudantil, uma vez que o número de vagas oferecidas não tem sido preenchidas pelos estudantes.

No entanto, destaca-se que o curso superior de tecnologia em Gestão Pública manteve coeso número de matrículas entre todo o período de 2009 a 2016, sendo também um dos cursos mais escolhidos e concorridos nos certames anuais para seleção de estudantes.

Quadro 12 - Número de estudantes matriculados ano a ano

Curso	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ENG. DE BIOTECNOLOGIA E BIOPROCESSOS	50	48	52	48	48	45	26	35
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	50	51	50	48	51	55	43	41
ENGENHARIA DE BIOSSISTEMAS	51	50	48	40	48	46	32	36
CURSO SUP DE TECN EM AGROECOLOGIA	-	43	42	49	49	49	20	23
EDUCAÇÃO DO CAMPO (LIC)	50	22	49	50	44	33	18	24
CIÊNCIAS SOCIAIS (LIC)	50	49	50	50	49	50	39	31
CURSO SUP DE TECN EM GESTÃO PÚBLICA	-	50	50	54	50	51	43	50

Fonte: Gestão de Assuntos Educacionais – GAE/CDSA, 2016.

4.4.3.1 Número de estudantes por curso, região e cidade de cada estudante, renda e idade

Constata-se que quanto à origem e cadastro de estudantes do CDSA no ano de 2009, exposto no Quadro 13, no universo de 250 vagas ofertadas, a maior participação de aprovados dava-se de estudantes provenientes do próprio município de Sumé, sendo este, responsável por 39% dos candidatos aprovados, e de regiões próximas como Serra Branca, responsável por 12% dos aprovados e cadastrados naquele ano, com a participação ainda, de candidatos advindos de Campina Grande, Monteiro, Amparo e São João do Cariri. Na seção "outros" - somados e alocados nessa seção devido à baixa expressividade numérica dos aprovados nesses municípios - registraram-se por 27% dos cadastros.

Essas informações demonstram que a região do cariri paraibano teve grande representação dentre as vagas ocupadas no ano de 2009, alcançando destaque no processo inicial de formação de estudantes no ensino público superior, com a implantação do campus naquela região semiárida.

Quadro 13 - Origem e Cadastro de estudantes do CDSA em 2009

Município	Total	%
Sumé	97	39%
Serra Branca	31	12%
Campina Grande	27	11%
Monteiro	12	5%
Amparo	8	3%
São João do Cariri	8	3%
Outros	68	27%
Total de Cadastrados	**251**	**100%**
Vagas Oferecidas	**250**	**100%**
Vagas remanescentes	**-1**	**0%**

Fonte: Gestão de Assuntos Educacionais – GAE/CDSA, 2016.

O Quadro 14, ao demonstrar a origem e cadastro de estudantes do CDSA no ano de 2010, reitera a tendência de aprovar e concentrar em sua grande parte de aprovados, candidatos da região do cariri paraibano. Naquele ano, no universo de 313 cadastrados diante de 350 vagas oferecidas, 120 candidatos, o equivalente a 38,34% dos aprovados no vestibular, declararam residir no município de Sumé; 11,18% disseram ser de Serra Branca e 7,67% do município de Monteiro, todas estas cidades integrantes da região do

cariri paraibano. Destaca-se ainda que 30,03% disseram que eram de outras regiões, sendo que 2,88%, 2,24% e 2,24%, declararam-se naturais de João Pessoa, Amparo e Livramento, respectivamente.

Mantendo assim, grande participação de candidatos da região do cariri paraibano e do estado da Paraíba no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, criado com a finalidade institucional de buscar reduzir assimetrias sociais e ampliar oportunidades a todos, sobretudo na região semiárida paraibana e aos moradores das zonas urbanas e rurais, afastados dos grandes centros, locais estes, que por muito tempo, concentrou as instalações das universidades públicas de ensino superior.

Quadro 14 - Origem e Cadastro de estudantes do CDSA em 2010

Município	Total	%
Sumé	120	38,34%
Outros	94	30,03%
Serra Branca	35	11,18%
Monteiro	24	7,67%
Campina Grande	17	5,43%
João Pessoa	9	2,88%
Amparo	7	2,24%
Livramento	7	2,24%
Total de Cadastrados	**313**	**100%**
Vagas Oferecidas	**350**	**89,43%**

Fonte: Gestão de Assuntos Educacionais – GAE/CDSA, 2016.

No ano de 2011, Quadro 15, considerando que a disponibilidade de vagas chegara a 350, foram feitos os cadastros de 338 estudantes, existindo já naquele ano, 12 vagas ociosas – situação em que são disponibilizadas, mas, não existem candidatos aptos a ocupá-las. Nesse período, os estudantes provenientes do município de Sumé, mantêm-se no topo dos índices de aprovação no processo de seleção às vagas nos cursos do CDSA, seguidos de outros municípios, com 20,18% e do município de Serra Branca com 15,73% do número de aprovados no certame daquele ano para a ocupação de vagas em cursos do CDSA. No ano de 2011, percebe-se uma redução do número de estudantes cadastrados que declararam ser de outros municípios, a seção “outros” apresenta um percentual de 20,18%, o menor percentual entre o período avaliado, de 2009 a 2012.

Estes dois municípios, quando somados, foram às cidades de origem de 182 estudantes, com o percentual de 54,01% das vagas cadastradas. Vale salientar que mais

da metade dos estudantes aptos a cursarem o ensino superior no CDSA a partir do ano de 2011, foram dos municípios de Sumé e Serra Branca.

Quadro 15 - Origem e Cadastro de estudantes do CDSA em 2011

Município	Total	%
Sumé	129	38,28%
Outros	69	20,18%
Serra Branca	53	15,73%
Campina Grande	24	7,12%
Monteiro	13	3,86%
Amparo	12	3,56%
Prata	12	3,56%
Coxixola	9	2,67%
Livramento	9	2,67%
São José do Egito	8	2,37%
Total de Cadastrados	**338**	**100,00%**
Vagas Oferecidas	**350**	**96,57%**

Fonte: Gestão de Assuntos Educacionais – GAE/CDSA, 2016.

Quanto ao Quadro 16, a origem e cadastro de estudantes do CDSA no ano de 2012, mantem-se o grande destaque para os estudantes residentes no município de Sumé e Serra Branca. Naquele ano, levando em conta o universo de 353 candidatos aprovados e cadastrados, 128 estudantes – o que em termos percentuais corresponde a 36,26% dos estudantes cadastrados - declararam-se naturais do próprio município de Sumé, permanecendo assim, a média de aprovação e cadastro entre 36% a 39%, para o período avaliado.

Evidencia-se ainda, o crescimento do número de candidatos aprovados que se declararam provenientes de outros municípios. Para o ano supracitado, 28,61% dos aprovados cadastrados compuseram o percentual da seção “outros”.

Quadro 16 - Origem e Cadastro de estudantes do CDSA em 2012

Município	Total	%
Sumé	128	36,26%
Outros	101	28,61%
Serra Branca	41	11,61%
Campina Grande	21	5,95%
Monteiro	16	4,53%
Prata	12	3,40%

Amparo	10	2,83%
Coxixola	7	1,98%
São José do Egito	7	1,98%
Congo	5	1,42%
Sertânia	5	1,42%
Total de cadastrados	**353**	**100,00%**

Fonte: Gestão de Assuntos Educacionais – GAE/CDSA, 2016.

Segundo informações passadas pelos servidores do setor de Gestão de Assuntos Educacionais – GAE do CDSA, no que se refere às informações de origem e cadastro de estudantes do CDSA nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, ainda não estão disponíveis a consolidação de tais dados, devido a uma mudança na metodologia da coleta de elementos sobre a origem dos estudantes e na dificuldade em tabular essas informações em 2013 – período em que essa atribuição foi desconcentrada para as coordenações de curso do CDSA. A dificuldade na sistematização dos dados tornou-se ainda maior a partir do SiSU, que pulverizou e ampliou ainda mais o leque de municípios declarados como originários dos candidatos aprovados.

4.4.3.2 Número total e cumulativo de matriculados e de formados por curso de 2009 a 2015

Quanto ao Quadro 17, o número total e cumulativo de matriculados em 2015.2 chegou a 806 estudantes ativos nos diversos cursos do CDSA. A uma taxa de formação e saída de graduados no período de 10,79%. Destaca-se ainda que o curso de Engenharia de Produção possuía 173 estudantes matriculados, de acordo com os dados do período 2015.2, essa é, portanto, a maior taxa (21,46%) de matriculados nesse período.

Quadro 17 – Número total e cumulativo de matriculados em 2015.2

Período 2015.2		
Curso	**Estudantes**	
	Matriculados	**Graduados**
CIÊNCIAS SOCIAIS (LIC) - N	126	13
CURSO SUP DE TECN EM AGROECOLOGIA - D	98	10
CURSO SUP DE TECN EM GESTÃO PÚBLICA - N	100	10

EDUCAÇÃO DO CAMPO (LIC) - D	88	16
ENG. DE BIOTECNOLOGIA E BIOPROCESSOS - D	120	17
ENGENHARIA DE BIOSSISTEMAS - D	101	5
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - D	173	16
TOTAL	**806**	**87**

Fonte: Gestão de Assuntos Educacionais – GAE/CDSA, 2016.

O Quadro 18, assinala que em 2015.1, haviam 964 estudantes ativos, matriculados. É importante salientar que por ano, considerando uma entrada anual, o CDSA tem a capacidade de adicionar a seu corpo discente, até 350 matriculados. Uma vez que para cada um dos sete cursos superiores do CDSA, 50 novas vagas são ofertadas anualmente. Referente aos dados de graduados chama-se atenção para os números de formandos/graduados no período, onde, o curso de Engenharia de Produção, Engenharia de Biossistemas e o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, teve apenas 3 graduados em cada um dessas graduações.

O baixo número de formandos nos períodos 2015.2 (Quadro 17), 2015.1 (Quadro 18), 2014.2 (Quadro 19), 2014.1. (Quadro 20) e 2013.2 (Quadro 21) pode ser explicado pela reprovação em disciplinas durante o andamento do curso, o que impede o estudante de realizar a matrícula em disciplinas que possuem prerrequisitos de outras, exigidas na grade curricular durante cada período, bem como pela natureza de duração de cada curso superior do CDSA, tendo as engenharias o prazo estimado de conclusão em 10 períodos letivos, o curso de Educação do Campo com 8 períodos letivos, o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia com 7 períodos letivos e o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública com 6 períodos letivos.

Pode-se ainda, considerar a relação entre o baixo número de graduados no período com as greves ocorridas no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA, durante alguns meses de 2012 e em 2014, fatos este, que atrasa a conclusão de períodos letivos e retarda a formação de estudantes em seus respectivos cursos superiores.

Tais dinâmicas específicas dos cursos, fazem com que haja oscilações periódicas quanto aos números de graduados.

Quadro 18 – Número total e cumulativo de matriculados em 2015.1

Período 2015.1		
Curso	**Estudantes**	
	Matriculados	**Graduados**
CIÊNCIAS SOCIAIS (LIC) - N	143	14
CURSO SUP DE TECN EM AGROECOLOGIA - D	122	13
CURSO SUP DE TECN EM GESTÃO PÚBLICA - N	129	3
EDUCAÇÃO DO CAMPO (LIC) - D	105	2
ENG. DE BIOTECNOLOGIA E BIOPROCESSOS - D	146	6
ENGENHARIA DE BIOSSISTEMAS - D	128	3
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - D	191	3
TOTAL	**964**	**44**

Fonte: Gestão de Assuntos Educacionais – GAE/CDSA, 2016.

O Quadro 19, e o Quadro 20, demonstram o número de matriculados e graduados durante os dois períodos referentes ao ano de 2014. No período 2014.2, conforme ressaltado no Quadro 19, nota-se que dos 889 matriculados em cursos do CDSA, houve naquele mesmo período, 51 estudantes que concluíram suas graduações, sendo um percentual de 5,74%. Diante do Quadro 20, de acordo com os 1028 estudantes ativos, o número de graduados foi de 43 estudantes, um percentual de graduados de 4,18% para o período 2014.1.

Quadro 19 – Número total e cumulativo de matriculados em 2014.2

Período 2014.2		
Curso	**Estudantes**	
	Matriculados	**Graduados**
CIÊNCIAS SOCIAIS (LIC) - N	131	3
CURSO SUP DE TECN EM AGROECOLOGIA - D	125	8
CURSO SUP DE TECN EM GESTÃO PÚBLICA - N	104	9
EDUCAÇÃO DO CAMPO (LIC) - D	99	7
ENG. DE BIOTECNOLOGIA E BIOPROCESSOS - D	147	9
ENGENHARIA DE BIOSSISTEMAS - D	119	10
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - D	164	5
TOTAL	**889**	**51**

Fonte: Gestão de Assuntos Educacionais – GAE/CDSA, 2016.

Quadro 20 – Número total e cumulativo de matriculados em 2014.1

Período 2014.1		
Curso	**Estudantes**	
	Matriculados	**Graduados**
CIÊNCIAS SOCIAIS (LIC) - N	154	7
CURSO SUP DE TECN EM AGROECOLOGIA - D	145	11
CURSO SUP DE TECN EM GESTÃO PÚBLICA - N	133	9
EDUCAÇÃO DO CAMPO (LIC) - D	121	3
ENG. DE BIOTECNOLOGIA E BIOPROCESSOS - D	163	5
ENGENHARIA DE BIOSSISTEMAS - D	143	3
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - D	169	5
TOTAL	**1028**	**43**

Fonte: Gestão de Assuntos Educacionais – GAE/CDSA, 2016.

Os dados de 2013.2 (Quadro 21), 2013.1 (Quadro 22), e 2012.2 (Quadro 23), apresentam os números iniciais dos graduados no CDSA, como também o pleno funcionamento do projeto CDSA na região do cariri paraibano, o qual começa já no período 2012.2 a formar a primeira turma deste centro, sendo 21 estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Torna-se relevante enfatizar que o número de matriculados possui uma dinâmica característica àquelas instituições que adotam o formato de apenas uma entrada anual. Percebe-se que, de 2013.1 até 2015.2, o número de matriculados é maior no primeiro período de cada ano e tende a diminuir com a formação de estudantes, além de outros fatores denotadores de evasão, tais como: transferências institucionais e interinstitucionais, aprovação em outros vestibulares, e abandono de curso.

A adesão por apenas uma entrada anual para os estudantes, pode ser explicada pelas particularidades que envolvem a estruturação e consolidação de um campus universitário, ao possibilitar a extensão de tempo para formulação de planejamentos institucionais, estruturação física dos prédios – laboratórios, salas de aula, espaços técnicos-administrativos, dentre outros.

Quadro 21 – Número total e cumulativo de matriculados em 2013.2

Período 2013.2	
Curso	**Estudantes**

	Matriculados	Graduados
CIÊNCIAS SOCIAIS (LIC) - N	135	19
CURSO SUP DE TECN EM AGROECOLOGIA - D	108	0
CURSO SUP DE TECN EM GESTÃO PÚBLICA - N	112	17
EDUCAÇÃO DO CAMPO (LIC) - D	113	11
ENG. DE BIOTECNOLOGIA E BIOPROCESSOS - D	134	0
ENGENHARIA DE BIOSSISTEMAS - D	114	0
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - D	132	0
TOTAL	**848**	**47**

Fonte: Gestão de Assuntos Educacionais – GAE/CDSA, 2016.

Quadro 22 – Número total e cumulativo de matriculados em 2013.1

Período 2013.1		
Curso	Estudantes	
	Matriculados	Graduados
CIÊNCIAS SOCIAIS (LIC) - N	165	11
CURSO SUP DE TECN EM AGROECOLOGIA - D	134	15
CURSO SUP DE TECN EM GESTÃO PÚBLICA - N	130	6
EDUCAÇÃO DO CAMPO (LIC) - D	145	20
ENG. DE BIOTECNOLOGIA E BIOPROCESSOS - D	146	0
ENGENHARIA DE BIOSSISTEMAS - D	131	0
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - D	137	0
TOTAL	**988**	**52**

Fonte: Gestão de Assuntos Educacionais – GAE/CDSA, 2016.

Quadro 23 – Número total e cumulativo de matriculados em 2012.2

Período 2012.2		
Curso	Estudantes	
	Matriculados	Graduados
CIÊNCIAS SOCIAIS (LIC) - N	124	0
CURSO SUP DE TECN EM AGROECOLOGIA - D	91	0
CURSO SUP DE TECN EM GESTÃO PÚBLICA - N	110	21
EDUCAÇÃO DO CAMPO (LIC) - D	112	0
ENG. DE BIOTECNOLOGIA E BIOPROCESSOS - D	107	0
ENGENHARIA DE BIOSSISTEMAS - D	98	0
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - D	103	0

TOTAL	745	21

Fonte: Gestão de Assuntos Educacionais – GAE/CDSA, 2016.

No que se refere ao Quadro 24, com o número de matriculados entre os períodos 2012.1 a 2009.2, tem-se o registro ordenado da quantidade de estudantes matriculados. Os dados demonstram o crescimento exponencial do total de matriculados ano a ano e o forte interesse dos estudantes nos cursos oferecidos pelo CDSA.

Tamanha aceitação, considerando o período avaliado, sinaliza a demanda reprimida dos estudantes pelos cursos superiores oferecidos no CDSA – os quais foram planejados e estruturados neste centro, após ampla participação[24] popular e decisões político-acadêmicas ocorridas em reuniões com a população do cariri paraibano, membros de projeto Dom Helder Câmara (MDA/SDT), além da colaboração ativa da escola Agrotécnica de Sumé, da Fundação Universidade Camponesa no Brasil (UNICAMPO) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), principalmente entre os anos de 2003 a 2006, sobre o perfil que estes cursos deveriam ter, a identificação dos anseios da população e sistematização de suas maiores necessidades por formação superior.

Os cursos superiores de Tecnologia em Agroecologia e Tecnologia em Gestão Pública, tiveram suas atividades iniciadas apenas em 2010.1, motivo pelo qual, não houve possibilidade de entradas, no "vestibular especial"[25] realizado pela UFCG no final do primeiro semestre de 2009, para a matrícula de candidatos aprovados nos cursos do CDSA, no período letivo de 2009.2.

Quadro 24 – Número total e cumulativo de matriculados entre os períodos 2009.2 a 2012.1

	Matriculados					
Curso	**2012.1**	**2011.2**	**2011.1**	**2010.2**	**2010.1**	**2009.2**
CIÊNCIAS SOCIAIS (LIC) - N	153	120	128	83	95	50
CURSO SUP DE TECN	102	63	73	36	43	50

[24] Tais reuniões e movimentos foram estruturados a partir da constituição de um Conselho Deliberativo, o qual reuniu as instituições supracitadas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil do "território" do cariri paraibano, o qual viria a contribuir na elaboração, do projeto-político pedagógico dos cursos a serem implantados no CDSA. Informações disponíveis em: <http://www.ufcg.edu.br/~spe/cdsa_projeto_academico.pdf>.

[25] Conforme Edital PRE Nº 033/2009, publicado em maio do mesmo ano. Mais informações em: <http://www.comprov.ufcg.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=9>.

EM AGROECOLOGIA - D						
CURSO SUP DE TECN EM GESTÃO PÚBLICA - N	136	92	95	48	50	-
EDUCAÇÃO DO CAMPO (LIC) - D	134	98	107	59	68	-
ENG. DE BIOTECNOLOGIA E BIOPROCESSOS - D	134	107	121	75	90	50
ENGENHARIA DE BIOSSISTEMAS - D	118	95	112	73	94	51
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - D	134	99	112	76	90	50
TOTAL	**911**	**674**	**748**	**450**	**530**	**251**

Fonte: Gestão de Assuntos Educacionais – GAE/CDSA, 2016.

4.5 Aplicação de questionários[26] em comércios da cidade de Sumé

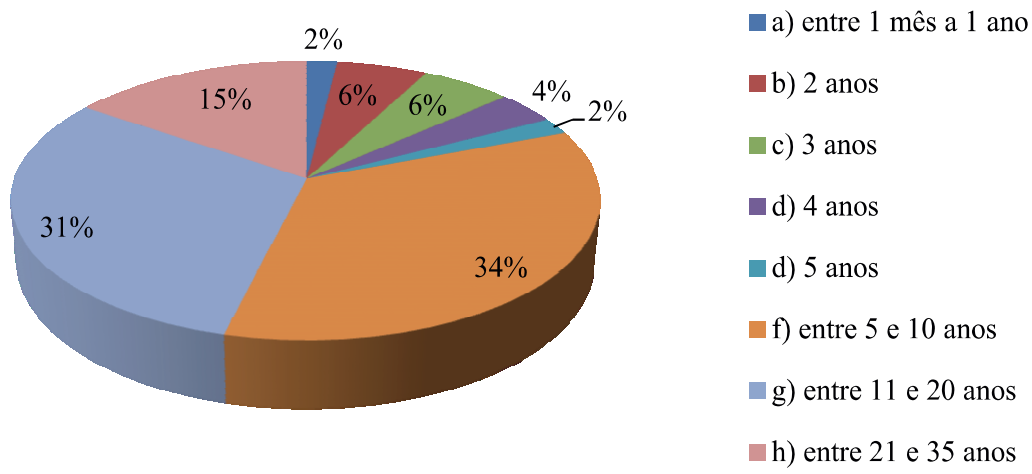
Entre os dias 19 a 21 de setembro de 2016, de forma aleatória, foram aplicados questionários em diversos comércios e atividades de serviços do município, os quais envolveram: panificadoras, farmácias, borracharia, restaurantes, bares, moto-taxistas, pizzarias, papelarias, vendedores ambulantes, oficina mecânica, cartório, lava-jato, supermercados, mercadinhos, lojas de material de construção, clínica de saúde, consultório odontológico, academia, proprietário de imóveis alugados, salões de beleza, empresa de internet, lanchonetes, quitanda, lojas e perfumarias, vidraçaria, madeireira, marmoraria, sorveterias, pousada, bares, autônomos, e frigoríficos.

Aleatoriamente, foram realizadas entrevistas com 52 proprietários de estabelecimentos comerciais, autônomos ou prestadores de serviços. Diante de 12 perguntas realizadas na entrevista, obtiveram-se as seguintes respostas:

Sobre o tempo que os entrevistados disseram que possuem comércio na cidade de Sumé, os dados do Gráfico 17 destacam a grande concentração de empresas e serviços fornecidos há 5 anos (31%) ou há mais de 5 anos. Chegando a 15% o número de entrevistados que afirmaram que possuem suas empresas ou desenvolvem seus serviços no município há mais de 20 anos, entre 21 ou 35 anos.

[26] Para essa pesquisa, a aplicação de questionários - bem como seu teor - foi devidamente submetida e autorizada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual da Paraíba sobre Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Sendo sua autorização proferida no dia 15 de setembro de 2016. Registra-se ainda que todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, conforme especificado no Anexo A, deste trabalho.

Gráfico 17 - Há quanto tempo você tem esse comércio na cidade de Sumé?

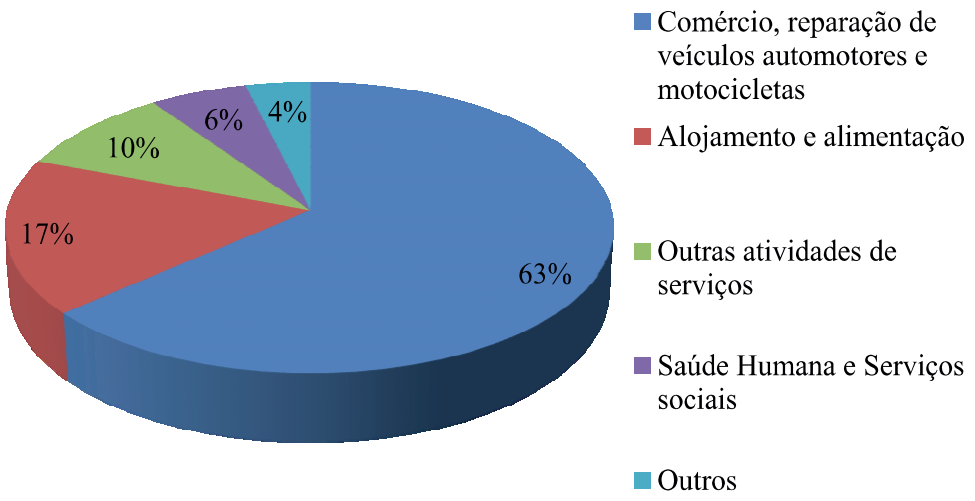


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de questionários aplicados no município de Sumé, 2016.

Em relação ao ramo de atuação dos proprietários de empresas ou serviços oferecidos no município de Sumé, destacado no Gráfico 18, a grande parte dos entrevistados classifica o ramo de suas empresas na categoria de "Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas". Foram identificados pertencentes à categoria "outros", aqueles proprietários de imóveis que alugam casas, apartamentos ou estabelecimentos comerciais no município de Sumé. Na categoria "Outras atividades de serviços" foram distribuídos os trabalhadores autônomos no ramo do transporte veicular de estudantes universitários, o empresário do ramo de instalações elétricas, além do cartório de registros de títulos, imóveis e notas e de registro civil de pessoas jurídicas.

Tal representação, no Gráfico 18, indica ainda a preponderância do ramo de comércios na região.

Gráfico 18 - Qual seu ramo de atuação?



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de questionários aplicados no município de Sumé, 2016.

Quanto à possível relação entre alguma melhoria na empresa/serviço após a instalação da universidade no município de Sumé, de forma majoritária, 48 entrevistados afirmaram que tiveram melhorias, conforme Tabela 2. Dentre elas, destaca-se a procura por mais serviços, com a abertura de novos mercados, a intensificação do consumo, com a chegada de mais pessoas no município e a ampliação de demandas nos diversos segmentos. Estes foram alguns dos fatores responsáveis pelo estímulo e impulsão econômica no comércio local a partir de 2009. Além disso, o aumento no montante de investimentos na região possibilitou novas parcerias público-privadas e a participação de empresas de pequeno porte em projetos e licitações promovidas pela universidade.

Tabela 2 - Você teve alguma melhoria na sua empresa/serviço após a chegada da universidade federal no município de Sumé?

	Respostas
a) Não	4
b) Sim	48

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de questionários aplicados no município de Sumé, 2016.

Indiscutivelmente, entre os entrevistados, observa-se na Tabela 3 que todos os empresários e fornecedores de serviço participantes da pesquisa, consideram que a implantação da universidade no município de Sumé foi algo positivo para a economia

da região. Em alguns relatos dos entrevistados, chegou-se a afirmar que após a implantação desta universidade surgiu uma nova Sumé, com novas possibilidades e perspectivas de crescimento.

A implantação desta universidade e o entendimento do seu potencial transformador, faz parte de um antigo anseio da população, iniciado na região a partir da organização do Consórcio de Desenvolvimento do Cariri Paraibano - CODECAP, da Associação dos Municípios do Cariri Paraibano – AMCOP, de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial - MDA/SDT, além de vários movimentos sociais, da articulação de políticos locais e da comunidade residente na região do cariri paraibano, manifestos em diversas ocasiões, dentre elas, o movimento que ficou conhecido como "O grito do Cariri" [27], ocorrido em 10 de março de 2006, onde a população caririzeira foi às ruas reivindicar pela implantação da universidade federal nesta região (FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DA PARAÍBA, 2006).

Tabela 3 - Na sua opinião, a implantação da universidade no seu município foi algo positivo ou negativo para a economia da região?

	Respostas
a) Positivo	52
b) Negativo	0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de questionários aplicados no município de Sumé, 2016.

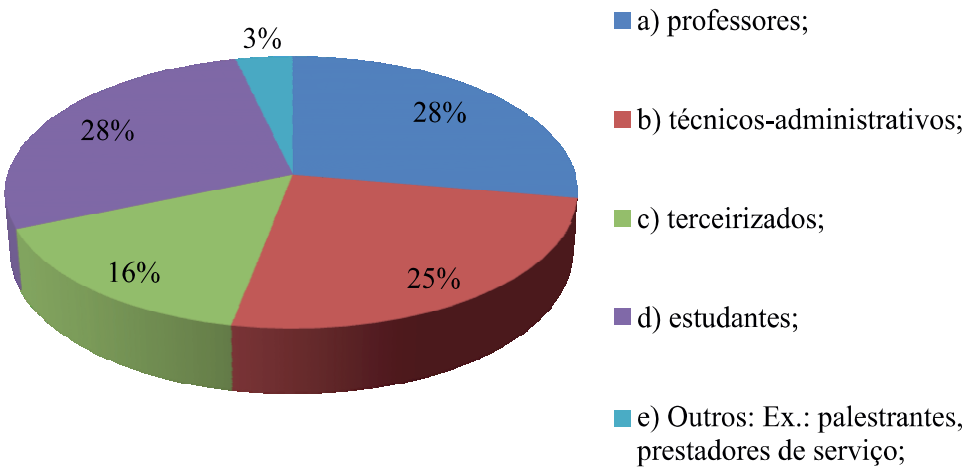
No tocante ao Gráfico 19, ao se avaliar perante os entrevistados, se existiam dentre os seus clientes, aqueles que são professores, técnicos-administrativos, terceirizados, estudantes ou outros agentes que realizam atividades na UFCG em Sumé, verifica-se a presença e participação bem distribuída de todos estes segmentos no consumo dos produtos e contratação de serviços em empresas e ofertas de serviços dos entrevistados. Os estudantes e professores correspondem aos segmentos de clientes em 28%, cada um. Seguidos dos técnicos-administrativos, que representam 25% dos clientes na escala de segmentos e avaliação proposta.

Vale enfatizar ainda, a importante participação no consumo e contratação de serviços por parte dos terceirizados – empregados na universidade que desenvolvem

[27] Sobre mais relatos e informações sobre o Grito do Cariri: http://www.famup.com.br/index.php?run=conteudo/conteudo-ler&id=11744&pesq= http://www.ufcg.edu.br/~unicampo/noticia060307.htm

atividades consideradas como serviços não essenciais, a exemplo: porteiro, copeiro, encanador, pedreiro, eletricista, jardineiro, telefonista, auxiliar de serviços gerais, dentre outros – onde no universo de empresas avaliadas, estes também são responsáveis pela clientela de consumo e serviços na porcentagem de 16%. Os palestrantes e prestadores de serviços, classificados na seção "Outros", são responsáveis pelo consumo e contratação de serviços em pousadas, restaurantes, supermercados e mercadinhos, dentre outros estabelecimentos.

Gráfico 19 - Dentre os seus clientes, existem aqueles que são professores, técnicos-administrativos, terceirizados (funcionários da firma), estudantes ou que realizam outro tipo de atividade na UFCG daqui de Sumé?



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de questionários aplicados no município de Sumé, 2016.

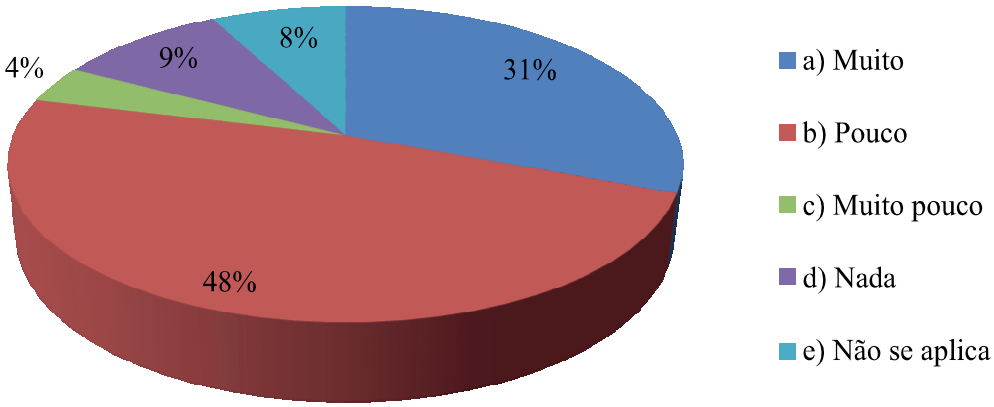
Quanto ao Gráfico 20, observa-se que 31% dos entrevistados consideram que em períodos de greve, existe alguma diminuição dos lucros da sua empresa ou do seu trabalho. A concentração maior de percentual, 48%, dá-se àqueles que consideram que em períodos de greve, há um pouco de diminuição nos seus lucros. Apenas 4% consideram muito pouco o impacto que períodos de greve representam nos lucros da sua empresa ou do seu trabalho.

Para 9% dos entrevistados, períodos de greve não representam decréscimo nos lucros da sua empresa ou do seu trabalho, tal afirmação, advém, portanto, de proprietários de clínica de saúde e academia, loja com artigos para presente e utensílios decorativos, e proprietários de imóveis alugados, uma vez que mesmo com a ocorrência da greve e a incerteza de retorno das atividades acadêmicas, os inquilinos – professores,

técnicos-administrativos, estudantes, e prestadores de serviço, dentre outros - mantêm seus contratos de locação e continuam a honrar com os pagamentos dos imóveis alugados.

A opção "Não se aplica", registrada por 8% dos entrevistados, refere-se àqueles que abriram seus estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, após a última greve da Universidade Federal de Campina Grande, registrada em 2014, a qual perdurou 5 meses, entre maio e setembro daquele mesmo ano e que teve a adesão do campus universitário de Sumé- PB. Sendo assim, para estes entrevistados, tal pergunta não se aplica, tendo em vista que os mesmos não vivenciaram situações de greve desta universidade federal, tampouco, qualquer outro fato semelhante.

Gráfico 20 - Em períodos de greve na UFCG/CDSA você sente alguma diminuição nos lucros da sua empresa ou do seu trabalho?[28]



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de questionários aplicados no município de Sumé, 2016.

No que concerne aos intervalos e recessos acadêmicos entre períodos letivos na universidade, Gráfico 21, e as possíveis reduções no lucro de empresários e prestadores de serviços entrevistados durante essas fases, 21% dos entrevistados afirmaram que sentem muito a redução nos lucros; esse grupo de entrevistados faz parte do ramo alimentício como panificadoras, frigoríficos, supermercados, mercadinhos, vendedores

[28] A classificação da pergunta dentre as opções: "muito", "pouco", "muito pouco", "nada" e "não se aplica", justifica-se pela natureza íntima, pessoal e individual da pergunta atinente aos lucros de cada atividade comercial examinada e ainda pela proximidade e acessível compreensão que estes termos se apresentam ao receptor da pergunta, que independentemente da sua escolarização, tem plena capacidade de respondê-la e de contribuir com o objetivo geral de avaliar possíveis relações entre a implantação da universidade e o desenvolvimento da região.

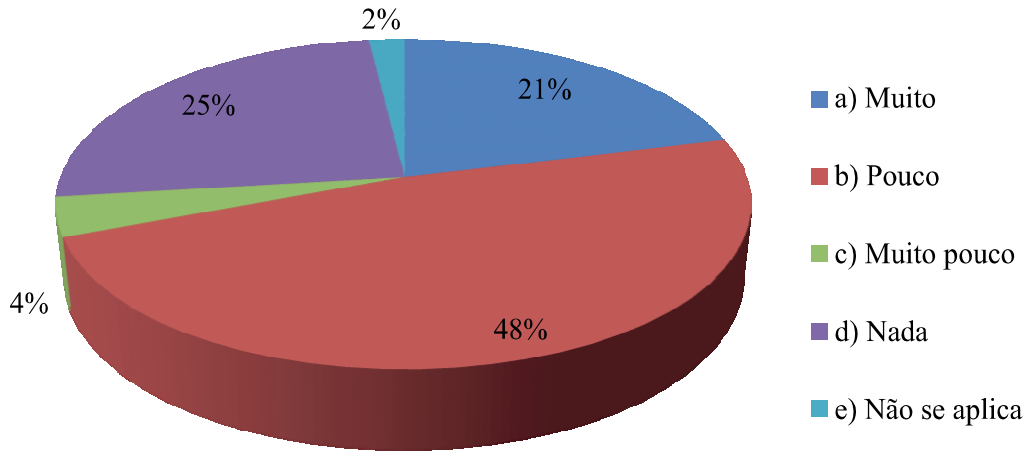
ambulantes, além de moto-taxistas, serviços estes, que possuem uma demanda contínua e diária, capaz de sentir uma drástica redução nos lucros em poucos dias de inatividade universitária. Para 48% dos entrevistados, inclusive nestes períodos de recesso acadêmico, existe um pouco de redução nos lucros.

Destaca-se ainda que 25% dos entrevistados afirmaram que em recessos acadêmicos, não sentem nada (nenhuma redução) em seus lucros. Essa afirmação foi feita por entrevistados ligados às atividades de comércio e serviços que podem implicar em um lento consumo, demandando elevado planejamento na sua execução ou prévias solicitações e encomendas, a exemplo: serviços de vidraçaria, marmoraria, madeireira, ou a compra de produtos em lojas de material de construção, além de pontuais serviços gráficos de encadernação.

Sobre esse mesmo percentual dos entrevistados, pode-se inferir ainda que, a conservação da faixa de lucros nesses períodos também pode ocorrer devido à urgência e ininterrupção no consumo de determinados produtos e serviços, a exemplo de medicamentos, manutenção e reparos veicular, e aquisição de cosméticos. Fazendo com que farmácias, oficinas mecânicas e lojas de perfumarias também não registrem impacto negativo em seus lucros durante esses períodos.

A seção "Não se aplica" pode ser explicada devido à recente abertura de uma das empresas ou prestadores de serviço, que afirmou não ter passado ainda por nenhum período de recesso acadêmico.

Gráfico 21 - Após o término de períodos acadêmicos, você sente alguma diminuição nos lucros da sua empresa ou do seu trabalho?



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de questionários aplicados no município de Sumé, 2016.

Os dados da Tabela 4, referente ao interesse para ampliar seu negócio no município de Sumé, retrata que 69% têm interesse em expandir sua atividade no município. Em sua grande maioria a resposta para essa intenção de expansão, dá-se da compreensão de que existe patente mercado consumidor e crescente demanda local capaz de absorver um comércio ainda maior e robusto. Entre os desejos de ampliação, foram citados a ampliação do espaço físico onde funciona o estabelecimento, abrangência maior dos serviços - a ponto de alcançar a zona rural do município - aquisição de máquinas, a compra de mais produtos e a necessidade de ampliação a partir da influência advinda do número crescente de pessoas que, ano a ano, frequentam ou chegam para residir na cidade.

Os 31% dos entrevistados, que correspondem a 16 pessoas, não tem interesse de ampliar seu negócio, já consideram que são capazes de suprir a demanda local e de alcançar o público-alvo proposto.

Tabela 4 - Você tem interesse em ampliar seu negócio no município de Sumé?

	Respostas
a) Sim	36
b) Não	16

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de questionários aplicados no município de Sumé, 2016.

Em relação ao interesse de ampliar os negócios na região do Cariri Paraibano, na Tabela 5, 33% dos entrevistados manifestam interesse em expandir seu negócio em cidades como Cordeiro, Monteiro, Serra Branca, Congo e Amparo. Os entrevistados que compartilharam dessa intenção, trabalham no ramo de panificações, oficina mecânica de veículos, frigoríficos, supermercados, pizzarias, autônomos, lojas de material de construção, clínica de saúde, e academia. Os 67% dos entrevistados que afirmaram não ter interesse em expandir seu negócio na região do cariri paraibano, são empresários donos de pousada, papelaria, lanchonete, sorveteria, restaurantes, lava-jatos, borracharias, além de outros prestadores de serviços e profissionais autônomos.

Tabela 5 - Você tem interesse em ampliar seu negócio na região do Cariri Paraibano?

	Respostas
a) Sim	17
b) Não	35

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de questionários aplicados no município de Sumé, 2016.

Quanto à Tabela 6, tratando especificamente da abertura de mais um ramo de atividade no município de Sumé, os 16 entrevistados que responderam sim, equivalentes a 31%, demonstram interesse em abrir mais um ramo de atividade. Foi citado o interesse em abrir restaurantes, lojas de roupa, *pet shop*, e a adesão de franquias do ramo alimentício de empresas nacionais. Alguns dos entrevistados têm interesse de abrir outro comércio de área distinta, mas, ainda não decidiram o segmento.

Dos empresários participantes do questionário, 69% não manifestaram interesse em abrir mais um ramo de atividade no município de Sumé. Tal desinteresse pela abertura de mais um segmento, pode dar-se pelo desconhecimento pessoal para administrar um comércio de outra área a qual não possui formação e *expertise* para atuar, ou ainda, devido o fato de seu negócio atual consumir enorme atenção e cuidados administrativos que o impossibilita de gerenciar uma área distinta.

Tabela 6 - Você tem interesse de abrir mais um ramo de atividade no município de Sumé?

	Respostas
a) Sim	16
b) Não	36

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de questionários aplicados no município de Sumé, 2016.

De acordo com a Tabela 7, observa-se que 19% dos entrevistados, já pensaram em fechar as atividades da sua empresa e mudar de ramo ou de profissão. Para estes, o interesse surgiu em 2015 ou 2016, influenciado, sobretudo, pela crise financeira mundial, intensamente sentida no Brasil e que comprometeu o orçamento familiar e o poder de compra da população. Segundo relatos dos entrevistados, a presença do estado de medo e apreensão, reprimiu a vontade do consumidor em ir às compras e de investir, esse comportamento preventivo dificultou ainda mais a recuperação da economia e do comércio local.

Tabela 7 - Em algum ano, você já pensou em fechar as atividades da sua empresa e mudar de ramo ou profissão?

	Respostas
a) Sim	10
b) Não	42

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de questionários aplicados no município de Sumé, 2016.

Em relação à ampliação da estrutura física, a Tabela 8, registra que entre 2010 e 2015, 63% dos entrevistados, afirmam que realizaram ampliação na estrutura física do seu negócio. Dentre as mudanças - considerando empresários, autônomos e prestadores de serviço – ocorreram reformas, aquisição de materiais e equipamentos e compra de ferramentas de trabalho. A maioria destas mudanças ocorreu entre os anos de 2014, 2015 e 2016, tal comportamento pode significar o robustecimento ou reestruturação do comércio local, o otimismo empresarial nos diversos segmentos de atuação avaliados, a recuperação do mercado ou ainda investimentos como forma de reação e resistência à crise econômica e à queda nos lucros em determinado período.

Tabela 8 - Entre 2010 e 2015, você ampliou a estrutura física do seu negócio ou realizou outro tipo de construção no município de Sumé?

	Respostas
a) Sim	33
b) Não	19

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de questionários aplicados no município de Sumé, 2016.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de expansão das universidades públicas federais por meio de uma política de geração e ampliação de oportunidades possibilitou o firmamento e reconstrução de novos cenários, os quais foram capazes de modificar contextos sociais e econômicos de regiões, a partir de ações governamentais voltadas às localidades desprovidas de determinados serviços públicos.

A análise dos diversos indicadores e áreas que versaram sobre os padrões de arrecadação e despesas, relações entre empresas e empregabilidade, além de informações educacionais sobre as dinâmicas financeiras e sociais – atinentes ao viver acadêmico de um recente centro público de educação superior -, possibilitaram uma visão sistêmica das composições e reformulações dos espaços que se integram e interagem sob a influência de um conjunto de políticas públicas, elaboradas e manifestas, sobretudo, a partir dos anos 2000.

A implantação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA, demandou, principalmente no município de Sumé, uma série de ofertas de bens e serviços, os quais se multiplicaram e se distribuíram em diversos ramos e mercados locais. A geração de favoráveis circunstâncias à criação de novos mercados representou

a ampliação e robustez de importantes áreas, a citar, por exemplo: o crescimento econômico promovido por novos panoramas e realidades que melhoraram os indicadores de emprego e renda; e as novas oportunidades educacionais geradas pela implantação do CDSA, que redefiniu e ampliou escolhas, absorvendo em grande parte, estudantes localizados na própria região do cariri paraibano - vítimas de uma reprimida demanda histórica a qual, pouco a pouco, se reduz e converte-se em novos potenciais transformadores na região do cariri.

O estabelecimento do CDSA, a contratação de servidores, o aumento de empresas no município e o crescente número de estudantes advindos de outras regiões ou de cidades localizadas na própria região do cariri paraibano, fomentaram ativa circulação de recursos financeiros em Sumé. Nesse município, os níveis de arrecadação tributária local bem como suas despesas, apresentaram acentuadas e positivas variações, que se intensificaram, especialmente, a partir dos anos de 2010.

Os números de contratação de servidores e empregados públicos – docentes e técnicos-administrativos e terceirizados – somados à entrada anual e constante de estudantes nos cursos do CDSA redefiniram aspectos financeiros locais, possibilitando ao município o aumento na arrecadação de tributos locais, além da ampliação dos níveis de renda e empregabilidade da população residente na região.

Pode-se analisar que a melhoria desses indicadores e realidades econômicas e sociais, deu-se em grande medida, pela instalação e participação ativa da universidade federal, pública e superior, instalada no município – fruto de uma integrada e sistêmica política federal de expansão, interiorização e promoção do desenvolvimento regional. Não obstante, tais variações não se apresentaram no município de Serra Branca, na mesma proporção que em Sumé. Sobre isso, mesmo diante de várias similaridades geográficas, populacionais e produtivas, dentre outras, infere-se que estes municípios encontram-se inseridos em diferentes cenários econômicos os quais possuem ritmo e dinâmicas particulares.

A política de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI favoreceu a difusão de vários novos campus pelo país. Apenas sobre a UFCG, por meio dessa política pública do governo federal, essa universidade expandiu-se com a criação de três novos centros, alargando sua dimensão de abrangência, passando a atuar no cariri, com o CDSA, no curimataú com o Centro de Educação e Saúde - CES, localizado em Cuité, e consolidando ainda mais a inserção da universidade federal no

sertão paraibano, o Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar – CCTA, fixado no município de Pombal.

Desse modo, observa-se que, no município de Sumé, o CDSA constitui-se como um importante ente fomentador de transformações educacionais e delineador de novas relações econômicas e sociais. Tendo em vista que, dentre outros fatores, a geração de novas oportunidades, o acesso e disseminação de um ensino público, de qualidade e superior, além da redistributiva e crescente ampliação da vinculação: educação, emprego e renda, compuseram um ambiente de crescimento social e econômico, o qual é condição *sine qua non* no arranjo de um conjunto de categorias promovedoras do desenvolvimento local.

A efetivação da política REUNI no cariri paraibano, representada pela atuação do CDSA, reitera um importante compromisso governamental de suprir lacunas educacionais, mediante a promoção de oportunidades àquela população caririzeira - localizada na cidade e no campo -, estendendo sua abrangência às regiões de entorno e a ainda a outros estados do país. Essa hercúlea capacidade proveniente de um centro de formação educacional, pública e superior, traz consigo características que possibilitam redesenhar cenários, remodelar aspirações e reacender objetivos, os quais podem, permanentemente, modificar a história de várias gerações.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, Nadine Gualberto. **Trabalho docente no ensino superior privado em Campina Grande/PB: controle, resistência e formação de consentimento**. Campina Grande: 2015. 334 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Campina Grande, 2015.

ALBUQUERQUE, L. C. de. **Universidade e Realidade Brasileira**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 19ª Edição. São Paulo: Editora Método, 2011.

ANÁLISE SOBRE A EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS 2003 A 2012. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, 2012.

ARAÚJO, C. B.; SANTOS, L. M. M. (2014). O REUNI na opinião dos gestores de uma universidade pública. **Psicologia & Sociedade**, 26(3), p. 642-651, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n3/a13v26n3.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2015.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013. Rio de Janeiro: PNUD, IPEA. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sume_pb> Acesso em: 31 jan. 2016.

BAZIN, Frédéric. **Plano de desenvolvimento sustentável do Cariri paraibano**. Campinas, MDA/FAO, 2003.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUÍ, Marilena Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior – Brasília** : UNESCO, 2008. 44 p. Disponível em: < http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BOITO JR., Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV. São Paulo, 2012. Disponível em: < http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BRANDÃO, C. A. Teorias, Estratégias e Políticas Regionais e Urbanas Recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/carlos_brandao.pdf> Acesso em: 02 dez. 2015.

_____. Desenvolvimento nacional, políticas regionais e o poder de decisão segundo Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, v.7, p.101-115, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Razões e princípios do Plano de Desenvolvimento da Educação**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006. **Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação** e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5824.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 07 set. 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.687 de 11 de dezembro de 2008. **Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI**, aprovada pelo Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6687.htm>. Acesso em: 03 set. 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. **Dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos**, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6944.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011. **Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI**. Disponível: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7660.htm#art7>. Acesso em: 03 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional** e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm> Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 08 out. 2016.

BRASIL. Lei Complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996. **Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias** e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências (LEI KANDIR). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm>. Acesso em: 03 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação**, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 09 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011. **Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12441.htm>. Acesso em: 08 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.772/2012, de 28 de dezembro de 2012. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRITO, Rosa Mendonça de. **100 ANOS DE UFAM**. In: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Anais da 61ª Reunião Anual da SBPC.** Manaus - AM, Julho, 2009. Disponível em: < http://www.sbpcnet.org.br/livro/61ra/conferencias/CO_RosaBrito.pdf>. Acesso em: 24 set. 2016.

CALDAS, Patrícia T. Estrutura das administrações municipais do cariri paraibano. In: MELO, Clóvis A. V. de; SOARES, Kelly C. C. **Instituições, gestão pública e desenvolvimento sustentável.** Recife: Nossa Livraria, 2011. Cap.3, p.67-107.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida. Política para a ducação superior no governo Lula expansão e financiamento. **Rev. Inst. Estud. Bras**., São Paulo, n. 58, p. 209-244, jun. 2014a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n58/a10n58.pdf>. Acesso em: 13 set. 2016.

CARVALHO, Otamar de. **Desenvolvimento regional: um problema político**. 2ª ed. Campina Grande: EDUEPB, 2014b. 340 p.

CASSONE, Vittorio. **Direito tributário: Fundamentos constitucionais da tributação, Definição de tributos e suas espécies, Conceito e classificação dos impostos, Doutrina, pratica e jurisprudência**. / Vittorio Cassone. - 22.ed. - São Paulo: Atlas, 2011.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd, Poços de Caldas, MG, 5 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

CONTRATO UFCG/PRA nº 050/2014. **Contrato de prestação de serviços de apoio administrativo para o campus de Sumé**. Disponível em: <http://ufcg.edu.br/~pra/phocadownload/controledecontratos/contratos2014/contrato%20ufcg-pra%20n%20050-2014%20-%20servios%20de%20apoio%20administrativo%20-%20sum%20-%20zlo.pdf>. Acesso em: 25 set. 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. A expansão do ensino superior: causas e conseqüências. **Debate & Crítica**, São Paulo, n. 5, p. 27-58, 1975.

_____. Desenvolvimento Desigual e Combinado no Ensino Superior - Estado e Mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 795-817, Especial - Out. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a08v2588.pdf> Acesso em: 10 jun. 2016.

Eclesiastes 3:1. **A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.

FARIA, C. A. P. de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, nº. 59, p. 97-169, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

FÁVERO, M. L. A. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. In: MOROSINI, M. C. (Org.) **Universidade no Mercosul**. São Paulo: Cortez, 1994, p 149-177. Disponível em:<www.revistas.ufpr.br/educar/article/download/7609/5423>. Acesso em: 08 jun. 2016.

_____. **Universidade e Poder. Análise Crítica/Fundamentos Históricos** (1930-45). 2. ed. Brasília: Plano, 2000.

_____. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DA Paraíba - FAMUP. **Acontece em Sumé o 'Grito do Cariri pela UFCG'**. Notícias, 17 fev. 2006. Disponível em: < http://www.famup.com.br/index.php?run=conteudo/conteudo-ler&id=11744&pesq=>. Acesso em: 24 set. 2016.

FERNANDES, A. T.; CASTRO, C.; MARON, J.; Desafios para implementação de políticas públicas: intersetorialidade e regionalização. **VI Congresso CONSAD de Gestão Pública**, 2013. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V_CONSAD/VI_CONSAD/025.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FERNANDES, Florestan. Os dilemas da reforma universitária consentida. **Revista Mexicana de Sociología**. Memorias del IX Congreso Latinoamericano de Sociología, Vol. 32, No. 4, pp. 967-1004, 5 Jul. - Ago., 1974.

_____. **Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?** Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1975.

_____. **Florestan Fernandes: Sociologia crítica e militante.** Octavio Ianni (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2004. 512 p.

Formulários Google. **Servidores do CDSA residentes em Sumé ou em outros municípios.** Disponível em: < https://www.google.com/forms/about/?usp=about_products>. Acesso em: 14 out. 2016.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. nº 21. p. 211 - 260. jun. 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>. Acesso em: 05 nov. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados, Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=250073&search=paraiba> Acesso em: 01 fev. 2016.

JUSTO, W. R. Migração para e da Região Metropolitana do Cariri nas últimas duas décadas. **Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais - E-metropolis**. nº 22 ano 6 | Set. 2015. Disponível em: < http://www.emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis_n22_v2.pdf> Acesso em: 02 dez. 2015.

LACERDA, A. V.; BARBOSA, F. M.; DORNELAS, C. S. M.; GOMES, A. C.; LIMA, L. H. C.; SILVA, C. E. M.; O homem e o ambiente semiárido: um exercício educativo inserido no campo da biologia da conservação. In: SILVA, J. I. A. O. **Metodologias e práticas: experiências no Semiárido brasileiro**. Cachoeirinha: Everprint Indústria Gráfica Eireli - ME, 2015, Cap. 8, p.165-175.

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. Tradução de: Silvânia Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Paulo Gomes. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/06.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2015.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 33º ed., São Paulo: Malheiros, 2012. 562p.

MANCEBO, Deise; DO VALE, Andréa Araujo; MARTINS, Tânia Barbosa; Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação,** v. 20 n. 60 jan.-mar. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>. Acesso em: 19 set. 2016.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02> Acesso em: 05 jun. 2016.

MORAES, Flavio Fava de. Universidade, inovação e impacto sócio econômico. São Paulo: **Perspectiva**. vol.14, n. 3, jul/set. 2000.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; TREVISOL, Joviles Vitório; Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **R. Katál**., Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, jan./jun. 2016. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rk/v19n1/1414-4980-rk-19-01-00022.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.

Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, SEBRAE, 2016. Disponível em: < http://www.nit.sebrae.com.br/>. Acesso em: 12 nov. 2016.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM. **Um balanço social do milênio**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2014. ed., 80, Ano 10.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: **Relatório Nacional de Acompanhamento**/ Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília : IPEA : MP, SPI, 2014. 208 p.

PAULILO, André Luiz; ABDALA, Rachel Duarte. Fragmentos de uma história das políticas públicas de educação no Brasil. In: PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; ALVES, Cecília Pescatore (organizadores). **Políticas Públicas & desenvolvimento regional**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"Índice de Gini"**; Brasil Escola. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>. Acesso em: 25 set. de 2016.

PEREIRA, José Matias. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012, 328 p.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; ALVES, Cecília Pescatore Alves. Apresentação. In: PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; ALVES, Cecília Pescatore Alves (organizadores). **Políticas Públicas & desenvolvimento regional.** Campina Grande: EDUEPB, 2010.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

Portal eletrônico da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Disponível em: <http://www.ufpr.br/portalufpr/a-mais-antiga-do-brasil/> Acesso em: 09 ago. 2016.

PROJETO UNICAMPO. **A cidade de Sumé**. GPDSA, 2005. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~unicampo/sume.htm>. Acesso em: 17 dez. 2015.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 - UFCG/CDSA. **Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido**, 2016. Disponível em: <http://www.cdsa.ufcg.edu.br/home/arq/relatorios/relatorios_direcao/relatorio_de_gestao_2009.pdf>. Acesso em: 25 set. 2016.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO. **Reforma Universitária**. Ministério da Educação e Cultura. 3ª edição. Brasília – DF: Março, 1983. 119 p.

RECEITA FEDERAL. **O que é o Simples Nacional?**. 2016. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3>. Acesso em: 09 out. 2016.

ROBERTO, S. B. Jr; BURSZTYN, M. Prudência e utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade. In: ____. **Ciência, ética e sustentabilidade**. Marcel Bursztyn (Org.). São Paulo: Corte, 2001.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas.** São Paulo: Publifolha, 2010.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil, 1930-73**. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROMANOS 8:28. **A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil,1969.

ROTHEN, Carlos José; Os Bastidores da Reforma Universitária de 1968. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/08.pdf> Acesso em: 07 de set. 2016.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. - (Coleção questões da nossa época; v.11).

SAVIANI, D. O legado educacional do "longo século XX" brasileiro. In: SAVIANI, D. ALMEIDA, J.S. DE; SOUZA, R. F DE; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVA, J. I. A. O. A dimensão ambiental como política pública e condicionante para o desenvolvimento. In: MELO, C. A. V.; SOARES, K. C. C. **Instituições, gestão pública e desenvolvimento sustentável**. Recife: Editora Nossa Livraria, 2011. cap. Meio Ambiente, p. 247-288.

SISTEMA FIRJAN. **Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro**, 2016. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 05 out. 2016.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 11 nov. 2015.

TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; ARDANS, Omar; BATISTA, Vanessa Louise; Participação e Políticas Públicas: para a produção de territórios mais igualitários. In: PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; ALVES, Cecília Pescatore (organizadores). **Políticas Públicas & desenvolvimento regional**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

APÊNDICES

Empresa/Comércio/Serviço: _____.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO I

1. Há quanto tempo você tem esse comércio na cidade de Sumé?

a) 1 ano b) 2 anos c) 3 anos d) 4 anos e) 5 anos
f) Mais de 5 anos: _____.

2. Qual seu ramo de atuação?

☐ Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
☐ Indústrias de Transformação
☐ Atividades Administrativas e serviços complementares
☐ Construção
☐ Alojamento e alimentação
☐ Outras atividades de serviços
☐ Atividades profissionais, científicas e técnicas;
☐ Informação e Comunicação
☐ Educação
☐ Saúde Humana e Serviços sociais
☐ Outros:_____.

3. Você teve alguma melhoria na sua empresa após a chegada da universidade federal no município de Sumé?

a) ☐ Não. ☐ Sim. Qual: _____.

4. Na sua opinião, a implantação da universidade no seu município foi algo positivo ou negativo para a economia da região?

a) ☐ Positivo. b) ☐ Negativo.

Por que? _____.

5. Dentre os seus clientes, existem aqueles que são professores, técnicos, terceirizados (funcionários da firma), alunos ou que realizam outro tipo de atividade na UFCG daqui de Sumé?

a) professores; b) técnicos-administrativos; c) terceirizados;

d) estudantes; e) Outros: Ex.: palestrantes, prestadores de serviço;

6. Em períodos de greve na UFCG/CDSA você sente alguma diminuição nos lucros da sua empresa ou do seu trabalho?

a) Muito; b) Pouco; c) Muito pouco; d) Nada; e) Não se aplica;

7. **Após o término de períodos acadêmicos, você sente alguma diminuição nos lucros da sua empresa ou do seu trabalho?**

a) Muito; b) Pouco; c) Muito pouco; d) Nada; e) Não se aplica;

8. **Você tem interesse em ampliar seu negócio no município de Sumé?**

a) Sim, por que?_____ b) Não;

9. **Você tem interesse em ampliar seu negócio na região do Cariri Paraibano? Se sim, em qual município?**

a) Sim, em _____; b) Não;

10. **Você tem interesse de abrir mais um ramo de atividade no município de Sumé? Por quê?**

a) Sim; _____; b) Não;

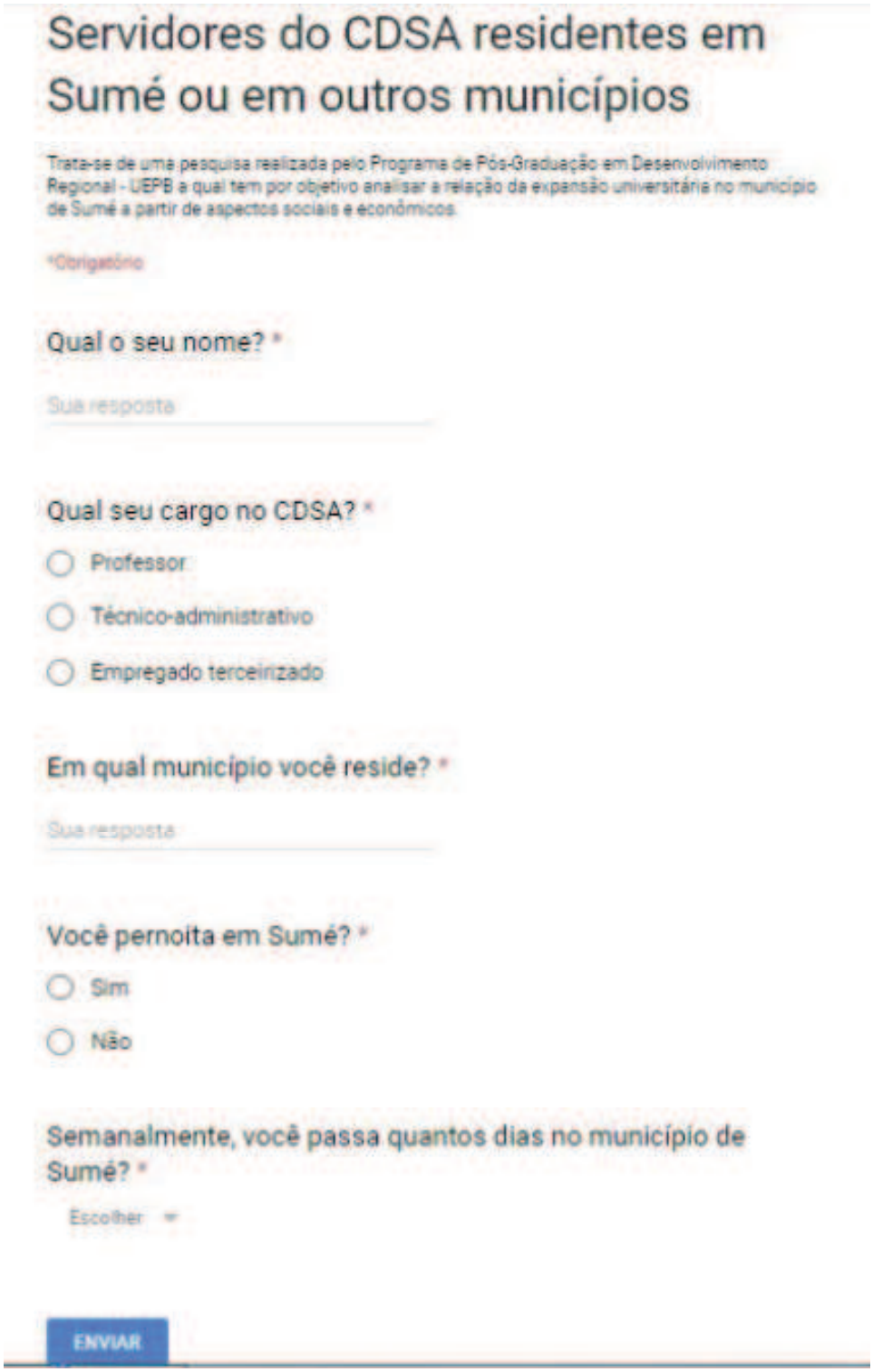
11. **Em algum ano, você já pensou em fechar as atividades da sua empresa e mudar de ramo ou profissão? Se sim, em qual ano e por que?**

a) Sim, em _____. b) Não;
Por que? _____.

12. **Entre 2010 e 2015, você ampliou a estrutura física do seu negócio ou realizou outro tipo de construção no município de Sumé? Se sim, em qual ano?**

a) Sim, _____; b) Não;

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO II – Aplicado com os servidores lotados no CDSA quanto ao município de residência



Servidores do CDSA residentes em Sumé ou em outros municípios

Trata-se de uma pesquisa realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UEPB a qual tem por objetivo analisar a relação da expansão universitária no município de Sumé a partir de aspectos sociais e econômicos.

*Obrigatório

Qual o seu nome? *

Sua resposta

Qual seu cargo no CDSA? *

- Professor
- Técnico-administrativo
- Empregado terceirizado

Em qual município você reside? *

Sua resposta

Você pernoita em Sumé? *

- Sim
- Não

Semanalmente, você passa quantos dias no município de Sumé? *

Escolher

ENVIAR

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do aplicativo "Formulários Google": https://goo.gl/Mu1gGH.

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa "**POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE EM SUMÉ - PB".**

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho "política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica da implantação da universidade federal de campina grande em Sumé – PB" terá como objetivo geral, examinar como uma possível dinâmica de transformações sociais advindas da instalação do CDSA estimulou o desenvolvimento da região do cariri paraibano, sobretudo no município de Sumé – PB.

- Ao voluntário só caberá a autorização para **divulgar a análise científica das informações apresentadas,** e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.
- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe

científica no número (083) **9 9966-3733** com **Allan Gustavo Freire da Silva.**

- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

_____

Assinatura do pesquisador responsável

Sumé - PB, / / .

_____

Assinatura do Participante

Assinatura Dactiloscópica do Participante da Pesquisa (OBS: utilizado apenas nos casos em que não seja possível a coleta da assinatura do participante da pesquisa).